



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
Coordenadoria de Licitações e Contratos  
**PROAD 777/2022**  
**UASG 080014**

  
SIMONE  
PEREIRA  
JUSTINO  
GOULART  
06/06/2022 12:14

**ATENÇÃO**

O Acórdão nº 754/2015 do Plenário do Tribunal de Contas da União determina expressamente que a Administração Pública instaure processo administrativo para aplicação de sanções administrativas às empresas que praticarem, injustificadamente, tanto na fase licitatória quanto na contratual, ato tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002.

Portanto, solicitamos que as licitantes leiam atentamente o edital e seus anexos com o objetivo de verificar se sua proposta atende às exigências do instrumento convocatório.

Salientamos que as condutas passíveis da aplicação de penalidades estão descritas no item “Das Sanções Administrativas”.

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022**

**TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO

**DATA DA ABERTURA:** **21-06-2022**, às **11 horas**

**LOCAL:** No sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**OBJETO:** Contratação de plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
Coordenadoria de Licitações e Contratos  
**PROAD 777/2022**  
**UASG 080014**

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 09/2022**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO** (TRT da 4ª Região), com sede na Av. Praia de Belas nº 1.100, em Porto Alegre/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 02.520.619/0001-52, torna público que realizará o **PREGÃO ELETRÔNICO nº 09/2022** do tipo menor preço, visando a **contratação de plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica**, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme condições estabelecidas no presente Edital e de acordo com o disposto na Lei nº 10.520/2002 e na Lei Complementar nº 123/2006 e nos Decretos nºs 3.555/2000 e 10.024/2019, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e a legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

**DO OBJETO**

1. O presente Pregão tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica, para atendimentos de natureza clínica e cirúrgica de um **total estimado de 13.831 beneficiários, por livre adesão, sem limite de idade, sem diferenciação por faixa etária e sem distinção de preços**, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência, e seus anexos.

1.1. O serviço deverá ser prestado por meio de rede, com abrangência (cobertura) em todo o território nacional e em 100% das microrregiões definidas na Portaria TRT4 nº 3.782/2013, cumprindo os requisitos mínimos de atuação do atendimento (cobertura e operação) previstos no subitem 6.11 do Termo de Referência mencionado no *caput* e no Anexo I de referido Termo.

1.2. O plano ou seguro deverá contemplar, no mínimo, a cobertura e os procedimentos constantes do Anexo I - Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, segmentação Odontológica, da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 465/2021 e alterações posteriores.



**1.3.** O plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica será prestado sob o regime coletivo, a preço **per capita** previamente determinado e **sem qualquer tipo de coparticipação**.

**1.4.** O preço mensal **per capita** máximo admitido pelo Tribunal é de **R\$ 24,93** (vinte e quatro reais e noventa e três centavos).

**1.5.** A utilização dos serviços será por intermédio do acesso direto dos beneficiários à rede própria, cooperada, credenciada, contratada e/ou referenciada da contratada, disponível em nível nacional e na jurisdição do contratante, conforme subitem 6.11 e Anexo I do termo de referência mencionado no *caput*, sendo vedada aos usuários a livre escolha de profissionais ou serviços fora da rede, à exceção dos casos de atendimentos de urgência e/ou emergência ou quando não for possível a utilização dos serviços da contratada, ocasião em que serão aplicadas as condições de reembolso previstas no subitem 6.15 do referido termo de referência.

**1.6.** A **vigência do contrato** decorrente desta licitação tem início com sua assinatura e encerra-se em 30 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses, na forma do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.

**1.6.1.** O prazo para início dos serviços será de 10 dias úteis contados da disponibilização, pelo Tribunal, da listagem de beneficiários a serem incluídos no plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica.

**1.6.2.** A prorrogação do prazo de vigência do contrato em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços prestados, à comprovação da compatibilidade com os preços de mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.

**1.7.** Todas as demais especificações do objeto encontram-se no Termo de Referência mencionado no *caput*, e seus anexos.

**1.8.** Havendo divergência entre as especificações do objeto constantes no sistema Portal de Compras do Governo Federal e as que constam neste edital, prevalecem as especificações do Edital.

### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**2.** O presente Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação.

**3.** As propostas e os documentos de habilitação serão recebidas até as **11 horas** do dia **21-06-2022**, sendo que a sessão de disputa de preços (oferta de lances) será aberta pelo pregoeiro, na mesma data, após a abertura e análise das propostas.

**3.1.** Se, em decorrência de indisponibilidade do sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal, não for possível abrir as propostas até o horário previsto para a abertura de propostas, fica a abertura automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

**3.2.** Será utilizado como referência de tempo o horário de Brasília - DF.

**4.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor do TRT da 4ª Região, designado Pregoeiro (Coordenador), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Portal de Compras do Governo Federal, no endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**4.1.** Em caso de dúvidas relativas ao sistema “Portal de Compras do Governo Federal”, as interessadas devem entrar em contato com as Centrais de Atendimento “Portal de Compras do Governo Federal” ou “SIASG” pelo telefone 0800-9789001.



5. O sistema disponibilizará relatórios e ata circunstanciada, que poderão ser impressos pelos participantes.

### **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes do presente Edital e seus Anexos, e que estejam previamente credenciados no sistema Portal de Compras do Governo Federal, no endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), bem como possuírem registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

7. Não poderão participar as interessadas que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, impedidas de licitar e contratar com a União ou suspensas de licitar e contratar no âmbito da Justiça Trabalhista.

8. Somente poderão participar desta licitação, as empresas que atuam no ramo de atividade pertinente ao objeto do presente Pregão e que atendam ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição, o qual proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

8.1. As licitantes deverão comprovar, ainda, como condição prévia à participação no certame e à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

**a)** Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

**b)** Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

8.1.1. As condições das alíneas "**a**" e "**b**" serão atendidas mediante declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado, em campo próprio do sistema Portal de Compras do Governo Federal.

9. Os impedimentos, caso existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

### **DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA "PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL"**

10. Para acesso ao sistema eletrônico "Portal de Compras do Governo Federal", os interessados em participar da licitação deverão estar devidamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) que poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.



10.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

10.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

10.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

10.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

10.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

#### **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

11. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública no item 3 do presente Edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

11.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

11.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

11.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006, na forma do subitem 30.5, infra.

11.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

11.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

11.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

12. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo previsto no subitem 29.2, infra.



**TRT 4ª Região**  
**Pregão Eletrônico nº 09/2022**

13. Para participação no pregão eletrônico, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem pleno conhecimento das exigências previstas no Edital, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, sendo que a apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas no presente Instrumento Convocatório, sendo vedada, em qualquer hipótese, a identificação da licitante.

14. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

15. A sessão pública compreende, sucessivamente:

- a) a abertura das propostas;
- b) a análise da proposta de menor preço e dos documentos de habilitação da respectiva licitante;
- c) a declaração de vencedor.

16. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente pelo sistema eletrônico, observados os prazos definidos no presente Edital, **oportunidade em que a licitante deverá informar o Preço Mensal para a execução dos serviços**, em moeda corrente nacional (Real), obrigatoriamente com duas casas decimais (centavos de Real), incluindo eventuais descontos ou acréscimos, inclusive os decorrentes de impostos, taxas e demais encargos inerentes à prestação do objeto. (**Preço Mensal para execução dos serviços = número de beneficiários x preço mensal per capita**)

16.1. Na hipótese de o lance vencedor apresentar valor com número superior de casas decimais, serão consideradas apenas os centavos de reais, desconsiderando-se as demais casas após a vírgula.

17. Para fins de obtenção dos benefícios previstos na LC nº 123/2006, as licitantes deverão declarar no sistema Portal de Compras do Governo Federal a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte.

18. A ausência da declaração constante no item 17 implica decadência ao respectivo direito de preferência.

18.1. A falsidade da manifestação, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas nos itens 39 e 40 deste Edital.

19. O prazo de validade da proposta é de 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação.

20. Não serão admitidas propostas que ofereçam quantidades inferiores às discriminadas neste Edital.

#### **DA ABERTURA DA SESSÃO E DO MODO DA DISPUTA**

21. A partir do horário previsto no sistema e informado no **item 3** do presente Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a sua aceitabilidade.

21.1. Na eventualidade de, após a abertura das propostas, o sistema apresentar indisponibilidade momentânea superior a 30 minutos, que impossibilite a realização da sessão de disputa, o Pregoeiro agendará nova data e horário para sua realização. Os



**TRT 4ª Região**  
**Pregão Eletrônico nº 09/2022**

interessados serão informados mediante mensagem enviada por meio do sistema eletrônico.

21.2. Iniciada a sessão, não mais caberá desistência da proposta, cancelamento, retificações ou alterações nas condições estabelecidas. Os erros ou equívocos porventura ocorridos, inclusive em termos de preço, serão de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, no caso de erro para mais, qualquer recurso, tampouco no caso de erro para menos, eximir-se da entrega do material, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

21.3. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

21.4. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, que será realizado no endereço eletrônico utilizado para divulgação e/ou mediante mensagem encaminhada por meio do sistema Portal de Compras do Governo Federal.

22. Aberta a etapa competitiva, na data/hora prevista no **item 3** deste Edital, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, sendo que a cada lance ofertado, a licitante será imediatamente informada de seu recebimento, do respectivo horário de registro e do valor.

22.1. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

23. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

23.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

23.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

23.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

23.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

23.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 23.4.

23.6. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

24. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.





24.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

25. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

26. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

### **DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

27. A classificação das propostas será apurada pelo critério de **menor preço mensal para execução dos serviços**.

27.1. Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no presente Edital, sendo que serão desclassificadas aquelas que:

- a) não atenderem às especificações exigidas no presente Edital, ou cujas especificações se apresentarem omissas ou vagas a ponto de comprometer o entendimento de seu conteúdo.
- b) denotarem evidente erro na formulação do preço, bem como apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- c) apresentarem preços alternativos.

27.2. Após verificação da conformidade, na forma do subitem 27.1 do presente Edital, as propostas que apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital serão classificadas para a etapa de apresentação de lances.

27.2.1. Às licitantes classificadas será dada oportunidade para nova disputa, mediante apresentação de lances, as quais deverão ser formuladas de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, em relação à proposta de menor preço.

27.3. Na hipótese de não ocorrer oferta de lances, será feita a verificação de conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a aquisição.

28. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o sistema "Portal de Compras do Governo Federal" verificará a aplicabilidade das condições de preferência previstas na LC nº 123/2006.

28.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

28.1.1. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

28.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

28.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

29. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

29.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.





29.2. Sendo aceitável a proposta de menor preço, caberá à adjudicatária encaminhar, no prazo de 2 horas a contar da convocação pelo Pregoeiro, a **proposta de preços (Anexo II do Edital - Modelo de Proposta)**, devidamente atualizada ao valor negociado (ou ao último lance proposto, se for o caso), para o item, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares solicitados pelo Pregoeiro, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, na forma do § 9º do art. 26 do Decreto 10.024/2019.

29.3. Se for verificado que a proposta não atende às especificações técnicas do objeto, caso a oferta não seja aceita ou, se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a confirmação das condições habilitatórias da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao especificado no Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

29.4. É facultado ao Pregoeiro promover, previamente à homologação da licitação, diligências no sentido de obter a comprovação do atendimento às especificações técnicas do objeto ofertado, conforme contido na proposta.

29.4.1. A comprovação, de responsabilidade exclusiva da licitante, poderá ser realizada mediante apresentação de documentação técnica do objeto ofertado, desde que contemple as informações necessárias à comprovação.

29.4.2. A documentação técnica referida no subitem anterior poderá ser solicitada pelo pregoeiro em meio físico (cópia autenticada ou original acompanhada de cópia para autenticação). A documentação técnica deverá ser entregue na Coordenadoria de Licitações e Contratos deste Tribunal, sita na Av. Praia de Belas, nº 1.100, prédio administrativo, 6º andar, ala norte, bairro Praia de Belas, em Porto Alegre/RS (CEP 90110-903), ou encaminhada via e-mail, no prazo máximo 5 dias úteis, contados a partir da solicitação, sob pena de desclassificação da respectiva proposta.

### DA HABILITAÇÃO

30. Com base no que dispõe o inciso XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, a habilitação à presente licitação será feita mediante a apresentação, concomitantemente com a proposta, conforme disposto nos itens 3 e 11 deste Edital, dos documentos a seguir relacionados, os quais devem estar em plena validade:

**a) Habilitação Jurídica**, conforme o caso:

- a.1)** registro comercial, no caso de empresa individual;
- a.2)** certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI;
- a.3)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- a.4)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- a.5)** decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

**b) Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- b.1)** Prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistindo na apresentação de certidão conjunta relativa a tributos federais, à Dívida Ativa da União e a Contribuições Sociais (INSS), expedida pela Receita Federal do Brasil;



**b.2)** prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, a qual deverá incluir todos os tributos estaduais;

**b.3)** prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

**b.4)** prova de regularidade relativa ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

**b.5)** prova de regularidade com as obrigações trabalhistas, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida no portal do TST.

**c) Qualificação Técnica:**

**c.1)** Prova de Registro na **Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)**, mediante declaração expedida pela citada autarquia ou indicação do número de registro.

**c.2)** No caso de seguradora, além da prova de registro referido na alínea “**c.1**”, a prova de registro na **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)**, mediante declaração expedida pela Autarquia ou indicação do número de registro.

**c.3)** Prova de registro na **Agência Nacional de Saúde Suplementar** do(s) plano(s) ou seguro(s) ofertado(s), necessariamente de abrangência geográfica nacional, bem como da segmentação assistencial oferecida, nos termos da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 465/2021, mediante declaração expedida pela citada Autarquia ou indicação do número de registro.

**c.4) atestado(s)** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no(s) qual(is) esteja expressa a aptidão técnica da interessada na prestação de serviço de assistência odontológica, no regime de contratação coletiva, abrangendo, **no mínimo, 3.000 beneficiários.**

***c.4.1)** O atestado de capacidade técnica deverá conter, obrigatoriamente, a especificação do serviço, a identificação da empresa ou entidade que forneceu o atestado, a assinatura e o telefone para eventuais diligências.*

***c.4.2)** Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, a **apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante**, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.*

**c.5)** A licitante deverá **comprovar que dispõe de profissionais habilitados** à prestação dos serviços nos quantitativos mínimos e nas microrregiões abrangidas por este Tribunal no estado do Rio Grande do Sul, conforme definido no **Anexo I do Termo de Referência.**

***c.5.1)** A comprovação deverá ser apresentada em arquivo eletrônico com formato aberto e não proprietário que permita a busca de termos e palavras-chave por meio do comando “Localizar”, a fim de otimizar a análise da proposta pelo pregoeiro.*

**d) - Qualificação Econômico-Financeira**

**d.1)** **certidão negativa de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

**d.2)** **balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE)**, ambos do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da



lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados a mais de 3 meses da data de apresentação da proposta, que permitam comprovar:

**I - que os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) são superiores a 1 (um), a serem calculados pelas seguintes fórmulas:**

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC} \quad SG = \frac{AT}{PC + PNC} \quad LC = \frac{AC}{PC} \quad \text{onde:}$$

AC = Ativo Circulante  
RLP = Realizável a Longo Prazo  
PC = Passivo Circulante  
PNC = Passivo não circulante  
AT = Ativo Total

e

**II - Patrimônio Líquido de, no mínimo, R\$ 413.768,19 (quatrocentos e treze mil, setecentos e sessenta e oito reais e dezenove centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação.**

**e) Serão verificados**, ainda, pelo Pregoeiro, durante a fase de habilitação, a existência de registros impeditivos à contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

**e.1)** No Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (disponível no portal da transparência - <http://www.portaldatransparencia.gov.br>) - a existência de registros impeditivos à contratação.

**e.2)** No Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (disponível no portal do CNJ) - a existência de registros impeditivos à contratação por improbidade administrativa.

30.1. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

30.1.1. Os documentos exigidos para habilitação **que não estejam contemplados no SICAF**, bem como os documentos referentes à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (*prova de registro referido nas alíneas "c.1", "c.2" e "c.3"; atestado(s) de capacidade técnica referido(s) na alínea "c.4" e comprovação dos profissionais habilitados referido na alínea "c.5"*), deverão ser enviados no momento e na forma prevista nos **itens 3 e 11** deste Edital.

30.1.2. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

30.1.3. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

30.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto, no caso da regularidade fiscal e trabalhista, se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024/2019.



30.3 Caso não constem no SICAF, a apresentação das demonstrações contábeis, referidas na alínea “d.2”, deverá ocorrer conforme o tipo societário da interessada (*em cópia autenticada ou através de Escrituração Contábil Digital - ECD, disponível no Sistema Público de Escrituração Digital - Sped*), de acordo com o seguinte:

- a)** sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima), por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;
- b)** sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA.), por cópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;
- c)** sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- d)** sociedade criada no exercício em curso, por cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

30.3.1. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

30.3.1.1. Após 30 de abril, serão considerados válidos, para fins de habilitação, apenas os balanços patrimoniais do ano anterior, sendo que, se adotada a Escrituração Contábil Digital, as empresas vinculadas ao Sped só estarão obrigadas a apresentar o balanço do ano anterior após o último dia útil do mês de maio do ano corrente, nos termos do art. 5º da IN RFB nº 2.003/2021.

30.4. Em relação aos documentos de habilitação cuja autenticidade não possa ser verificada na internet, é facultado ao pregoeiro solicitar a respectiva apresentação em cópia autenticada ou em cópia acompanhada do original para autenticação, oportunidade em que os documentos solicitados devem ser entregues (ou despachadas pelos Correios), no prazo máximo de 3 dias, na Coordenadoria de Licitações e Contratos deste Tribunal, sita na Av. Praia de Belas, nº 1.100, prédio administrativo, 6º andar, ala norte, bairro Praia de Belas, em Porto Alegre/RS (CEP 90110-903).

30.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão dispor de toda a documentação exigida para efeitos de habilitação, na forma deste edital, sob pena de inabilitação, ainda que essa apresente alguma restrição.

30.5.1. Havendo alguma restrição na documentação para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 dias úteis, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, ao critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, devendo a empresa interessada anexar as respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa na ferramenta própria para o envio de anexos do Portal de Compras do Governo Federal.

30.5.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 30.5.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

30.6. Todo documento que não tiver prazo de validade estipulado em seu corpo será considerado como válido por 90 dias, contados a partir da data de sua emissão, exceto para habilitação jurídica e para o(s) atestado(s) exigidos na alínea “c.4”.

31. A falta de quaisquer dos documentos relacionados no item 30 deste Edital implicará inabilitação da interessada.

32. Encerrada a etapa de negociação, os licitantes deverão consultar regularmente o sistema para verificar se foi (foram) declarado(s) o(s) vencedor(es)."



## DOS RECURSOS

33. Declarado o vencedor, o Pregoeiro informará o prazo em que o sistema ficará disponível para o registro de intenção de recurso, que será de, no mínimo, trinta minutos.

33.1. Na ocasião da manifestação de intenção de recorrer, as licitantes deverão informar, no campo próprio do sistema Portal de Compras do Governo Federal, a síntese da motivação do recurso.

33.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, na sessão, importará a decadência do direito de recurso.

33.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

33.2.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

33.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

## DA CONTRATAÇÃO

34. A contratação do objeto será efetivada mediante assinatura do instrumento de contrato, cuja minuta encontra-se anexa, após a homologação da presente licitação.

34.1. Como condição para contratação, prorrogações e acréscimos contratuais, a licitante vencedora deste certame deverá apresentar as certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na alínea “b” do item 30 deste Edital. Na hipótese de as provas de regularidade não se encontrarem disponíveis nas respectivas homepages, a licitante deverá providenciar sua emissão no prazo máximo de 10 dias úteis contados da intimação deste Tribunal.

34.2. Fica estabelecido o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da comunicação deste Tribunal, para a licitante assinar o contrato decorrente desta licitação, o qual, na forma do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, constitui, neste procedimento, documento hábil à formalização da contratação do objeto.

35. Decairá do direito à contratação a licitante que, regularmente convocada, não assinar o contrato no prazo estipulado no subitem anterior, ou ainda, não apresentar as certidões de regularidade fiscal e trabalhista mencionadas no subitem 34.1, ficando caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.

36. Nos termos do disposto nos incisos XXIII e XVI do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, ocorrendo a hipótese descrita no item anterior, este Tribunal reserva-se o direito de convocar outra licitante para firmar a contratação, observado o disposto no subitem 29.3 deste Edital.

36.1. A licitante eventualmente convocada, na hipótese do disposto no *caput* deste item, caso aceite a convocação, ficará sujeita às mesmas obrigações e penalidades.

## DO PAGAMENTO

37. O pagamento da mensalidade será realizado mediante crédito na conta corrente da contratada até o dia 25 do mês de prestação do serviço, sendo efetuada a retenção na fonte



dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e, se for o caso, ISSQN.

37.1. A movimentação cadastral será encerrada pelo Tribunal no dia 20 de cada mês e encaminhada à contratada para os devidos ajustes no rol de beneficiários, os quais deverão ser implementados a contar do primeiro dia do mês subsequente.

37.2. A contratada deverá entregar o faturamento mensal do serviço ao Tribunal até o dia 5 do mês de prestação do serviço, contendo descrição completa dos valores cobrados, detalhados por beneficiário.

37.3. O pagamento dos valores referentes a eventuais serviços extracontratuais realizados e comprovadamente devidos será realizado mensalmente, por meio de crédito na conta corrente da contratada até o dia 25 de cada mês, após a entrega do documento fiscal correspondente.

37.4. Todos os serviços prestados aos beneficiários do contratante que não estiverem expressamente previstos no Termo de Referência mencionado no *caput* do item 1 ou que por ele forem expressamente afastados terão os custos arcados pelos beneficiários.

37.4.1. O pagamento de tais serviços será realizado mediante crédito na conta corrente da contratada até o dia 25 do mês subsequente à realização do desconto efetuado pelo contratante na folha de pagamento do beneficiário.

37.5. Na hipótese de a proposta ser apresentada pela matriz e o faturamento for realizado por CNPJ de filial, ou vice-versa, tal condição deverá constar expressamente da proposta, na qual deverão ser informados os respectivos números de CNPJ, bem como a licitante deverá encaminhar, para fins de habilitação, as provas de regularidade fiscal pertinente a ambos os números.

37.6. Para empresas optantes pelo SIMPLES - Sist. Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a retenção dos tributos referidos no *caput* deste item somente deixará de ser efetuada caso a licitante apresente, juntamente com o documento fiscal do primeiro pagamento, a declaração de opção, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, art. 4º, inciso XI, e art. 6º. Havendo alteração na situação declarada, durante a vigência da contratação, a contratada deverá informar ao Tribunal, sob pena das cominações previstas na legislação tributária e criminal.

37.7. A forma de pagamento referida no *caput* deste item é cláusula indisponível à licitante, sendo que qualquer outra forma de pagamento porventura disposta na proposta será desconsiderada.

37.8. Para todos os fins, considera-se como data do pagamento, o dia da emissão da ordem bancária.

37.9. No caso de os documentos apresentados para atendimento ao disposto no subitem 34.1 deste Edital estiverem vencidos quando da apresentação do documento fiscal, a licitante deverá providenciar a regularização.

37.10. Na eventualidade de atraso no pagamento entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento, serão devidos por este TRT:

- a) juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) ou 6% a.a. (seis por cento ao ano), por dia de atraso na efetivação do pagamento;
- b) multa moratória no percentual de 1% (um por cento) do valor da fatura em atraso; e
- c) atualização financeira pelo IGP-DI.

37.10.1. Não serão devidas quaisquer taxas de atualização financeira, juros ou multa moratória nas hipóteses em que houver a concorrência da contratada para o atraso no pagamento.

#### **DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO**

38. A avaliação dos serviços será realizada pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado.



38.1. O Instrumento de Medição de Resultado tem como objetivo definir critérios objetivos para avaliar a qualificação esperada dos serviços e, a partir de indicadores, identificar o **Índice de Nível de Serviço** executado, que servirá de base para o cálculo dos descontos aos quais a contratada poderá se submeter.

38.2. Todas as ocorrências identificadas pela fiscalização serão encaminhadas à contratada, para manifestação, até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

38.2.1. A contratada responderá aos apontamentos da fiscalização até o dia 25 do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

38.3. A fiscalização emitirá, até o dia 5 do 2º mês subsequente ao da prestação dos serviços, parecer acerca da aplicabilidade do desconto na fatura ou de envio de notificação à contratada.

38.4. Eventuais descontos decorrentes da aplicação do Instrumento de Medição de Resultado serão efetuados no 2º mês subsequente ao da prestação dos serviços.

38.5. A reiteração de ocorrências poderá caracterizar a inexecução parcial do contrato.

38.6. Independentemente da utilização do Instrumento de Medição de Resultado, poderão ser aplicados outros mecanismos para avaliação dos serviços prestados.

38.7. Independentemente da utilização do Instrumento de Medição de Resultado, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas no contrato.

38.8. A fim de aferir o nível de qualidade dos serviços, a contratada deverá cumprir as condições elencadas abaixo, sob pena de incidirem os descontos a seguir especificados:

1. Deixar de responder, de imediato, às solicitações de procedimentos odontológicos que se caracterizem como urgência ou emergência.	
De 01 a 10 ocorrências	Desconto de <b>0,5%</b> sobre a fatura mensal do contrato, por ocorrência.
De 11 a 15 ocorrências	Desconto de <b>1%</b> sobre a fatura mensal do contrato, por ocorrência.
De 16 a 20 ocorrências	Desconto de <b>2%</b> sobre a fatura mensal do contrato, por ocorrência.
A partir da 21ª ocorrência	A contratada estará sujeita, além do desconto de <b>2%</b> sobre a fatura mensal, à penalização, conforme contrato.

2. O descumprimento dos prazos estabelecidos na Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 259/2011 para responder os pedidos de procedimentos odontológicos efetuados pelo contratante, contados a partir do dia subsequente à solicitação, acarretará, não cumulativamente:	
De 02 a 10 ocorrências	Desconto de <b>0,2%</b> sobre a fatura mensal do contrato, por ocorrência.
De 11 a 15 ocorrências	Desconto de <b>0,5%</b> sobre a fatura mensal do contrato, por ocorrência.
De 16 a 20 ocorrências	Desconto de <b>1%</b> sobre a fatura mensal do contrato, por ocorrência.
A partir da 21ª ocorrência	A contratada estará sujeita, além do desconto de <b>1%</b> sobre a fatura mensal, à penalização, conforme contrato.

3. Deixar de atender às solicitações do contratante, imediatamente após a notificação, de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, quando se caracterizar urgência e/ou emergência:	
A partir do 1º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>0,5%</b> sobre a fatura mensal do contrato.
A partir do 2º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>1,5%</b> sobre a fatura mensal do contrato.





**TRT 4ª Região**  
**Pregão Eletrônico nº 09/2022**

A partir do 3º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>2%</b> sobre a fatura mensal do contrato.
A partir do 4º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>2,5%</b> sobre a fatura mensal do contrato.
A partir do 5º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>3%</b> sobre a fatura mensal do contrato.
Atraso superior a 5 dias úteis subsequentes à solicitação	A contratada estará sujeita, além do desconto de <b>3%</b> sobre a fatura mensal, à penalização, conforme contrato.

<b>4. Deixar de atender às solicitações do contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação, de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados:</b>	
A partir do 1º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>0,5%</b> sobre a fatura mensal do contrato.
A partir do 2º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>1,5%</b> sobre a fatura mensal do contrato.
A partir do 3º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>2%</b> sobre a fatura mensal do contrato.
A partir do 4º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>2,5%</b> sobre a fatura mensal do contrato.
A partir do 5º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>3%</b> sobre a fatura mensal do contrato.
Atraso superior a 5 dias úteis subsequentes à solicitação	A contratada estará sujeita, além do desconto de <b>3%</b> sobre a fatura mensal, à penalização, conforme contrato.

<b>5. A indisponibilidade, dentro do mesmo mês, da central telefônica de atendimento ao usuário 24h, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para informações pertinentes aos serviços, mediante linha direta gratuita, acarretará:</b>	
De 05 a 10 ocorrências	Desconto de <b>0,5%</b> sobre a fatura mensal do contrato.
De 11 a 15 ocorrências	Desconto de <b>1%</b> sobre a fatura mensal do contrato.
De 16 a 20 ocorrências	Desconto de <b>2%</b> sobre a fatura mensal do contrato.
A partir da 21ª ocorrência	A contratada estará sujeita, além do desconto de <b>2%</b> sobre a fatura mensal, à penalização, conforme contrato.

**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

39. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 anos.

39.1. Considera-se comportamento inidôneo:

- a) participar da licitação impedida de licitar;
- b) apresentação de propostas para o mesmo item por empresas que possuam sócio em comum;
- c) participar da licitação sem possuir os requisitos de habilitação referentes ao cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista;

39.1.1. Poderão ser consideradas comportamento inidôneo as condutas a seguir elencadas caso constatados indícios de que a licitante sabia previamente que não atenderia às condições editalícias:

- a) ofertar produtos ou formular propostas em desacordo com as especificações do edital; e



b) participar da licitação sem possuir os requisitos de habilitação relativos à qualificação técnica.

40. A licitante ficará sujeita a multa correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor total do lance, nas seguintes hipóteses:

- a) incidência nas condutas descritas no item 39.1;
- b) não manutenção da proposta;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) fizer declaração falsa;
- e) deixar de entregar documentação exigida para o certame.

40.1. A multa prevista no *caput* deste item é limitada a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por ocorrência.

41. Na hipótese de inexecução do objeto desta licitação, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber e da sanção prevista no item 39, poderão ser aplicadas à contratada, as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do contrato.

41.1. A inexecução do contrato poderá ser caracterizada pelo descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações nele previstas, a critério do contratante.

41.2. O valor da parcela não executada do contrato corresponderá ao montante mensal estimado da contratação, multiplicado pelo número de meses restantes para o término da vigência contratual.

42. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no item 5.2.3 do Termo de Referência mencionado no *caput* do item 1, para designação de preposto, a contratada estará sujeita à multa diária de 0,01% (um centésimo por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

43. Na hipótese de descumprimento dos prazos estabelecidos nos itens 5.2.5 e 6.1.1 do Termo de Referência mencionado no *caput* do item 1, para disponibilização das informações referentes ao serviço contratado e início da prestação dos serviços, a contratada estará sujeita à multa diária de 0,01% (um centésimo por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

43.1. O atraso por período superior a 20 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério do contratante.

44. Na hipótese de descumprimento dos prazos estabelecidos nos itens 5.2.15 e 6.10 do Termo de Referência mencionado no *caput* do item 1, para disponibilização ou envio dos cartões aos beneficiários, a contratada estará sujeita à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

44.1. O atraso por período superior a 20 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério do contratante.

45. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no item 5.2.9 do Termo de Referência mencionado no *caput* do item 1, para credenciamento de serviço, a contratada estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) do valor mensal do contrato vigente na data estabelecida para o credenciamento, limitada a 1% (um por cento) do referido valor.



45.1. O atraso por período superior a 30 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério do contratante.

46. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no item 5.2.20 do Termo de Referência mencionado no *caput* do item 1, para prestação de informações e esclarecimentos solicitados pelo contratante, a contratada estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,01% (um centésimo por cento) do valor mensal do contrato vigente na data limite para prestação das informações solicitadas, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

47. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no item 5.2.19 do Termo de Referência mencionado no *caput* do item 1, para correção de faturas contestadas pelo contratante, a contratada estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do contrato vigente na data fixada para a correção, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

48. A cobrança dos valores devidos pelos licitantes ou contratados a título de multas observará o procedimento previsto no artigo 23 da Portaria nº 5.943, de 13 de outubro de 2016, da Presidência deste TRT.

49. Sempre que ocorrer situação de desacordo com o escopo contratado, e a fiscalização solicitar pronunciamento da contratada, esta deverá manifestar-se por escrito e promover a correção da situação motivadora da desconformidade.

49.1. Em qualquer caso, a contratada será notificada por escrito, e terá o prazo de 5 dias úteis para apresentar sua defesa.

50. Verificada a ocorrência de descumprimento durante a execução do contrato, a contratada será intimada para apresentar defesa prévia, no prazo de 5 dias úteis, a qual deverá ser encaminhada exclusivamente por e-mail para o endereço [dg@trt4.jus.br](mailto:dg@trt4.jus.br).

50.1. A defesa prévia deverá ser acompanhada de eventuais provas ou de seu requerimento, na forma dos artigos 369 a 484 do Código de Processo Civil de 2015.

50.2. Da decisão proferida pela administração caberá recurso administrativo, que deverá ser apresentado no prazo de 5 dias úteis, e encaminhado exclusivamente por e-mail para o endereço [dg@trt4.jus.br](mailto:dg@trt4.jus.br).

50.3. A apuração dos descumprimentos e a eventual cominação de sanções administrativas observarão o disposto na Portaria TRT4 nº 5.943, de 13 de outubro de 2016, da Presidência deste Tribunal.

## DO REAJUSTAMENTO

51. O reajustamento do valor unitário dos serviços se dará, mediante solicitação da contratada, a cada período de 12 meses contados a partir da data de apresentação da proposta, pelo IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aplicando-se sua variação a partir da referida data.

51.1. O reajustamento será calculado mediante a aplicação da variação acumulada do índice de reajuste sobre os preços praticados à época da concessão do reajuste.

51.2. Se a apresentação da proposta houver ocorrido até o décimo quinto dia do mês, será utilizado para cálculo do reajuste o índice acumulado do mês anterior à data-base. Se a apresentação da proposta houver ocorrido após o décimo quinto dia do mês, será aplicado o índice acumulado do mês correspondente à data-base.

51.3. Caso a variação acumulada no período seja positiva, o reajuste será concedido mediante requerimento da contratada à fiscalização do contrato e o valor resultante da aplicação do índice poderá ser objeto de negociação entre as partes.



51.4. Caso a variação acumulada no período seja negativa, o valor total do contrato será diminuído, automaticamente, com base na aplicação do índice.

51.5. A prorrogação da vigência do contrato sem prévio requerimento dos valores de reajuste implicará na preclusão do direito da contratada. Também ensejará a preclusão do direito ao reajuste a extinção do contrato sem a prévia apresentação de requerimento da contratada.

51.6. Na hipótese de legislação superveniente reduzir ou aumentar o prazo de suspensão de aplicação de reajuste aos contratos, adequar-se-á o instrumento de contrato para refletir tal circunstância.

## **DA PROTEÇÃO DE DADOS**

52. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente edital.

52.1. O Contratante figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A Contratada será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

52.2. As partes estão obrigadas a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste edital, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

52.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste edital, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

52.3.1. Eventualmente, as partes podem ajustar que o Contratante será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes deste subitem.

52.4. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Contratante (Portaria TRT4 nº 2036/2021), cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata este item.

52.5. Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término do objeto deste edital, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

52.5.1. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

52.5.2. Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

52.5.3. Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;

52.6. O Encarregado indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado pelo contrato indicado pelo Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados



pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

52.7. Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão.

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

53. Não poderá participar da licitação, porque vedada sua contratação, independentemente da modalidade de licitação, pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades administrativas situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, assim compreendidas, entre outras, a Presidência, a Vice-Presidência, a Corregedoria e a Diretoria-Geral (conforme inciso VI do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005).

53.1. A vedação descrita no *caput* se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização (conforme §3º do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005).

54. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, bem como de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (conforme o art. 3º da Resolução CNJ nº 7/2005).

55. As normas disciplinadoras deste Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

55.1. Os prazos para apresentação das propostas e/ou documentação, definidos no item 29 deste Edital, poderão ser prorrogados pelo pregoeiro, observado o interesse da Administração.

56. É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

57. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

58. Na forma do inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/1993, a contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

58.1. Caso este TRT verifique a não manutenção das condições habilitatórias, a contratada será notificada para regularizar a situação, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 dias úteis.



**TRT 4ª Região**  
**Pregão Eletrônico nº 09/2022**

58.2. Em caso de não atendimento à determinação constante no subitem anterior, a contratada poderá incorrer em inexecução contratual, hipótese que poderá ensejar a rescisão do contrato.

59. O TRT da 4ª Região poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, na forma do art. 49 da Lei nº 8.666/1993.

60. Eventuais recursos decorrentes da presente licitação, exceto aquele disciplinado no item 33 supra, que possui regramento próprio, deverão ser encaminhados exclusivamente por e-mail para o endereço [dg@trt4.jus.br](mailto:dg@trt4.jus.br).

61. O prazo de validade da proposta, referido no item 19 é cláusula indisponível à licitante. Portanto, será desconsiderado qualquer outro prazo relativo ao item em questão, porventura disposto na proposta.

62. A gestão e fiscalização do contrato será exercida pelos seguintes servidores:

Integrante	Titular	Substituto	Unidade
<b>Gestor:</b>	Lucia Thomé de Oliveira	Maria Augusta Kinnemann	SEGESP
<b>Fiscal:</b>	Luiz André da Costa Dorneles	Daniela Kriegel	SB/SEGESP

62.1. O **gestor** do contrato ficará responsável por:

- a) Organizar a reunião inicial;
- b) encaminhar alterações contratuais;
- c) controlar prazos e indicadores contratuais;
- d) atestar notas fiscais;
- e) tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;
- f) verificar as obrigações previstas no encerramento do contrato.

62.2. O **fiscal** do contrato ficará responsável por:

- a) Participar da reunião inicial;
- b) monitorar e conferir cumprimento de prazos contratuais;
- c) conferir documentação exigida no contrato;
- d) verificar a conformidade da fatura do objeto contratado;
- e) acompanhar a execução do objeto de acordo com o contrato;
- f) encaminhar à contratada as demandas que surgirem no curso da execução do contrato, por e-mail ou outro canal a ser definido na reunião inicial.
- g) informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

62.3. Mecanismos formais de comunicação:

62.3.1. Será realizada uma reunião inicial com a participação da contratada, do gestor e dos fiscais do contrato.

62.3.2. Toda a logística processual e de tratativas com a contratada deverão ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico.

62.3.3. O mecanismo formal de comunicação a ser utilizado para todos os assuntos relacionados ao contrato será o endereço eletrônico **[beneficios@trt4.jus.br](mailto:beneficios@trt4.jus.br)**.

62.3.4. A contratada deverá manter, ainda, um(a) consultor(a) gerente devidamente assessorado(a) por equipe de relacionamento empresarial, com disponibilidade para atendimento por intermédio de rede de telefonia fixa e/ou móvel, para tratativas relacionadas às demandas que possam surgir e que exijam medidas imediatas.

63. A contratada obriga-se a manter seu endereço e telefone atualizados durante toda a vigência da contratação, mediante envio de mensagem eletrônica para o endereço [sal@trt4.jus.br](mailto:sal@trt4.jus.br).



**TRT 4ª Região**  
**Pregão Eletrônico nº 09/2022**

64. Na hipótese de haver divergência entre os termos do presente Edital e os termos do Anexo I do Edital - Termo de Referência, prevalece o disposto no presente Edital.

65. Todas as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos consignados para este Tribunal no Orçamento Geral da União para os exercícios de 2022, 2023 e 2024, Programa de Trabalho: 168115 - Assistência Médica e Odontológica, Classificação: 3390395002 - serviços odontológicos, os quais serão discriminados nas respectivas notas de empenho.

66. A prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos desta licitação sujeita o agente às sanções previstas no Decreto-Lei nº 2.848/1940, Título XI, Capítulo II-B.

67. São partes integrantes deste Edital:

67.1. Anexo I do Edital - Termo de Referência (26 páginas).

- *Anexo I do Termo de Referência - Relação das microrregiões (3 páginas).*

- *Anexo II do Termo de Referência - Estudos Técnicos Preliminares (40 páginas).*

67.2. Anexo II do Edital - Modelo de Proposta (1 página).

67.3. Anexo III do Edital - Minuta do Contrato (21 páginas).

68. As eventuais impugnações deverão ser apresentadas pelo e-mail **[pregao@trt4.jus.br](mailto:pregao@trt4.jus.br)** ou entregues na Coordenadoria de Licitações e Contratos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sita na Av. Praia de Belas, nº 1.100, prédio administrativo, 6º andar, ala norte, em Porto Alegre/RS (CEP 90110-903), até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

68.1 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

68.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

68.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

69. Solicitações de esclarecimento deverão ser encaminhadas pelo e-mail **[pregao@trt4.jus.br](mailto:pregao@trt4.jus.br)**, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

69.1. Os questionamentos apresentados, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no *site* deste Tribunal, no link <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/licitacoes-compras-e-contratos>, ficando as interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

70. As empresas interessadas em participar do presente certame e que desejem ser notificadas das alterações que eventualmente este Edital venha a sofrer deverão encaminhar e-mail para o endereço **[pregao@trt4.jus.br](mailto:pregao@trt4.jus.br)** informando seus dados (razão social, CNPJ, telefone e endereço eletrônico) e o número da licitação. O envio do e-mail não é vinculativo para a participação na licitação.

71. As interessadas deverão observar, para fins de contagem de prazos, o horário de expediente do Órgão (das 10h às 18h), inclusive, na hipótese de encaminhamentos de documentos e/ou petições por meio de mensagens eletrônicas para o endereço **[pregao@trt4.jus.br](mailto:pregao@trt4.jus.br)**.

72. Os procedimentos de assinatura de documentos do processo serão feitos via Portal PROAD, mediante cadastramento prévio do representante legal da licitante junto ao TRT da 4ª Região.





**TRT 4ª Região**  
**Pregão Eletrônico nº 09/2022**

72.1. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo e o uso das senhas, não cabendo ao TRT da 4ª Região a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das senhas, ainda que por terceiros.

Porto Alegre/RS, 03 de junho de 2022.

*Documento assinado digitalmente*  
**SIMONE PEREIRA JUSTINO GOULART**  
Coordenadora de Licitações e Contratos





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 OBJETO**

- 1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica, para atendimentos de natureza clínica e cirúrgica de um total estimado de 13.831 beneficiários, por livre adesão, sem limite de idade, sem diferenciação por faixa etária e sem distinção de preços. O serviço deverá ser prestado por meio de rede, com abrangência (cobertura) em todo o território nacional e em 100% das microrregiões definidas na Portaria TRT4 nº 3.782/2013, cumprindo os requisitos mínimos de atuação do atendimento (cobertura e operação) previstos no item 6.10 e Anexo I. O plano ou seguro deverá contemplar, no mínimo, a cobertura e os procedimentos constantes do Anexo I - Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, segmentação Odontológica, da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 465/2021 e alterações posteriores.
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de **serviço comum de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, uma vez que:
- 1.2.1 Os trabalhos serão realizados nas dependências da CONTRATADA ou na rede própria, cooperada, credenciada, contratada e/ou referenciada desta, tendo os beneficiários do plano ou seguro o acesso ao serviço final.
- 1.2.2 O serviço pode ser determinado e especificado em edital a partir de características de desempenho e qualidade que estão comumente disponibilizadas no mercado por fornecedores, independentemente do seu grau de complexidade, estando de acordo com o definido no art. 1º, § 1º, da Lei nº 10.520/2002.
- 1.3. Tendo em vista que o objeto não permite sua divisão em parcelas técnica e economicamente viáveis, respeitadas a sua integralidade e interdependência técnica-operacional, **não é possível o seu parcelamento** sem prejuízos de continuidade, adequabilidade, compatibilidade e funcionalidade. Consideram-se, ainda, os benefícios do gerenciamento centralizado, vantagem para a Administração com a economicidade e o ganho em economia de escala, conforme entendimento da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União.
- 1.4. A presente contratação adotará a **execução indireta, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário**.

**2 FUNDAMENTAÇÃO**

- 2.1. A prestação de assistência à saúde suplementar odontológica para magistrados e servidores, ativos e inativos, bem como aos pensionistas está amparada no artigo 230 da Lei nº 8.112/1990 e na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 294/2019. Atualmente, não há odontólogos no quadro de servidores do TRT4 em virtude das aposentadorias desses profissionais nos últimos três anos, as quais ocorreram sem reposição, sendo a demanda suprida por atuação da Coordenadoria





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

de Saúde, conforme previsto na Portaria TRT nº 4.517/2020. No entanto, o serviço não está sendo prestado de forma satisfatória porque é realizado por apenas uma profissional, cedida pelo TRE/RS por meio período, e que presta atendimentos exclusivamente na cidade de Porto Alegre para servidores e magistrados ativos. Diante do exposto, tendo em vista a necessidade de ampliar o atendimento para servidores e magistrados ativos e inativos de todo o Estado, foram avaliadas outras formas de atendimento da demanda, conforme previsto no art. 4º da Resolução CNJ nº 294/2019, o que culminou na presente contratação.

**2.2.** Os demais elementos que fundamentam a presente contratação fazem parte dos estudos técnicos preliminares constantes nos seguintes documentos:

**2.2.1** Documento de Formalização da Demanda;

**2.2.2** Estudos Preliminares;

**2.2.3** Mapa de Riscos.

### **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução para a demanda de instituição de programa de assistência à saúde suplementar odontológica para magistrados e servidores compreende a contratação de operadora de plano ou seguro odontológico coletivo empresarial, devidamente registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A gestão da contratação será centralizada pelo Órgão e não será admitido o parcelamento do objeto. O modelo escolhido é o de pré-pagamento.

Na solução escolhida, os magistrados e servidores, ativos e inativos, e os pensionistas interessados em fazer uso do plano ou seguro de assistência à saúde odontológica poderão solicitar sua inclusão (livre adesão) no rol de beneficiários por meio de formulário próprio, autorizando eventual desconto em folha de pagamento do valor correspondente da mensalidade.

A área responsável solicitará a inclusão dos interessados na relação de beneficiários do serviço, de acordo com os prazos definidos junto à CONTRATADA. Os beneficiários titulares também poderão indicar beneficiários dependentes, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Portaria TRT4 nº 1.198/2022.

A gestão dos beneficiários do serviço será realizada pela área técnica do CONTRATANTE, a quem a CONTRATADA encaminhará os relatórios necessários para que possam ser realizados os pagamentos devidos.

Os serviços a serem ofertados pela CONTRATADA contemplarão, no mínimo, a cobertura e os procedimentos constantes do Anexo I - Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, segmentação Odontológica, da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 465/2021 e alterações posteriores.

Os possíveis beneficiários do novo plano ou seguro de assistência à saúde odontológica deverão se manifestar a respeito do interesse em aderir ao serviço em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

A CONTRATADA deverá fornecer planilhas em formato editável e aberto, a fim de que a área técnica possa realizar a gestão adequada das informações. Os prazos e as responsabilidades para solução das demandas que surgirem durante a execução do contrato estão especificados neste Termo de Referência.

A respeito da qualidade dos serviços, cabe registrar que a Instrução Normativa nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e é referência como boa prática a ser implementada na gestão de contratações, estabelece que a fiscalização dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços. O Instrumento de Medição de Resultado, segundo a referida norma, é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. A utilização desse instrumento é apropriada para serviços em que a qualidade é elemento essencial do objeto, sem a qual o serviço, mesmo prestado na sua totalidade, não se mostra adequado.

Para que isso seja possível, é fundamental que a natureza dos serviços contratados possibilite a aferição da qualidade com que serão prestados. No presente caso, a qualidade do serviço se dá tanto na relação entre beneficiários e CONTRATADA quanto entre odontólogos e pacientes. Diante da dificuldade de definir critérios objetivos para medição da relação odontólogo-paciente e tendo em vista que o usuário terá à sua disposição ampla rede de atendimento, com livre escolha, dentre os profissionais da rede da CONTRATADA, do profissional ou unidade de saúde odontológica em que buscará atendimento, tal contexto não será contemplado no Instrumento de Medição de Resultado desta contratação.

Ao mesmo tempo, a necessidade de agilidade da empresa CONTRATADA na solução de demandas como solicitações de procedimentos de urgência/emergência, interrupção na prestação dos serviços e indisponibilidade da central de atendimento, resultou na opção de adoção do Instrumento de Medição de Resultado para monitoramento das ocorrências registradas na relação beneficiário-CONTRATADA.

#### **4 REQUISITOS LEGAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1.** Instrução Normativa nº 05/2017 – Ministério do Planejamento e Gestão. (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
- 4.2.** Lei nº 8.666/1993 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências);
- 4.3.** Lei nº 9.656/1998 (Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde);





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

- 4.4. Lei nº 10.185/2001 (Dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde);
- 4.5. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);
- 4.6. Deliberações da Agência Nacional de Saúde Suplementar relacionadas a normatização e controle dos serviços de prestação de assistência à saúde suplementar (Elaboração das Normas da Saúde Suplementar);
- 4.7. Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar nºs 259/2011, 268/2011 e 465/2021;
- 4.8. Versão atualizada do Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde, segmentação Odontológica, conforme mantido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e respectivas Diretrizes de Utilização;
- 4.9. Resoluções normativas do Conselho de Saúde Suplementar;
- 4.10. Resolução CNJ nº 294/2019 (Regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário);
- 4.11. Portaria TRT4 nº 1.198/2022 (Dispõe sobre o Programa de Assistência à Saúde Suplementar no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região).

## **5 DAS OBRIGAÇÕES**

### **5.1. Deveres e Responsabilidades do CONTRATANTE:**

- 5.1.1 Relacionar todas as informações necessárias para fins de cadastramento dos beneficiários, fornecendo tal relação à CONTRATADA na forma de arquivo de dados e seguindo as diretrizes da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
- 5.1.2 Informar periodicamente à CONTRATADA, por meio digital ou por escrito, qualquer inclusão ou exclusão de beneficiário.
- 5.1.3 Comunicar à CONTRATADA, por meio digital ou por escrito, os casos em que o beneficiário, por qualquer motivo, perder o direito ao atendimento nas condições exigidas contratualmente.
- 5.1.4 Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 5.1.5 Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços.
- 5.1.6 Sustar a execução de quaisquer trabalhos que estejam em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.
- 5.1.7 Efetuar os pagamentos devidos.

### **5.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA:**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

- 5.2.1** Comprovar registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar, órgão que regula e fiscaliza a execução de serviços de assistência à saúde odontológica, e, no caso de se tratar de seguradora, comprovar registro também na Superintendência de Seguros Privados, ambos em plena validade, e apresentar atestados de capacidade técnica e operacional emitidos por pessoas jurídicas públicas ou privadas, a fim de demonstrar aptidão no desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação e experiência na prestação do serviço de assistência à saúde odontológica, conforme requisitos expressos na Lei nº 9.656/1998.
- 5.2.2** Comprovar que dispõe de profissionais habilitados à prestação dos serviços contratados em nível nacional e em 100% das microrregiões definidas na Portaria TRT4 nº 3.782/2013, bem como que cumpre os requisitos mínimos de cobertura e operação do atendimento constantes no item 6.10 e Anexo I.
- 5.2.3** Indicar, em até 10 dias contados da assinatura do Contrato, um preposto, sendo este o interlocutor da CONTRATADA junto ao CONTRATANTE para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.
- 5.2.3.1** Na ausência do preposto, a CONTRATADA deverá providenciar, de imediato, um substituto para interagir com a fiscalização do CONTRATANTE.
- 5.2.4** Observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, nos termos em que especificado no Edital, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.
- 5.2.5** Disponibilizar em portal eletrônico próprio, no mesmo prazo de que trata o item 6.1.1, as informações referentes ao plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica contratado, conforme denominação apresentada na proposta.
- 5.2.6** Assegurar aos beneficiários do CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.656/1998, a prestação continuada de assistência à saúde odontológica, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimentos de natureza clínica e cirúrgica, contemplando a cobertura e os procedimentos previstos no Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde, segmentação Odontológica, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.
- 5.2.7** Fornecer aos beneficiários do CONTRATANTE cartões de identificação na versão digital constando seus respectivos nomes, bem como o plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica a que pertencem, cuja apresentação, acompanhada de documento de identificação pessoal, assegure o direito à utilização do benefício.
- 5.2.8** Disponibilizar aos beneficiários os recursos atualizados da rede própria, cooperativa, credenciada, contratada e/ou referenciada em ambiente virtual, constando: nome, telefone e endereço de clínicas, centros clínicos, consultórios, atendimentos de urgência/emergência e demais serviços complementares, bem





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

como odontólogos e serviços auxiliares, atualizando os dados sempre que houver alguma modificação.

**5.2.9** Manter a rede de atendimento em número igual ou superior ao mínimo exigido no ato da contratação e, caso haja descredenciamento de qualquer serviço, credenciar outro com a mesma capacidade técnica e abrangência no prazo máximo de 30 dias contados do descredenciamento, informando imediatamente ao CONTRATANTE.

**5.2.10** Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

**5.2.11** Manter, durante a vigência do Contrato, com rigorosa seleção, rede própria, cooperada, credenciada, contratada e/ou referenciada para atendimento aos beneficiários, abrangendo centros clínicos, clínicas, consultórios e demais serviços complementares, bem como de profissionais que prestarão os serviços, todos devidamente registrados nos órgãos competentes, conforme especificações deste Termo de Referência.

**5.2.12** Manter atendimento de assistência à saúde odontológica a nível nacional, conforme especificações deste Termo de Referência.

**5.2.13** Assegurar a execução dos serviços, conforme a forma preconizada em lei e de acordo com as normas e regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, Resoluções Normativas do Conselho de Saúde Suplementar e observando o estabelecido neste Termo de Referência.

**5.2.14** Garantir aos beneficiários o acesso a todos os serviços objeto desta contratação, independentemente da apresentação do cartão de identificação.

**5.2.15** Instituir controle de validade dos cartões de identificação, devendo, até o prazo máximo de 40 (quarenta) dias antes de expirado o prazo de validade, disponibilizar novos cartões de identificação na versão digital aos beneficiários.

**5.2.16** Disponibilizar mensalmente ao CONTRATANTE, em planilha com formato aberto e não proprietário, dados atualizados relativos aos usuários cobertos pelo plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica contratado, contendo os respectivos dados cadastrais e a relação de dependência, quando for o caso, e possibilitando a obtenção de relatórios pormenorizados relativos a:

**5.2.16.1** utilização dos serviços (consultas, exames e procedimentos realizados para cada especialidade);

**5.2.16.2** especialidades mais utilizadas;

**5.2.16.3** consultórios, clínicas de radiologia e serviços mais utilizados;

**5.2.16.4** rede própria, cooperada, credenciada, contratada e/ou referenciada atualizada;

**5.2.16.5** movimentação cadastral.

**5.2.17** Enviar mensalmente ao CONTRATANTE, via correio eletrônico ou outro meio similar, planilha eletrônica em formato aberto e não proprietário







**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

contendo a relação de todos os beneficiários cadastrados, com discriminação entre titulares e respectivos dependentes, seus quantitativos individualizados, seus valores monetários correspondentes e os valores totais (quantitativos e monetários) de cada uma dessas categorias (titular e dependente), para conferência.

- 5.2.18** Enviar mensalmente ao CONTRATANTE, via correio eletrônico ou outro meio similar, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, Nota Fiscal Fatura ou, ainda, Recibo, acompanhada(o) de boleto de pagamento.
- 5.2.19** Corrigir faturas contestadas por este TRT em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- 5.2.20** Emitir quaisquer relatórios, planilhas, listagens, certidões ou documentos e prestar, em até 48 (quarenta e oito) horas contadas da solicitação, informações e esclarecimentos requeridos pelo CONTRATANTE.
- 5.2.21** Manter central de atendimento telefônico 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, mediante linha direta gratuita para atendimento aos usuários que necessitem de informações pertinentes aos serviços, conforme disposições contratuais.
- 5.2.22** Manter a rede de atendimento atualizada, promovendo os credenciamentos necessários e que permitam a prestação dos serviços em regime de excelência.
- 5.2.23** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 5.2.24** Providenciar a imediata correção das deficiências nos serviços apontadas pelo CONTRATANTE, responsabilizando-se pelos fatos advindos da ineficiência, morosidade e irregularidades praticadas por seus empregados e prepostos, exceto no que se refere a procedimentos odontológicos, em que prevalece a relação odontólogo-paciente e a responsabilidade de ambos.
- 5.2.25** Responder, de imediato, às solicitações de procedimentos odontológicos que se caracterizem como urgência e/ou emergência.
- 5.2.26** Responder às solicitações de procedimentos odontológicos nos prazos previstos na Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 259/2011.
- 5.2.27** Atender às solicitações da unidade fiscalizadora do CONTRATANTE, corrigindo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados e, de imediato, quando se caracterizar urgência e/ou emergência.
- 5.2.28** Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados por meio de supervisão permanente, de modo a assegurar sua prestação correta e eficaz e sanar as falhas que porventura venham a ocorrer.
- 5.2.29** Comunicar à unidade fiscalizadora do CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

- 5.2.30** Comunicar, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, quando verificar condições inadequadas para a execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicá-los, bem como eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando, neste caso, justificativas que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.
- 5.2.31** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE, aos beneficiários do plano ou seguro de assistência à saúde odontológica ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 5.2.32** Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus credenciados durante a execução dos serviços.
- 5.2.33** Manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.
- 5.2.34** Assumir a responsabilidade por todos os custos, encargos fiscais e comerciais, tributos e contribuições previdenciárias e sociais previstos nos normativos em vigor, saldando-os na época própria.
- 5.2.35** Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, ajuizadas contra si e em decorrência da prestação dos serviços.
- 5.2.36** Dispor de equipe especializada para oferecer todo o suporte na implantação, manutenção e gerenciamento do plano ou seguro, mantendo um canal de comunicação exclusivo com o CONTRATANTE no decorrer do Contrato.
- 5.2.37** Não aplicar nenhum custo administrativo por ocasião de inclusão, exclusão ou alteração de beneficiários, à exceção do custo de emissão do cartão de identificação na versão física, conforme disposto no item 6.9.4.
- 5.2.38** Efetuar os pagamentos dos serviços utilizados junto à rede de atendimento nos prazos estabelecidos, objetivando manter o seu funcionamento adequado.
- 5.2.39** Garantir atendimento para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida em unidades que ofereçam condições de acessibilidade.
- 5.2.40** Obedecer às normas técnicas de saúde, segurança do trabalho e proteção do meio ambiente.
- 5.2.41** Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior justificados e aceitos pelo CONTRATANTE, não devem ser interrompidos.
- 5.2.42** Responsabilizar-se pela proteção de dados dos beneficiários fornecidos pelo CONTRATANTE, de modo a cumprir com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 5.2.43** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

- 5.2.44** Responder por eventuais despesas adicionais ao valor do Contrato, tais como custos com deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho aos sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, entre outros.

## **6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 6.1.** A presente contratação terá início com a assinatura do Contrato e vigorará por **30 (trinta) meses**, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**6.1.1** O prazo para início dos serviços será de 10 (dez) dias úteis contados da disponibilização, pelo CONTRATANTE, da listagem de beneficiários a serem incluídos no plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica.

- 6.2.** O plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica será prestado sob o regime coletivo, por adesão, a preço *per capita* previamente determinado e sem qualquer tipo de coparticipação.

- 6.3.** A CONTRATADA deverá assegurar a todos os beneficiários inscritos no plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica a cobertura estabelecida no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, segmentação Odontológica, da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 465/2021 e alterações posteriores, de acordo com as especificações contratuais, não sendo admitido qualquer tipo de limitação nas coberturas garantidas pela referida norma.

- 6.4.** A utilização dos serviços será por intermédio do acesso direto dos beneficiários à rede própria, cooperativa, credenciada, contratada e/ou referenciada da CONTRATADA, disponível em nível nacional e na jurisdição do CONTRATANTE, conforme item 6.10 e Anexo I, sendo vedada aos usuários a livre escolha de profissionais ou serviços fora da rede, à exceção dos casos de atendimentos de urgência e/ou emergência ou quando não for possível a utilização dos serviços da CONTRATADA, ocasião em que serão aplicadas as condições de reembolso previstas no item 6.14.

- 6.5.** Será facultado à CONTRATADA disponibilizar, a qualquer momento durante a vigência do Contrato, serviços adicionais àqueles especificados neste Termo de Referência, observando-se o que segue:

**6.5.1** A adesão aos serviços adicionais eventualmente disponibilizados será optativa, sendo que os beneficiários deverão manifestar formalmente, em formulário próprio, o desejo de incluir os referidos serviços adicionais à configuração do seu plano ou seguro;

**6.5.2** A inclusão dos serviços adicionais será celebrada por aditamento contratual, sujeitando-se estes serviços às demais cláusulas contratuais;

**6.5.3** O custeio de eventuais serviços adicionais será realizado integralmente pelos respectivos beneficiários.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**6.6. Dos Beneficiários:**

**6.6.1** Os beneficiários do Plano de Saúde se classificam em **titulares e dependentes**.

**6.6.2** São beneficiários **titulares**:

**6.6.2.1** magistrados e servidores, ativos e inativos;

**6.6.2.2** servidores sem vínculo efetivo com a Administração Pública, no exercício de cargo em comissão;

**6.6.2.3** servidores de outros quadros à disposição deste CONTRATANTE e que optarem pelo benefício deste Órgão;

**6.6.2.4** beneficiários de pensão estatutária (pensionistas).

**6.6.3** Qualifica-se como beneficiário **dependente** aquela pessoa inscrita pelo beneficiário titular, de acordo com a seguinte relação:

**6.6.3.1** cônjuge;

**6.6.3.2** companheiro(a) designado conforme a regulamentação interna vigente neste Órgão;

**6.6.3.3** ex-cônjuge ou ex-companheiro(a) que perceba pensão alimentícia;

**6.6.3.4** filho(a) e enteado(a);

**6.6.3.5** menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial;

**6.6.3.6** pai e mãe;

**6.6.3.7** irmão/irmã inválido(a) ou interditado(a) por alienação mental, sem economia própria, que viva sob a dependência econômica do beneficiário titular.

**6.6.4** É vedado ao beneficiário de pensão estatutária (pensionista) participante do plano ou seguro de saúde odontológica inscrever beneficiários dependentes.

**6.6.5** A CONTRATADA fica obrigada a garantir a inclusão de novos tipos de beneficiários em decorrência de alterações na regulamentação interna deste CONTRATANTE (Portaria TRT4 nº 1.198/2022).

**6.6.6** Todos os beneficiários relacionados nos itens 6.6.2 e 6.6.3 serão aceitos pela CONTRATADA, sem limite de idade.

**6.7. Das Inclusões, do Início da Cobertura e das Carências:**

**6.7.1** A cobertura assistencial terá início com a assinatura do Contrato, sem qualquer tipo de carência para os beneficiários que manifestarem interesse na





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

adesão ao plano ou seguro em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato.

**6.7.2** Durante a vigência do Contrato, as inclusões no plano ou seguro de assistência à saúde odontológica, com direito à cobertura assistencial imediata e sem cumprimento de carência, deverão ser solicitadas no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência das seguintes hipóteses:

**6.7.2.1** da data de exercício neste TRT4 de novos magistrados e servidores, abrangendo seus respectivos dependentes;

**6.7.2.2** da inclusão de cônjuge ou companheiro(a) nos assentamentos funcionais do magistrado ou servidor;

**6.7.2.3** do compromisso de guarda de menor ou adoção.

**6.7.3** As demais inclusões que não se enquadrarem nas hipóteses do subitem 6.7.2 cumprirão os seguintes períodos de carência:

**6.7.3.1** prazo de 24 (vinte e quatro) horas para cobertura dos casos de urgência e/ou emergência, conforme definições constantes do subitem 6.12 deste Termo de Referência;

**6.7.3.2** prazo de 30 (trinta) dias para todos os demais atendimentos e procedimentos odontológicos do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, segmentação Odontológica, da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

**6.7.4** Os beneficiários titulares serão responsabilizados pela utilização do plano ou seguro de assistência à saúde odontológica durante o cumprimento de carências, cujos valores serão cobrados pela operadora a título de custo operacional.

**6.7.5** Os beneficiários inscritos no plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica ficam obrigados a permanecer nessa condição pelo prazo de 1 (um) ano, contado a partir da adesão, caso tenham sido utilizados quaisquer dos recursos oferecidos;

**6.8. Das Exclusões e do Fim das Coberturas:**

**6.8.1** Constituem exclusões dos beneficiários titulares:

**6.8.1.1** cancelamento voluntário;

**6.8.1.2** falecimento;

**6.8.1.3** exoneração;

**6.8.1.4** vacância para posse em outro cargo inacumulável;

**6.8.1.5** perda da condição de beneficiário de pensão estatutária;

**6.8.1.6** demissão.

**6.8.2** No caso das hipóteses previstas pelo subitem 6.8.1, todos os beneficiários dependentes serão compulsoriamente excluídos.

**6.8.3** Constituem exclusões dos beneficiários dependentes:

**6.8.3.1** solicitação de cancelamento pelo beneficiário titular;





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

- 6.8.3.2** falecimento;
- 6.8.3.3** separação judicial, divórcio ou dissolução de união estável sem fixação judicial de pensão alimentícia;
- 6.8.3.4** perda da condição de dependência definida nos subitens 6.6.3.5 e 6.6.3.7 deste Termo de Referência.
- 6.8.4** Os beneficiários titulares serão responsabilizados pelos eventuais débitos remanescentes, bem como pelo custo operacional a ser cobrado pela operadora, em caso de utilização após a efetiva exclusão do plano ou seguro de assistência à saúde odontológica.
- 6.8.5** Nos casos de exclusão nos termos do item 6.8.1.1 e 6.8.1.3 a 6.8.1.6, o titular do plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica terá seu direito cessado, juntamente com seu(s) dependente(s):
- 6.8.5.1** a partir do 1º dia do mês subsequente ao mês de solicitação da exclusão, nos casos em que o requerimento for entregue ao CONTRATANTE do 1º ao 15º dia do mês;
- 6.8.5.2** a partir do 1º dia do 2º mês subsequente ao mês de solicitação da exclusão, nos casos em que o requerimento for entregue ao CONTRATANTE do 16º ao 31º dia do mês.
- 6.8.6** Na hipótese de exclusão previstas nos itens 6.8.1.2 e 6.8.3.2, as mensalidades devidas serão cobradas *pro rata die* até a data do falecimento, sendo o ajuste financeiro realizado mediante abatimento na fatura do mês subsequente ao da comunicação do óbito à operadora do plano ou seguro de assistência à saúde odontológica.
- 6.9. Da Operacionalização do Cadastro:**
- 6.9.1** A movimentação cadastral será encaminhada à CONTRATADA por correio eletrônico ou outro meio digital até o dia 20 (vinte) de cada mês para que sejam efetuadas eventuais inclusões, alterações e exclusões de beneficiários.
- 6.9.1.1** As inclusões, alterações e exclusões de beneficiários passarão a valer a contar do 1º (primeiro) dia do mês subsequente, salvo nas hipóteses de inclusão previstas no subitem 6.8.2, para as quais os pedidos de inclusão serão encaminhados imediatamente, mediante procedimento a ser convencionado por ocasião da reunião inicial.
- 6.9.1.2** Se o dia 20 (vinte) ocorrer em feriado ou final de semana, o cadastro será encaminhado no último dia útil imediatamente anterior a esta data.
- 6.9.2** É vedado à CONTRATADA cobrar qualquer taxa a título de movimentação cadastral e/ou expedição dos cartões de identificação na versão digital.
- 6.9.3** A CONTRATADA deverá fornecer ao beneficiário cartão de identificação na versão digital, o qual será disponibilizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do Contrato.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**6.9.3.1** Decorrido o prazo estabelecido no item 6.9.3, o cartão de identificação na versão digital do beneficiário que vier a solicitar inclusão no plano ou seguro será disponibilizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias do envio de dados à CONTRATADA.

**6.9.4** No caso de solicitação de cartão de identificação na versão física, o custo será integralmente arcado pelo beneficiário titular e o pedido será encaminhado à CONTRATADA mediante procedimento e valor a serem convencionados por ocasião da reunião inicial.

**6.9.4.1** O cartão de identificação na versão física será remetido ao endereço residencial do beneficiário no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do Contrato.

**6.9.4.2** Decorrido o prazo estabelecido no item 6.10.4.1, o cartão de identificação na versão física do beneficiário que vier a solicitar inclusão no plano ou seguro será encaminhado ao endereço residencial do beneficiário no prazo máximo de 15 (quinze) dias do envio de dados à CONTRATADA.

**6.9.4.3** O custo do cartão de identificação na versão física será limitado ao valor de emissão do plástico acrescido de eventuais taxas de envio para o endereço residencial do beneficiário.

**6.10. Da Área Geográfica de Cobertura e Atuação:**

**6.10.1** O plano ou seguro terá cobertura em todo o território nacional, em consultórios, clínicas, centros clínicos e outros serviços de saúde odontológica, próprios, cooperados, credenciados, contratados e/ou referenciados, devendo garantir, no mínimo, a cobertura prevista no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, segmentação Odontológica, da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 465/2021 e alterações posteriores.

**6.10.2** A CONTRATADA se compromete a manter assistência permanente (cobertura e operação) em 100% das microrregiões definidas na Portaria TRT4 nº 3.782/2013 e a cumprir os requisitos mínimos de municípios e postos de atendimento constantes no Anexo I.

**6.10.3** Por ocasião da assinatura do Contrato a CONTRATADA deverá apresentar, em mídia digital, lista individualizada de todos os serviços de saúde odontológica oferecidos em cada um dos municípios mencionados no subitem 6.10.2 e a nível nacional, devendo disponibilizar nova listagem ao TRT4 a cada alteração da rede de atendimento.

**6.10.4** A CONTRATADA se compromete a disponibilizar atendimento em todas as especialidades odontológicas em cada um dos municípios constantes no Anexo I ou em um raio de até 100km destes.

**6.10.4.1** Na ocasião de não haver atendimento em determinada especialidade odontológica disponível em algum dos municípios constantes no Anexo I ou em um raio de até 100km destes, a CONTRATADA se compromete a efetuar o reembolso ao beneficiário, nos termos do item 6.15.







**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**6.10.5** A CONTRATADA se compromete a disponibilizar atendimento em todas as especialidades odontológicas em cada uma das capitais dos Estados da Federação ou em um raio de até 50km destas.

**6.10.5.1** Na ocasião de não haver atendimento em determinada especialidade odontológica disponível em alguma das capitais dos Estados da Federação ou em um raio de até 50km destas, a CONTRATADA se compromete a efetuar o reembolso ao beneficiário, nos termos do item 6.14.

**6.11. Da Coparticipação:**

**6.11.1** É vedada a cobrança de coparticipação nos atendimentos e procedimentos odontológicos de qualquer especialidade.

**6.12. Das Urgências e Emergências:**

**6.12.1** Considera-se de urgência o atendimento imediato, motivado por processo doloroso ou de desconforto momentâneo, decorrente ou não de acidente.

**6.12.2** Considera-se atendimento de emergência o evento que implica em risco imediato de vida ou lesão irreparável para o paciente, a ser caracterizado em declaração do odontólogo.

**6.12.3** Nos casos de urgência e/ou emergência a operadora não poderá exigir autorização prévia para a realização de qualquer exame ou procedimento.

**6.12.4** Os atendimentos de urgência e/ou emergência serão garantidos após decorrido o prazo de carência de 24 (vinte e quatro) horas de inclusão do beneficiário no plano ou seguro, referido no subitem 6.7.3.1.

**6.12.5** A assistência odontológica para urgência e/ou emergência deve ser imediata, garantir a atenção e atuar no sentido da preservação da vida, órgãos e funções do beneficiário.

**6.12.6** Nos casos de urgência e/ou emergência, os beneficiários utilizarão preferencialmente os serviços da rede própria, cooperada, credenciada, contratada e/ou referenciada e, na impossibilidade, qualquer serviço de urgência e/ou emergência disponível, sendo os valores das despesas decorrentes reembolsados na forma do item 6.14 deste Termo de Referência.

**6.13. Das Exclusões de Cobertura Assistencial:**

**6.13.1** As exclusões da cobertura assistencial de que trata este Termo de Referência compreendem, no que couber, os procedimentos, materiais e medicamentos que não constem no rol daqueles inseridos na Lei nº 9.656/1998 e na Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 465/2021 e alterações posteriores, ou aqueles não reconhecidos pelo Conselho Federal de Odontologia, pela Agência de Vigilância Sanitária ou por outros órgãos reguladores e, ainda, a prestação do serviço de Atendimento Domiciliar.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**6.14. Do Reembolso:**

- 6.14.1** É garantido o reembolso de despesas com assistência à saúde odontológica quando não for possível a utilização dos serviços oferecidos pela operadora, nos limites das obrigações contratuais, conforme as previsões constantes nas Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar que tratam da matéria (RN nº 259/2011 e RN nº 268/2011) e alterações posteriores, devendo ser também observadas as hipóteses e condições definidas neste Termo de Referência.
- 6.14.2** Caberá reembolso das despesas efetuadas pelos beneficiários nas seguintes hipóteses:
- 6.14.2.1** Inexistência ou indisponibilidade de profissional integrante da rede assistencial da CONTRATADA que ofereça o serviço ou procedimento demandado, nos municípios definidos no Anexo I deste Termo de Referência, no qual o beneficiário esteja buscando atendimento, ou em um raio de até 100km deste.
  - 6.14.2.2** Inexistência ou indisponibilidade de profissional integrante da rede assistencial da CONTRATADA que ofereça o serviço ou procedimento demandado, em alguma das capitais dos Estados da Federação, na qual o beneficiário esteja buscando atendimento, ou em um raio de até 50km desta.
  - 6.14.2.3** Na paralisação do atendimento pela rede de serviços ou interrupção total de atendimento em determinada especialidade;
  - 6.14.2.4** Quando se tratar de atendimento de urgência e/ou emergência devidamente justificado pelo profissional que o executou, hipótese na qual o beneficiário poderá buscar atendimento de profissional não integrante da rede assistencial da CONTRATADA, conforme item 6.12.6.
- 6.14.3** Caso o beneficiário seja obrigado a pagar os custos do atendimento nas situações previstas nos itens 6.14.2.1, 6.14.2.2, 6.14.2.3 e 6.14.2.4, a CONTRATADA deverá reembolsá-lo integralmente do valor das despesas cuja cobertura esteja prevista no Contrato.
- 6.14.4** Para fins de reembolso, o beneficiário deverá apresentar a documentação adequada no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data do evento, sob pena de perder o direito ao reembolso.
- 6.14.5** Será de 30 (trinta) dias consecutivos o prazo máximo para o reembolso, contado do recebimento, pela CONTRATADA, do comprovante de pagamento acompanhado da documentação exigida.
- 6.14.6** A CONTRATADA informará ao CONTRATANTE, no início da vigência do Contrato, os documentos a serem apresentados pelos beneficiários para fins de reembolso das despesas odontológicas.
- 6.14.7** Em caso de negativa total e/ou parcial de reembolsos solicitados, a CONTRATADA deverá encaminhar para o beneficiário titular do plano, juntamente com os documentos originais do pedido indeferido, justificativa formal que fundamente os motivos da negativa.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**6.15. Da Qualidade do Atendimento aos Usuários:**

**6.15.1** Deverão ser utilizados medicamentos de uso odontológico, materiais dentários e anestésicos com propriedades biologicamente favoráveis, que apresentem boa performance clínica a longo prazo, devidamente atestados pelos elevados padrões da boa qualidade, que atendam às especificações e atualizações técnicas de indicação profissional e que tenham datas de validade em vigência, de forma a permitir a excelência no atendimento;

**6.15.2** Deverão ser utilizados instrumentais e equipamentos odontológicos que ofereçam o perfeito desempenho dos tratamentos realizados, bem como a proteção, na forma da legislação pertinente, da radiação emitida pelo uso de aparelhos de raios-x e outros radio-ionizantes à equipe profissional e aos usuários.

**6.16. Dos Mecanismos de Regulação:**

**6.16.1** O beneficiário poderá utilizar os serviços oferecidos pela CONTRATADA exclusivamente para atendimentos decorrentes de riscos cobertos.

**6.16.2** Ao utilizar a rede da CONTRATADA, o beneficiário não fará qualquer desembolso, cabendo à CONTRATADA efetuar o pagamento diretamente ao prestador do serviço, em nome e por conta do beneficiário.

**6.16.3** A lista de prestadores de serviço pode sofrer inclusões e/ou exclusões a qualquer tempo, comprometendo-se a CONTRATADA a manter a informação relativa ao rol de prestadores sempre atualizada.

**6.16.4** A CONTRATADA se reserva o direito de alterar a rede de prestadores de serviços, obedecidos os trâmites legais existentes.

**6.16.5** A marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos devem ser feitas de forma a atender os prazos exigidos nas Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar nºs 259/2011, 268/2011 e alterações posteriores.

**6.16.6** A operadora poderá exigir autorização prévia para a realização de eventos em saúde odontológica, devendo dar ampla publicidade destes mecanismos aos beneficiários.

**6.16.7** Nos casos de urgência e/ou emergência não será exigida autorização prévia para a realização de qualquer exame ou procedimento.

**6.16.8** A operadora deverá providenciar a realização de exames radiológicos sem a necessidade de autorização prévia, excetuando-se tomografias computadorizadas.

**6.16.9** No ato da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE a relação de todos os eventos em saúde odontológica que necessitem de autorização/senha para a sua realização.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

- 6.16.10** Nos casos em que a CONTRATADA estabelecer a necessidade de autorização prévia, a avaliação do atendimento solicitado deverá ser efetuada pelo profissional auditor no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data da solicitação, para fins de avaliação dos requisitos de aplicação das Diretrizes de Utilização da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ressalvadas as hipóteses de urgência e/ou emergência.
- 6.16.11** Em caso de divergência odontológica na concessão da autorização será garantida a instauração de junta odontológica para definição do impasse, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da solicitação, constituída pelo profissional solicitante do serviço ou de outro nomeado pelo beneficiário, pelo auditor odontólogo da CONTRATADA e por um terceiro, escolhido de comum acordo pelos dois profissionais acima nomeados, cuja remuneração ficará a cargo da CONTRATADA.
- 6.16.11.1** Se não houver acordo na escolha do odontólogo desempatador, a sua designação será solicitada ao Presidente de uma das sociedades odontológicas sediadas na cidade de Porto Alegre.
- 6.16.12** Em caso de negativa de autorização de quaisquer serviços solicitados, a CONTRATADA deverá encaminhar a negativa formal para o beneficiário interessado, conforme Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 395/2016 e alterações posteriores.

## **7 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 7.1.** A CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- 7.2.** Na hipótese de inexecução do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber e da sanção prevista no subitem 7.1, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:
- I.** advertência;
  - II.** multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do Contrato.
- 7.2.1** A inexecução do Contrato poderá ser caracterizada pelo descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações nele previstas, a critério do CONTRATANTE.
- 7.2.2** O valor da parcela não executada do Contrato corresponderá ao montante mensal estimado da contratação, multiplicado pelo número de meses restantes para o término da vigência contratual.
- 7.3.** Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no item 5.2.3 para designação de preposto, a CONTRATADA estará sujeita à multa diária de 0,01% (um





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

centésimo por cento) do valor mensal do Contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

**7.4.** Na hipótese de descumprimento dos prazos estabelecidos nos itens 5.2.5 e 6.1.1 para disponibilização das informações referentes ao serviço contratado e início da prestação dos serviços, a CONTRATADA estará sujeita à multa diária de 0,01% (um centésimo por cento) do valor mensal do Contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

**7.4.1** O atraso por período superior a 20 (vinte) dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério do CONTRATANTE.

**7.5.** Na hipótese de descumprimento dos prazos estabelecidos nos itens 5.2.15 e 6.9 para disponibilização ou envio dos cartões aos beneficiários, a CONTRATADA estará sujeita à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do Contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

**7.5.1** O atraso por período superior a 20 (vinte) dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério do CONTRATANTE.

**7.6.** Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no item 5.2.9, para credenciamento de serviço, a CONTRATADA estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) do valor mensal do Contrato vigente na data estabelecida para o credenciamento, limitada a 1% (um por cento) do referido valor.

**7.6.1** O atraso por período superior a 30 (trinta) dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério do CONTRATANTE.

**7.7.** Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no item 5.2.20, para prestação de informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,01% (um centésimo por cento) do valor mensal do Contrato vigente na data limite para prestação das informações solicitadas, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

**7.8.** Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no item 5.2.19, para correção de faturas contestadas pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do Contrato vigente na data fixada para a correção, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

## **8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**8.1.** Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:

<b>Integrante</b>	<b>Titular</b>	<b>Substituto</b>	<b>Unidade</b>
<b>Gestor:</b>	Lucia Thomé de Oliveira	Maria Augusta Kinnemann	SEGESP





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

<b>Fiscal:</b>	Luiz André da Costa Dorneles	Daniela Kriegel	SB/SEGESP
----------------	------------------------------	-----------------	-----------

**8.2. Mecanismos Formais de Comunicação**

**8.2.1** Será realizada uma reunião inicial com a participação da CONTRATADA, do gestor e dos fiscais do Contrato.

**8.2.2** Toda a logística processual e de tratativas com a CONTRATADA deverão ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico.

**8.2.3** O mecanismo formal de comunicação a ser utilizado para todos os assuntos relacionados ao Contrato será o endereço eletrônico [beneficios@trt4.jus.br](mailto:beneficios@trt4.jus.br).

**8.2.4** A CONTRATADA deverá manter, ainda, um(a) consultor(a) gerente devidamente assessorado(a) por equipe de relacionamento empresarial, com disponibilidade para atendimento por intermédio de rede de telefonia fixa e/ou móvel, para tratativas relacionadas às demandas que possam surgir e que exijam medidas imediatas.

**8.3. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do Contrato:**

**8.3.1** O gestor do Contrato ficará responsável por:

**8.3.1.1** Organizar a reunião inicial;

**8.3.1.2** Encaminhar alterações contratuais;

**8.3.1.3** Controlar prazos e indicadores contratuais;

**8.3.1.4** Atestar notas fiscais;

**8.3.1.5** Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;

**8.3.1.6** Verificar as obrigações previstas no encerramento do Contrato.

**8.3.2** O fiscal do Contrato ficará responsável por:

**8.3.2.1** Participar da reunião inicial;

**8.3.2.2** Monitorar e conferir cumprimento de prazos contratuais;

**8.3.2.3** Conferir documentação exigida no Contrato;

**8.3.2.4** Verificar a conformidade da fatura do objeto contratado;

**8.3.2.5** Acompanhar a execução do objeto de acordo com o Contrato;

**8.3.2.6** Encaminhar à CONTRATADA as demandas que surgirem no curso da execução do Contrato, por e-mail ou outro canal a ser definido na reunião inicial.

**8.3.2.7** Informar ao gestor do Contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**9 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

- 9.1.** A movimentação cadastral será encerrada pelo CONTRATANTE no dia 20 de cada mês e encaminhada à CONTRATADA para os devidos ajustes no rol de beneficiários, os quais deverão ser implementados a contar do primeiro dia do mês subsequente.
- 9.2.** A CONTRATADA deverá entregar o faturamento mensal do serviço ao CONTRATANTE até o dia 5 (cinco) do mês de prestação do serviço, contendo descrição completa dos valores cobrados, detalhados por beneficiário.
- 9.3.** O pagamento da mensalidade será realizado mediante crédito na conta corrente da CONTRATADA até o dia 25 (vinte e cinco) do mês de prestação do serviço, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e, se for o caso, ISSQN.
- 9.4.** O pagamento dos valores referentes a eventuais serviços extracontratuais realizados e comprovadamente devidos será realizado mensalmente, por meio de crédito na conta corrente da CONTRATADA até o dia 25 de cada mês, após a entrega do documento fiscal correspondente.
- 9.5.** Todos os serviços prestados aos beneficiários do CONTRATANTE que não estiverem expressamente previstos neste Termo de Referência ou que por ele forem expressamente afastados terão os custos arcados pelos beneficiários.
- 9.5.1** O pagamento de tais serviços será realizado mediante crédito na conta corrente da CONTRATADA até o dia 25 do mês subsequente à realização do desconto efetuado pelo CONTRATANTE na folha de pagamento do beneficiário.
- 9.6.** Instrumento de Medição de Resultado
- 9.6.1** A avaliação dos serviços será realizada pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado.
- 9.6.2** O Instrumento de Medição de Resultado tem como objetivo definir critérios objetivos para avaliar a qualificação esperada dos serviços e, a partir de indicadores, identificar o Índice de Nível de Serviço executado, que servirá de base para o cálculo dos descontos aos quais a CONTRATADA poderá se submeter.
- 9.6.3** Todas as ocorrências identificadas pela fiscalização serão encaminhadas à CONTRATADA, para manifestação, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- 9.6.3.1** A CONTRATADA responderá aos apontamentos da fiscalização até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- 9.6.4** A fiscalização emitirá, até o dia 5 (cinco) do 2º (segundo) mês subsequente ao da prestação dos serviços, parecer acerca da aplicabilidade do desconto na fatura ou de envio de notificação à CONTRATADA.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

- 9.6.5** Eventuais descontos decorrentes da aplicação do Instrumento de Medição de Resultado serão efetuados no 2º (segundo) mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- 9.6.6** A reiteração de ocorrências poderá caracterizar a inexecução parcial do Contrato.
- 9.6.7** Independentemente da utilização do Instrumento de Medição de Resultado, poderão ser aplicados outros mecanismos para avaliação dos serviços prestados.
- 9.6.8** Independentemente da utilização do Instrumento de Medição de Resultado, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas no Contrato.
- 9.6.9** A fim de aferir o nível de qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá cumprir as condições elencadas abaixo, sob pena de incidirem os descontos a seguir especificados:

<b>1. Deixar de responder, de imediato, às solicitações de procedimentos odontológicos que se caracterizem como urgência ou emergência</b>	
De 01 a 10 ocorrências	Desconto de 0,5% sobre a fatura mensal do Contrato, por ocorrência
De 11 a 15 ocorrências	Desconto de 1% sobre a fatura mensal do Contrato, por ocorrência
De 16 a 20 ocorrências	Desconto de 2% sobre a fatura mensal do Contrato, por ocorrência
A partir da 21ª ocorrência	A CONTRATADA estará sujeita, além do desconto de 2% sobre a fatura mensal, à penalização, conforme Contrato.
<b>2. O descumprimento dos prazos estabelecidos na Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 259/2011 para responder os pedidos de procedimentos odontológicos efetuados pelo CONTRATANTE, contados a partir do dia subsequente à solicitação, acarretará, não cumulativamente:</b>	
De 02 a 10 ocorrências	Desconto de 0,2% sobre a fatura mensal do Contrato, por ocorrência
De 11 a 15 ocorrências	Desconto de 0,5% sobre a fatura mensal do Contrato, por ocorrência







**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

De 16 a 20 ocorrências	Desconto de 1% sobre a fatura mensal do Contrato, por ocorrência
A partir da 21ª ocorrência	A CONTRATADA estará sujeita, além do desconto de 1% sobre a fatura mensal, à penalização, conforme Contrato.
<b>3. Deixar de atender às solicitações do CONTRATANTE, imediatamente após a notificação, de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, quando se caracterizar urgência e/ou emergência:</b>	
A partir do 1º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de 0,5% sobre a fatura mensal do Contrato
A partir do 2º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de 1,5% sobre a fatura mensal do Contrato
A partir do 3º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de 2% sobre a fatura mensal do Contrato
A partir do 4º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de 2,5% sobre a fatura mensal do Contrato
A partir do 5º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de 3% sobre a fatura mensal do Contrato
Atraso superior a 5 (cinco) dias úteis subsequentes à solicitação	A CONTRATADA estará sujeita, além do desconto de 3% sobre a fatura mensal, à penalização, conforme Contrato.
<b>4. Deixar de atender às solicitações do CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação, de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados:</b>	
A partir do 1º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de 0,5% sobre a fatura mensal do Contrato





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

A partir do 2º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de 1,5% sobre a fatura mensal do Contrato
A partir do 3º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de 2% sobre a fatura mensal do Contrato
A partir do 4º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de 2,5% sobre a fatura mensal do Contrato
A partir do 5º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de 3% sobre a fatura mensal do Contrato
Atraso superior a 5 (cinco) dias úteis subsequentes à solicitação	A CONTRATADA estará sujeita, além do desconto de 3% sobre a fatura mensal, à penalização, conforme Contrato.
<b>5. A indisponibilidade, dentro do mesmo mês, da central telefônica de atendimento ao usuário 24h, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para informações pertinentes aos serviços, mediante linha direta gratuita, acarretará:</b>	
De 05 a 10 ocorrências	Desconto de 0,5% sobre a fatura mensal do Contrato
De 11 a 15 ocorrências	Desconto de 1% sobre a fatura mensal do Contrato
De 16 a 20 ocorrências	Desconto de 2% sobre a fatura mensal do Contrato
A partir da 21ª ocorrência	A CONTRATADA estará sujeita, além do desconto de 2% sobre a fatura mensal, à penalização, conforme Contrato.

## **10 CRITÉRIOS DE REAJUSTE**

### **10.1. Conforme disposições do Edital e do Contrato.**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**11 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**11.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

**11.1.1** Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

**11.1.2** A licitante deverá comprovar a sua qualificação técnica conforme abaixo:

**11.1.2.1** Prova de registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar, mediante declaração expedida pela Autarquia ou indicação do número de registro.

**11.1.2.2** No caso de seguradora, a prova de registro na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), mediante declaração expedida pela Autarquia ou indicação do número de registro.

**11.1.2.3** Prova de registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar do(s) plano(s) ou seguro(s) ofertado(s), necessariamente de abrangência geográfica nacional, bem como da segmentação assistencial oferecida, nos termos da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 465/2021, mediante declaração expedida pela citada Autarquia ou indicação do número de registro.

**11.1.2.4** Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no(s) qual(is) esteja expressa a aptidão técnica da interessada na prestação de serviço de assistência odontológica, no regime de contratação coletiva, abrangendo, no mínimo, 3.000 (três mil) beneficiários.

**11.1.2.4.1** O atestado de capacidade técnica deverá conter, obrigatoriamente, a especificação do serviço, a identificação da empresa ou entidade que forneceu o atestado, a assinatura e o telefone para eventuais diligências.

**11.1.2.4.2** Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**11.1.2.5** Comprovação de que a empresa dispõe de profissionais habilitados à prestação dos serviços nos quantitativos mínimos e nas microrregiões abrangidas por este CONTRATANTE no estado do Rio Grande do Sul, conforme definido no Anexo I deste Termo de Referência.

**11.1.2.5.1** A comprovação deverá ser apresentada em arquivo eletrônico com formato aberto e não proprietário que permita a busca de termos e palavras-chave por meio do comando "Localizar", a fim de otimizar a análise da proposta pelo pregoeiro.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

12 ESTIMATIVA DETALHADA DOS PREÇOS

PESQUISA DE PREÇOS (PROAD 779/2022)				
Fonte 1 (fl. 354)	Fonte 2 (fl. 357)	Fonte 3 (fl. 365)	Fonte 4 (fl. 370)	Fonte 5 (fl. 379)
R\$ 24,93	R\$ 24,00	R\$ 15,74	R\$ 33,43	R\$ 30,00

Valor de Referência (PROAD 779/2022 - fl. 381)	
Metodologia de cálculo	Valor Estimado mensal <i>per capita</i>
Mediana das Fontes pesquisadas	R\$ 24,93

ESTIMATIVA: BENEFICIÁRIOS X PREÇO PER CAPITA			
Nº TITULARES	Nº DEPENDENTES	VALOR ESTIMADO MENSAL <i>PER CAPITA</i>	VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO
5.672	8.159	R\$ 24,93	R\$ 344.806,83

13 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

INDICAÇÃO DA FONTE DE RECURSOS
Assistência Médica e Odontológica - 3390.39.50 - serviços médico-hospitares

14 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Há critérios de sustentabilidade
----------------------------------





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**SIM** – Quais:

- A comunicação com a contratada se dará, preferencialmente, por meio eletrônico.
- A tramitação do processo administrativo de contratação será eletrônica.
- Os documentos elaborados pela contratada serão entregues no formato digital.

**15 PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**Contratação consta no Plano de Gestão de Contratações do ano corrente?**

☒ **SIM**    ☐ **NÃO**

**Código de Identificação da contratação (ID-PGC):** SEGES-06

**Equipe de Planejamento da Contratação**

*Documento assinado digitalmente*  
**LUIZ ANDRE DA COSTA DORNELES**  
Integrante Requisitante

*Documento assinado digitalmente*  
**MARIA AUGUSTA KINNEMANN**  
Integrante Requisitante e  
Gestora Substituta do Contrato

*Documento assinado digitalmente*  
**NATACHA MORAES DE OLIVEIRA**  
Integrante Requisitante

*Documento assinado digitalmente*  
**FABIANA DA SILVA PERDOMO**  
Integrante Técnico

*Documento assinado digitalmente*  
**JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS**  
Integrante Técnico

*Documento assinado digitalmente*  
**KARINA XAVIER HOLSTEIN**  
Integrante Técnico

*Documento assinado digitalmente*  
**RICARDO BRAGA BOTELHO**  
Integrante Técnico

*Documento assinado digitalmente*  
**TAIS NUNES DE ALBUQUERQUE**  
Integrante Técnico

*Documento assinado digitalmente*  
**LUCIA THOME DE OLIVEIRA**  
Gestora do Contrato





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**ANEXO I**

	Município	Quantidade mínima de pontos de atendimento
<b>Microrregião Campanha</b>	<b>Dom Pedrito</b>	Deverão constar, no mínimo, 10 (dez) pontos de atendimento na Microrregião Campanha, sendo abrangidos pelo menos 04 (quatro) dos municípios da Microrregião.
	<b>Rosário do Sul</b>	
	<b>Santana do Livramento</b>	
	<b>São Gabriel</b>	
	<b>Alegrete</b>	
	<b>Bagé</b>	
<b>Microrregião Capital</b>	<b>Porto Alegre</b>	Deverão constar, no mínimo, 24 (vinte e quatro) pontos de atendimento na cidade de Porto Alegre, divididos entre as regiões Centro, Sul e Norte da Capital.
<b>Microrregião Central</b>	<b>Santiago</b>	Deverão constar, no mínimo, 06 (seis) pontos de atendimento na Microrregião Central, sendo abrangidos pelo menos 02 (dois) dos municípios da Microrregião.
	<b>Cachoeira do Sul</b>	
	<b>Santa Maria</b>	
<b>Microrregião Fronteira Oeste</b>	<b>Itaqui</b>	Deverão constar, no mínimo, 06 (seis) pontos de atendimento na Microrregião Fronteira Oeste, sendo abrangidos pelo menos 02 (dois) dos municípios da Microrregião.
	<b>São Borja</b>	
	<b>Uruguaiana</b>	
<b>Microrregião Metropolitana</b>	<b>Taquari</b>	Deverão constar, no mínimo, 15 (quinze) pontos de atendimento na Microrregião Metropolitana, sendo abrangidos pelo menos 05 (cinco)
	<b>Triunfo</b>	





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

	São Jerônimo	dos municípios da Microrregião.
	Guaíba	
	Esteio	
	Sapucaia do Sul	
	Canoas	
<b>Microrregião Metropolitana Litoral Norte</b>	Capão da Canoa	Deverão constar, no mínimo, 15 (quinze) pontos de atendimento na Microrregião Metropolitana Litoral Norte, sendo abrangidos pelo menos 06 (seis) dos municípios da Microrregião.
	Tramandaí	
	Alvorada	
	Torres	
	Osório	
	Viamão	
	Cachoeirinha	
	Gravataí	
<b>Microrregião Missões</b>	Panambi	Deverão constar, no mínimo, 12 (doze) pontos de atendimento na Microrregião Missões, sendo abrangidos pelo menos 06 (seis) dos municípios da Microrregião.
	Três Passos	
	Palmeira das Missões	
	Cruz Alta	
	Frederico Westphalen	
	Ijuí	
	Santa Rosa	
	Santo Ângelo	
<b>Microrregião Planalto</b>	Soledade	Deverão constar, no mínimo, 12 (doze) pontos de atendimento na Microrregião Planalto, sendo abrangidos pelo menos 05 (cinco) dos municípios da Microrregião.
	Lagoa Vermelha	
	Marau	
	Vacaria	
	Carazinho	
	Erechim	
	Passo Fundo	
<b>Microrregião Serra</b>	Nova Prata	Deverão constar, no mínimo, 15 (quinze) pontos de atendimento na Microrregião Serra, sendo abrangidos pelo menos 04 (quatro) dos municípios da Microrregião.
	Farroupilha	





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

	Gramado	
	Bento Gonçalves	
	Caxias do Sul	
Microrregião Sul	São Lourenço do Sul	Deverão constar, no mínimo, 10 (dez) pontos de atendimento na Microrregião Sul, sendo abrangidos pelo menos 04 (quatro) dos municípios da Microrregião.
	Arroio Grande	
	Santa Vitória do Palmar	
	Camaquã	
	Rio Grande	
	Pelotas	
Microrregião Vale do Taquari	Encantado	Deverão constar, no mínimo, 08 (oito) pontos de atendimento na Microrregião Vale do Taquari, sendo abrangidos pelo menos 03 (três) dos municípios da Microrregião.
	Estrela	
	Lajeado	
	Santa Cruz do Sul	
Microrregião Vale dos Sinos	São Sebastião do Caí	Deverão constar, no mínimo, 15 (quinze) pontos de atendimento na Microrregião Vale dos Sinos, sendo abrangidos pelo menos 05 (cinco) dos municípios da Microrregião.
	Montenegro	
	Estância Velha	
	Sapiranga	
	São Leopoldo	
	Taquara	
	Novo Hamburgo	







**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**

**OBJETO A SER CONTRATADO<sup>1</sup>**

Programa de assistência à saúde suplementar odontológica para magistrados e servidores do TRT4, conforme previsto na Resolução CNJ nº 294/2019.

**IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE**

<b>Unidade/Setor:</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas/Seção de Benefícios
<b>Responsável:</b>	Maria Augusta Kinnemann
<b>Integrante Requisitante - indicado para compor a Equipe de Planejamento da Contratação:</b>	Luiz Andre da Costa Dorneles

**JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO<sup>2</sup>**

**2.1. Motivação da Contratação:**

A prestação de assistência à saúde suplementar odontológica para magistrados e servidores está prevista no inciso I do art. 3º da Resolução CNJ nº 294/2019. Atualmente, não há odontólogos no quadro de servidores do TRT4 em virtude das aposentadorias desses profissionais nos últimos três anos, sem reposição, sendo a demanda suprida por atuação da Coordenadoria de Saúde, conforme previsto na Portaria TRT nº 4517/2020. No entanto, o serviço não está sendo prestado de forma satisfatória porque é realizado por apenas uma profissional, cedida pelo TRE/RS por meio período, e que presta atendimentos exclusivamente na cidade de Porto Alegre para servidores e magistrados ativos. Diante do exposto, tendo em vista a necessidade de ampliar o atendimento para servidores e magistrados ativos e inativos de todo o Estado, é necessário avaliar outra forma de atendimento da demanda, conforme previsto no art. 4º da Resolução CNJ nº 294/2019.

<sup>1</sup> Este campo deve conter a descrição de forma resumida do objeto a ser contratado (produtos e/ou serviços).

<sup>2</sup> A justificativa deve conter os fatos e fundamentos que especifiquem a necessidade de uso/utilização do bem/serviço, bem como os benefícios a serem alcançados, considerando o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

**2.2. Objetivos da Contratação:**

- Cumprir os termos da Resolução CNJ nº 294/2019, que regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário.
- Fomentar a preservação da saúde dos servidores e magistrados para o alcance dos macrodesafios estabelecidos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.

QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADO <sup>3</sup>																							
DESCRIÇÃO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE																				
Quantitativos para a contratação atual:		O serviço será prestado aos magistrados e servidores, ativos e inativos, seus dependentes elegíveis, bem como aos beneficiários de pensão civil vinculados ao TRT4.																					
		O público a ser absorvido pela contratação poderá totalizar <b>13.831</b> beneficiários, conforme critérios e tabelas que seguem.																					
		Os beneficiários <b>diretamente</b> abrangidos foram contabilizados levando-se em consideração o número de possíveis <b>TITULARES, vinculados ou não ao plano de saúde deste TRT</b> , conforme distribuição do quadro abaixo:																					
		<table><tr><th></th><th>Ativos</th><th>Inativos</th><th>Total</th></tr><tr><td><b>Magistrados</b></td><td>287</td><td>202</td><td><b>489</b></td></tr><tr><td><b>Servidores</b></td><td>3.170</td><td>1.530</td><td><b>4.700</b></td></tr><tr><td><b>Pensionistas</b></td><td colspan="2"></td><td><b>483</b></td></tr><tr><td colspan="3"><b>TOTAL GERAL TITULARES:</b></td><td><b>5.672</b></td></tr></table>		Ativos	Inativos	Total	<b>Magistrados</b>	287	202	<b>489</b>	<b>Servidores</b>	3.170	1.530	<b>4.700</b>	<b>Pensionistas</b>			<b>483</b>	<b>TOTAL GERAL TITULARES:</b>			<b>5.672</b>	
		Ativos	Inativos	Total																			
	<b>Magistrados</b>	287	202	<b>489</b>																			
<b>Servidores</b>	3.170	1.530	<b>4.700</b>																				
<b>Pensionistas</b>			<b>483</b>																				
<b>TOTAL GERAL TITULARES:</b>			<b>5.672</b>																				
	A quantidade de possíveis DEPENDENTES foi estimada de acordo com a qualificação prevista na Portaria TRT4 nº 4.247/2015, considerando o número de beneficiários vinculados ao plano																						

<sup>3</sup> Além de especificar a quantidade de serviço a ser contratado, deve-se anexar a memória de cálculo no Processo Administrativo.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

	de saúde contratado por este TRT junto à Unimed Porto Alegre, conforme situação em 01/02/2022:		
		Subsidiados	Não subsidiados
	Dependentes	4.696	3.463
Total			
8.159			
No entanto, a título comparativo, cabe referir que a quantidade de beneficiários vinculados ao plano médico contratado por este Tribunal, em 01/04/2022, totaliza 13.186 vidas.			
Quantitativos referentes à contratação anterior:	Não se aplica. Atualmente, o serviço é prestado de forma parcial pela Coordenadoria de Saúde.		

PREVISÃO DA DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
Não se aplica.

LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO/ENTREGA
Não se aplica.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO
A contratação está alinhada a algum objetivo do Plano Estratégico Institucional do Tribunal?
Sim – Qual? Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

RESPONSÁVEIS PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	
<i>documento assinado digitalmente</i> NATACHA MORAES DE OLIVEIRA Diretora-Geral	<i>Documento assinado digitalmente</i> LUCIA THOME DE OLIVEIRA Coordenadora de Informações Funcionais
<i>Documento assinado digitalmente</i> MARIA AUGUSTA KINNEMANN Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas	<i>documento assinado digitalmente</i> LUIZ ANDRE DA COSTA DORNELES Assistente-Chefe da Seção de Benefícios





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS	
INSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO <sup>1</sup>	
Objeto a ser contratado <sup>2</sup> : Programa de assistência à saúde complementar odontológica para magistrados e servidores do TRT4, conforme previsto na Resolução CNJ nº 294/2019.	
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO <sup>3</sup>	
Integrante	Unidade/Setor
Requisitante	Luiz André da Costa Dorneles – SEGESP / Seção de Benefícios
Técnico	Fabiana da Silva Perdomo - Coordenadoria de Saúde
Gestora do contrato	Lucia Thomé de Oliveira – SEGESP
Secretaria de Gestão de Pessoas	Maria Augusta Kinnemann
Secretaria de Administração	João Henrique Carvalho de Lima Ribas
Diretoria-Geral	Ricardo Braga Botelho
Diretoria-Geral	Karina Xavier Holstein

Equipe de Planejamento da Contratação	
Os integrantes da equipe de planejamento da contratação declaram ciência da sua nomeação, bem como possuir conhecimento das regras e diretrizes consignadas na Instrução Normativa nº 5/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	
<i>Documento assinado digitalmente</i> LUIZ ANDRE DA COSTA DORNELES Integrante Requisitante	<i>Documento assinado digitalmente</i> JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS Integrante Técnico

<sup>1</sup> A formalização da equipe de planejamento da contratação é obrigatória para contratação de serviços sob o regime de execução indireta, conforme inciso III, Art. 21 da IN nº 05/2017. Para os demais, é opcional.

<sup>2</sup> Este campo deve conter a descrição de forma resumida do objeto a ser contratado (produtos e/ou serviços).

<sup>3</sup> A equipe de planejamento da contratação deverá ser constituída conforme a necessidade da área requisitante, sem formação preestabelecida.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

<p><i>Documento assinado digitalmente</i> MARIA AUGUSTA KINNEMANN Integrante Requisitante</p> <p><i>Documento assinado digitalmente</i> NATACHA MORAES DE OLIVEIRA Integrante Requisitante</p> <p><i>Documento assinado digitalmente</i> FABIANA DA SILVA PERDOMO Integrante Técnico</p>	<p><i>Documento assinado digitalmente</i> KARINA XAVIER HOLSTEIN Integrante Técnico</p> <p><i>Documento assinado digitalmente</i> RICARDO BRAGA BOTELHO Integrante Técnico</p> <p><i>Documento assinado digitalmente</i> TAIS NUNES DE ALBUQUERQUE Integrante Técnico</p>
<p><i>Documento assinado digitalmente</i> LUCIA THOME DE OLIVEIRA Gestora do Contrato</p>	





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

INDICAÇÃO DE EQUIPE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO			
Integrante	Titular	Substituto	Unidade
<b>Gestor:</b>	Lucia Thomé de Oliveira	Maria Augusta Kinnemann	Secretaria de Gestão de Pessoas
<b>Fiscal:</b>	Luiz André da Costa Dorneles	Daniela Kriegel	Seção de Benefícios
<b>Objeto:</b>	Programa de assistência à saúde suplementar odontológica para magistrados e servidores do TRT4, conforme previsto na Resolução CNJ nº 294/2019.		

RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA
<p><i>Documento assinado digitalmente</i> NATACHA MORAES DE OLIVEIRA Diretora-Geral</p>

CIÊNCIA DE INDICAÇÃO DE EQUIPE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
DECLARAÇÃO
<p>Os servidores designados, e seus substitutos, declaram:</p> <p>Ciência da sua nomeação para a contratação a ser formalizada para o objeto descrito acima;</p> <p>Conhecer suas atribuições descritas no instrumento contratual, no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos do Tribunal e nas regras e diretrizes consignadas na Lei nº 8.666/93;</p> <p>Compreender que suas funções englobam aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os produtos/serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, quando for o caso, bem como prestar apoio à instrução processual, dentre outras;</p> <p>Não estarem impedidos de exercer as atividades para as quais foram designados.</p>





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

## **ESTUDOS PRELIMINARES<sup>1</sup>**

### **1. OBJETO A SER CONTRATADO:**

Instituir programa de assistência à saúde suplementar odontológica para magistrados e servidores do TRT4, conforme previsto na Resolução CNJ nº 294/2019.

### **2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

**2.1. Motivação da Contratação:** A prestação de assistência à saúde suplementar odontológica para magistrados e servidores está prevista no inciso I do art. 3º da Resolução CNJ nº 294/2019. Atualmente, não há odontólogos no quadro de servidores do TRT4 em virtude das aposentadorias desses profissionais nos últimos três anos, sem reposição, sendo a demanda suprida por atuação da Coordenadoria de Saúde, conforme previsto na Portaria TRT nº 4517/2020. No entanto, o serviço não está sendo prestado de forma satisfatória porque é realizado por apenas uma profissional, cedida pelo TRE/RS por meio período, e que presta atendimentos exclusivamente na cidade de Porto Alegre para servidores e magistrados ativos. Diante do exposto, tendo em vista a necessidade de ampliar o atendimento para servidores e magistrados ativos e inativos de todo o Estado, é necessário avaliar outra forma de atendimento da demanda, conforme previsto no art. 4º da Resolução CNJ nº 294/2019.

#### **2.2. Objetivos da Contratação:**

- Cumprir os termos da Resolução CNJ nº 294/2019, que regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário.
- Fomentar a preservação da saúde dos servidores e magistrados para o alcance dos macrodesafios estabelecidos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.

#### **2.3 Código de Identificação da contratação (ID-PGC):**

SEGES-06

---

<sup>1</sup> A IN nº 40/2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, poderá ser utilizada como suporte para a elaboração deste documento.







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

### **3. LEVANTAMENTO DE MERCADO E CONSULTAS/ESTUDOS**

**3.1 Consulta a fornecedores:** foram realizadas consultas a fornecedores a fim de identificar as condições gerais de planos odontológicos e as possíveis coberturas oferecidas. Os documentos obtidos como base foram juntados às fls. 352-381 do PROAD nº 779/2022.

**3.2 Consulta a contratações de outros órgãos:** foi realizada pesquisa a fim de identificar contratações de outros órgãos para objeto semelhante. Os documentos obtidos foram juntados às fls. 135-351 do PROAD nº 779/2022.

**3.3 Consulta à legislação vigente:** os normativos que embasaram os estudos estão relacionados no item 5.3 deste documento.

**3.4 Estudos técnicos:** os estudos para esta contratação envolveram a análise de contratações semelhantes realizadas por outros órgãos; a elaboração de tabela comparativa a fim de identificar as principais diferenças entre essas contratações; a identificação das características do objeto que melhor se adequam à realidade do TRT4; a realização de reunião com empresa prestadora de serviço de assistência odontológica a fim de compreender a forma como o serviço é ofertado no mercado.

### **4. CARACTERIZAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS**

#### **4.1 O objeto da contratação se estende necessariamente por mais de um ano?**

Sim. A prestação do serviço contratado iniciar-se-á com a assinatura do contrato e vigorará por 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. Apesar de ser a primeira contratação nessa modalidade, o serviço pode ser considerado contínuo já que historicamente era suprido por meio de atuação da Coordenadoria de Saúde.

Justifica-se a adoção do prazo acima tendo em vista a possibilidade de ganho de escala na contratação, trazido pela certeza de a futura contratada poder diluir custos em período de tempo maior. Outra vantagem para a Administração é a redução do número de prorrogações contratuais ou mesmo de realização de novas contratações a cada 12 (doze) meses.

Assim, considerando sua natureza continuada e os custos envolvidos com a realização de novas contratações, havendo adequada prestação do serviço, uma contratação mais longa mostra-se a opção mais vantajosa à Administração.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

#### 4.2 O objeto da contratação é essencial para a continuidade do negócio?

Sim. Segundo o TCU, “o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua **essencialidade** para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para **manter o funcionamento das atividades finalísticas** do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.” (TCU. Acórdão no 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008).

Tendo em vista a necessidade de cumprimento das diretrizes definidas pela Resolução CNJ nº 294/2019, que determina que os órgãos do Poder Judiciário instituem programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores, o serviço de assistência à saúde odontológica se caracteriza como de natureza continuada em razão da necessidade de a Administração dispor de prestador capaz de oferecer o referido serviço aos magistrados, servidores e dependentes.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 5.1 Negócio

Prestação continuada de assistência à saúde odontológica, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimentos de natureza clínica e cirúrgica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência da contratação.

#### 5.2 Qualificação técnica e operacional

Além do registro junto ao órgão que regula e fiscaliza a execução de serviços de assistência à saúde odontológica (Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS), em plena validade, a prestadora deverá comprovar, com base em atestados de capacidade técnica e operacional emitidas por pessoas jurídicas públicas ou privadas, que está apta ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação especificada, onde fique demonstrada a experiência na prestação do serviço de assistência à saúde odontológica, conforme requisitos expressos na Lei nº 9.656/1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

A empresa deverá comprovar que dispõe de profissionais habilitados à prestação dos serviços a nível nacional e em em 100% das microrregiões definidas





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

na Portaria TRT4 nº 3.782/2013, e que conta com os quantitativos mínimos de postos de atendimento em cada uma microrregiões, conforme definido no Termo de Referência da contratação.

### **5.3 Legais**

- Instrução Normativa nº 05/2017 – Ministério do Planejamento e Gestão. (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional)
- Lei nº 8.666/1993 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências)
- Lei nº 9.656/1998 (Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde)
- Lei nº 10.185/2001 (Dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde)
- Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD)
- Deliberações da ANS relacionadas a normatização e controle dos serviços de prestação de assistência à saúde suplementar (Elaboração das Normas da Saúde Suplementar)
- Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar nºs 259/2011, 268/2011 e 465/2021
- Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde, versão atualizada, conforme mantido pela ANS, e respectivas Diretrizes de Utilização
- Resoluções normativas do Conselho de Saúde Suplementar
- Resolução CNJ nº 294/2019 (Regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário)
- Portaria TRT4 nº 1.198, de 04 de abril de 2022 (Dispõe sobre o Programa de Assistência à Saúde Suplementar no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região).

### **5.4 Início da prestação e prazo de vigência**

- Início da prestação dos serviços a partir da assinatura do contrato.
- Prazo de 30 (trinta) meses, prorrogáveis por até 60 meses (sessenta meses), no interesse da Administração.

### **5.5 Transição Contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Bens e serviços comuns, segundo o art. 1º, § 1º, da Lei 10.520/2002, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Isto é, são aqueles que podem ser especificados a partir de características (de desempenho e qualidade) que sejam comumente disponibilizadas no mercado pelos fornecedores, não importando se tais características são complexas, ou não (AC 237/2009-P).

O objeto pretendido se enquadra como serviço comum, pois as exigências técnicas para o oferecimento de um plano ou seguro de assistência à saúde odontológica são usualmente praticadas no mercado, não havendo, portanto, a necessidade de estabelecer critérios para transição contratual.

### **5.6 Práticas de Sustentabilidade**

Tramitação virtual: toda a logística processual e de tratativas com a contratada ocorrerá, preferencialmente, por meio eletrônico.

### **5.7 Metodologia de trabalho e implantação da solução**

A entrega da solução se dará fora das dependências físicas do Tribunal, por empresa especializada, com rede própria e/ou conveniada de profissionais e prestadores de serviços de saúde odontológica, com abrangência a nível nacional e em 100% das microrregiões definidas na Portaria TRT4 nº 3.782/2013, observadas as normas reguladoras referentes à assistência suplementar em saúde odontológica.

## **6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES<sup>2</sup>**

### **6.1 Justificativa para o parcelamento ou não da solução, quando necessária para a individualização do objeto:**

A contratação do objeto com uma única empresa tem o condão de garantir que os atendimentos a todos os beneficiários sejam padronizados e apresentem nível semelhante de qualidade.

Ademais, uma contratação unificada trará maior celeridade ao processo de contratação e à atividade de fiscalização e, conforme identificado durante reunião com empresa prestadora do serviço, possibilitará uma redução no preço unitário do

---

<sup>2</sup>

Deve-se anexar ao respectivo processo administrativo as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte. Além disso, orienta-se utilizar informações das contratações anteriores (série histórica), bem como avaliar a inclusão de mecanismos para tratar os casos em que há necessidade de materiais específicos cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

serviço devido à vantajosidade da economia de escala, o que está de acordo com o entendimento da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União.

Dessa forma, não se entende possível o fracionamento do objeto sem prejuízos de qualidade, continuidade, adequabilidade, compatibilidade e funcionalidade, razões pelas quais recomenda-se o não parcelamento.

QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADO

Quantitativos para a contratação atual:

O serviço será prestado aos magistrados e servidores, ativos e inativos, seus dependentes elegíveis, bem como aos beneficiários de pensão civil vinculados ao TRT4.

O público a ser absorvido pela contratação poderá totalizar 13.831 beneficiários, conforme critérios e tabelas que seguem.

Os beneficiários diretamente abrangidos foram contabilizados levando-se em consideração o número de possíveis TITULARES, vinculados ou não ao plano de saúde deste TRT, conforme distribuição do quadro abaixo:

	Ativos	Inativos	Total
Magistrados	287	202	489
Servidores	3.170	1.530	4.700
Pensionistas			483
TOTAL GERAL TITULARES:			5.672

A quantidade de possíveis DEPENDENTES foi estimada de acordo com a qualificação prevista na Portaria TRT4 nº 1.198/2022, considerando o número de beneficiários vinculados ao plano de saúde contratado por este TRT junto à Unimed Porto Alegre, conforme situação em 01/04/2022:

	Subsidiados	Não subsidiados	Total
Dependentes	4.696	3.463	8.159



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

	<p>No entanto, a título comparativo, cabe referir que a quantidade de beneficiários vinculados ao <b>plano médico</b> contratado por este Tribunal, em <b>01/04/2022</b>, totaliza <b>13.186</b> vidas.</p> <p><b>Destaca-se que a adesão ao plano é voluntária e a participação deste Tribunal no custeio das mensalidades dos titulares e dependentes qualificados na Portaria TRT4 nº 1.198/2022 está adstrita à disponibilidade orçamentária. Assim, não é possível garantir o quantitativo exato de beneficiários que efetivamente aderirão ao plano.</b></p>
--	--

## 7. IDENTIFICAÇÃO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES

A Resolução CNJ nº 294/2019, que regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário, dispõe o seguinte em seu artigo 4º:

A assistência à saúde dos beneficiários será prestada pelo Sistema Único de Saúde – SUS e, de forma suplementar, por meio de regulamentação dos órgãos do Poder Judiciário, mediante:

- I – autogestão de assistência à saúde, conforme definido em regulamento próprio aprovado pelo órgão, inclusive com coparticipação;
- II – contrato com operadoras de plano de assistência à saúde;
- III – serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade; ou
- IV – auxílio de caráter indenizatório, por meio de reembolso.

A seguir, serão detalhadas as diferentes soluções passíveis de atenderem à demanda:

### 7.1 Solução 1 - Autogestão de assistência à saúde

#### 7.1.1 Descrição

Modalidade de prestação de assistência à saúde odontológica sem fins lucrativos com **gestão própria**, o que implica em o Tribunal assumir o risco da variação do custo assistencial em nome da empresa que, de outra forma, patrocinaria o benefício de forma integral ou parcial aos seus beneficiários. Esta modalidade pode, ou não, incluir dependentes e agregados até o terceiro grau de parentesco, consanguíneo ou afim, e demanda a existência de um departamento de benefícios com conhecimento e estrutura para atender à demanda ou, alternativamente, a contratação de entidade jurídica que figure como administradora.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Nesse sistema, **o próprio Tribunal**, denominado **Patrocinador**, seria o **responsável pela implantação do plano de assistência odontológica**, exercendo um controle com a participação do funcionário, podendo resultar na melhoria da qualidade do atendimento e na redução das despesas com assistência à saúde.

### **7.1.2 Alternativas de implantação**

#### **7.1.2.1 Administrada pelo Patrocinador:**

O sistema permite a interferência direta da organização na escolha da rede credenciada e no acompanhamento da prestação dos serviços, sendo um modelo que elimina a necessidade de contratação de intermediários. O seu desenho é definido de acordo com a necessidade apresentada pelos beneficiários.

A empresa estabelece junto com seus funcionários o formato do plano e define o credenciamento de médicos, hospitais, especialidades e a abrangência da cobertura, os limites de utilização, os períodos de carência e a participação financeira que cabe a cada uma das partes.

Por meio do programa de autogestão de saúde a empresa tem a possibilidade de aumento real da qualidade agregada do benefício, pois o objetivo principal nesse caso é a saúde dos seus empregados. O gasto que seria revertido em lucro para alguma empresa no plano contratado é aplicado em prol de benefícios para os usuários.

#### **7.1.2.1.1 Estrutura**

- Pessoal integrante do quadro de funcionários dedicados exclusivamente às atividades típicas de gestão de um plano de saúde;
- Planejamento e controle financeiro;
- Equipe de auditores médicos para análise das guias;
- Consultoria atuarial para viabilizar a manutenção da viabilidade econômica do Sistema;
- Investimento tecnológico em sistemas computacionais para gerenciamento de todo o esquema operacional;
- Cadastramento de usuários e controle de utilização;
- Emissão de Carteira de identificação;
- Emissão de Guia Médica para apresentar na hora do atendimento;





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

- Recebimento, processamento e pagamento dos atendimentos encaminhados pelos Hospitais e Clínicas conveniadas;
- Análise de dados para minimizar custos e identificar ações com o objetivo de evitar abusos na utilização dos recursos.

**7.1.2.1.2 Sistema operacional**

- Tabelas para remuneração dos serviços médicos;
- Desenvolvimento de negociações com as instituições médicas e fechamento de contratos, sendo os principais itens:
  - Recursos oferecidos;
  - Remuneração e forma de reajuste;
  - Horários.
- Controles internos sobre os beneficiários e sobre as formas de utilização dos recursos oferecidos, procurando dar maior eficiência à administração dos recursos;
- A fim de evitar excessos de utilização, o empregado paga uma participação nos eventos em saúde por meio de um sistema de tabelamento relacionado ao tipo de evento;
- Análise para comparar os atendimentos e evitar possíveis excessos;
- Na tentativa de evitar o custo do absenteísmo, são oferecidos ambulatorios com serviços próprios de atendimento odontológico.

**7.1.2.2 Administrada por empresa terceirizada especializada:**

Os serviços podem ser efetuados por **Associações Benéficas** e/ou **Fundações**, que fazem a administração dessa modalidade de assistência odontológica mediante **CONVÊNIO**. Outra possibilidade é a contratação de uma **Administradora de plano de Saúde Odontológico**, empresa privada especializada que assume toda a carga operacional. Nesse caso, é necessário firmar contrato de prestação de serviços com todo o rigor das normas vigentes.

No modelo terceirizado, as atividades típicas de administração da autogestão do plano odontológico são realizadas pela empresa conveniada ou contratada, em nome do Patrocinador, por meio de uma taxa administrativa geralmente desvinculada do custo assistencial.







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

A principal vantagem dessa modalidade é que o Patrocinador não terá os gastos de implantação e manutenção de estrutura física, tecnológica, de pessoal e de auditoria médica necessários à administração do sistema de autogestão. No entanto, cabe destacar que, no caso da contratação de **empresa terceirizada administradora**, os contratos com a rede credenciada e os pagamentos aos prestadores dos serviços continuam sendo realizados diretamente pelo Patrocinador, sem atuação da empresa terceirizada.

Essa modalidade pode gerar economia financeira e tributária para o Patrocinador, visto que a empresa terceirizada não é parte interessada nos contratos com a rede prestadora. Por outro lado, o Patrocinador deverá dispor de estrutura administrativa para firmar os contratos e gerenciar os pagamentos aos prestadores dos atendimentos.

#### **7.1.3 Referências:**

BERBEL, José Divanil Spósito. Administração de programas de autogestão de saúde: gestão & controles. São Paulo: Editora STS, 2000.

1º Seminário sobre a SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO. Apresentação STJ.

1º Seminário sobre a SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO. Apresentação TST + UNIDAS

ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE AUTOGESTÃO EM SAÚDE - TRT5

ROSA, Tereza Cristina. GESTÃO DOS PLANOS DE SAÚDE NA MODALIDADE DE AUTOGESTÃO: ESTUDO DE CASO DE UMA AUTARQUIA FEDERAL.

#### **7.1.4 Atendimento aos requisitos**

Atende à necessidade de prestação de assistência à saúde odontológica suplementar por parte deste TRT, por ser modalidade prevista na Resolução CNJ nº 249/19.

#### **7.1.5 Justificativa/ benefícios gerados**

Em um sistema de autogestão, a Administração se envolve diretamente em todos os aspectos relacionados à implementação e à execução do plano de saúde





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

odontológica, exigindo alto investimento financeiro e de tempo para toda a adequação da estrutura necessária.

A implantação dessa modalidade exigirá o cumprimento de uma série de etapas por parte da Administração. Nos itens a seguir estão relacionados alguns dos passos indispensáveis:

- Promoção de consulta pública para discussão do regulamento geral por servidores e magistrados;
- Criação de unidade administrativa com estrutura organizacional de Secretaria para gerenciamento do Plano de Autogestão de Saúde, devendo ser definidas as rotinas e os fluxos de informações da nova unidade (Secretaria de Assistência à Saúde);
- Contratação de consultoria especializada em avaliação atuarial e financeira do plano, com o objetivo de sugerir os prêmios, por faixa etária e por remuneração, suficientes para cobertura dos sinistros mensais e constituição das reservas financeiras;
- Capacitação do quadro de pessoal para execução da gestão;
- Criação de pessoa jurídica junto à Receita Federal;
- Credenciamento de prestadores de serviços odontológicos;
- Cadastramento de beneficiários e expedição de carteiras necessárias à utilização da rede credenciada;
- Contratação de auditores especializados em saúde para fins de análise dos requerimentos de procedimentos.

A partir do estudo realizado, vislumbra-se que esse sistema, em tese, pode ser vantajoso para a Administração e prover serviços de melhor qualidade para os beneficiários, considerando-se, sobretudo, o fato de não visar o lucro. Porém, a implantação de tal sistema demanda estudo mais aprofundado para correta identificação dos recursos necessários, devendo ser elaborado por grupo de trabalho multidisciplinar especificamente criado para tal finalidade, exigindo tempo e recursos para o processo de estruturação. A título exemplificativo, o TRT5 iniciou os estudos em 2011 e instituiu e regulamentou o seu sistema de autogestão em duas etapas executadas em 2014 e 2015, respectivamente.

Considerando que este TRT4 está atualmente submetido a restrições orçamentárias e de pessoal, além da urgência identificada na presente contratação, entende-se que a implantação de um Sistema de Autogestão em Saúde é inviável no momento.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

#### **7.1.6 Necessidade de adequação do ambiente**

**Legal:** Elaboração de Estatuto do plano de autogestão, com a definição de suas características e estrutura administrativa.

**Tecnológica:** Implantação de sistema específico para gerenciamento de todas as atividades do plano, desde o cadastramento dos beneficiários até o faturamento e pagamento dos prestadores.

**Funcional e operacional:** estrutura funcional dedicada ao gerenciamento do plano de assistência odontológica. Em um Tribunal do porte do TRT4, provavelmente esta estrutura seria semelhante à de uma Secretaria. Capacitação dos servidores, contratação de auditoria atuarial para análise de custos, contratação de auditoria médica para análise de requisições médicas, planejamento econômico-financeiro.

**Física:** Espaço específico para as atividades relacionadas à administração do plano de saúde odontológico.

#### **7.1.7 Valor Estimado:**

O plano de autogestão utilizará duas fontes de recursos: a dotação do Patrocinador destinada à ação orçamentária “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes” (Auxílio Médico-Hospitalar) e as eventuais contribuições arrecadadas dos beneficiários.

Para garantia da viabilidade financeira da modalidade, o Tribunal deve contribuir como entidade patrocinadora direcionando parte do crédito destinado à ação orçamentária “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes” (Auxílio Médico-Hospitalar) para a autogestão.

A destinação desses créditos orçamentários para pagamento das faturas dos credenciados e de outros contratos de serviços da autogestão provocará a diminuição do pagamento do Auxílio Médico-Hospitalar a magistrados, pensionistas e servidores.

#### **7.1.8 Investimento**

Com os dados atualmente disponíveis não é possível estimar o valor a ser investido em todo o processo de inicialização e na posterior manutenção da estrutura do sistema de autogestão. No entanto, a operacionalização da nova unidade administrativa certamente provocará aumento nas despesas de custeio e provavelmente de capital (equipamentos).





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

No que tange aos gastos imediatos estimáveis, há custos mensais decorrentes da necessidade de contratação de serviços já citados em itens anteriores. A título meramente exemplificativo, seguem custos estimados pelo grupo de estudos do TRT5 em 2011<sup>3</sup>:

- Contratação de consultoria atuarial (imediato): R\$ 70.000,00;
- Aquisição de sistema de Gestão em Saúde (imediato): R\$ 1.450.000,00;
- Auditoria médica terceirizada (anual): R\$ 480.000,00.

#### **7.1.9 Solução escolhida?**

Não.

### **7.2 Solução 2 - Contrato com operadoras de plano de assistência à saúde odontológica/administradoras especializadas em seguro-odontológico**

#### **7.2.1 Descrição**

Contratação de operadora de plano privado de assistência odontológica ou empresa administradora de seguro-odontológico devidamente registrada no órgão regulador (ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar), com a finalidade de prestar assistência suplementar à saúde odontológica, observado o disposto na Lei nº 9.656/98, que regulamenta os planos de saúde e define a amplitude e os tipos de cobertura que podem ser oferecidos. No caso da contratação ser efetivada com empresa administradora de **seguro** odontológico, deverá ainda ser comprovada a sua regularidade junto à SUSEP (Superintendência dos Seguros Privados), conforme a Lei nº 10.185/2001, que dispõe sobre a especialização das sociedades seguradoras em planos privados de assistência à saúde.

Considerando a similaridade desta modalidade com a forma atualmente adotada no plano de saúde contratado por este TRT, segue resumo da especificação do modelo de contratação:

CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO
FORMATO	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>PRÉ-PAGAMENTO:</b><ul style="list-style-type: none"><li>○ Forma de contratação mais utilizada no Brasil, sendo a atualmente adotada por este TRT na</li></ul></li></ul>

<sup>3</sup> Disponível em:

[https://www.trt5.jus.br/sites/default/files/www/noticias/midias/2011/JUNHO/19380\\_estudo\\_implantacao\\_autogestao\\_trt5.pdf](https://www.trt5.jus.br/sites/default/files/www/noticias/midias/2011/JUNHO/19380_estudo_implantacao_autogestao_trt5.pdf)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

	<p>contratação do plano de saúde;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>○ Valor mensal por vida (mensalidade/prêmio);</li><li>○ Reajuste após 12 meses, conforme contrato (índice inflação, sinistralidade,...);</li><li>○ Fatura mensal tende a estabilizar até o próximo reajuste;</li><li>○ O risco da utilização exagerada ou indevida do plano é absorvido pela operadora contratada, no entanto, tende a refletir no reajuste do contrato, quando aplicada cláusula de <b>sinistralidade</b>.</li></ul> <p>■ <b>Sinistralidade:</b> Realização desenfreada de procedimentos, elevando os custos e comprometendo a gestão financeira da operação.</p>
<b>ADESÃO</b>	<b>Contratação Opcional (livre adesão):</b> servidores e magistrados, bem como seus dependentes e pensionistas podem optar pela inclusão no plano.
<b>MENSALIDADE/PRÊMIO</b>	<b>Preço único:</b> independentemente de faixa etária.
<b>COPARTICIPAÇÃO</b>	<b>Sem coparticipação:</b> são pagas apenas as mensalidades/prêmios, sem nenhum outro custo adicional gerado pela utilização dos serviços.
<b>ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA</b>	<b>Nacional:</b> beneficiários terão acesso à rede credenciada/referenciada em todo o território nacional.
<b>REDE ASSISTENCIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>● A prestadora deverá oferecer acesso à rede própria, cooperada, contratada ou referenciada dentro da área de abrangência geográfica do plano ou seguro contratado.</li><li>● Os beneficiários utilizarão, <u>obrigatoriamente</u>, a rede disponibilizada. Na falta de prestador habilitado para o atendimento no momento da utilização, aplicam-se as diretrizes previstas nas Resoluções Normativas ANS nºs 259/2011 e 268/2011.</li><li>● A contratada comprometer-se-á a manter assistência</li></ul>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

	permanente em 100% das microrregiões definidas na Portaria TRT4 nº 3.782/2013 e a cumprir os requisitos mínimos de abrangência do atendimento, conforme definições constantes no Termo de Referência.
<b>TAXA DE ADESÃO/INSCRIÇÃO</b>	Não será admitida a cobrança de qualquer tipo de taxa de adesão ou inscrição, bem como para emissão do cartão de beneficiário decorrente da sua adesão ao plano odontológico.
<b>SEGUNDA VIA CARTÃO</b>	Nas hipóteses em que seja necessária a expedição de nova via do cartão de beneficiário, o custo será integralmente arcado pelo beneficiário, ressalvada a emissão de novas vias por ocasião de renovação contratual.
<b>TEMPO MÍNIMO PERMANÊNCIA</b>	A fim de evitar a utilização <u>indevida</u> do benefício será exigida a permanência mínima de 12 meses, a contar da data da efetivação da inclusão, caso tenha sido utilizado algum serviço.
<b>CARÊNCIAS</b>	<p>Sem carência para todos os beneficiários que solicitarem inclusão em até <u>30 dias da data de assinatura do contrato</u>.</p> <p>Após, haverá o cumprimento dos seguintes prazos de carência, a contar da data da inclusão, ressalvadas as hipóteses de excepcionalidade a serem definidas no Termo de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 24 horas para eventos decorrentes de atendimento de urgência/emergência;</li><li>• 30 dias para todos os demais eventos odontológicos previstos no Rol de procedimentos da ANS.</li></ul>

**7.2.2 Atendimento aos Requisitos**

Atende à necessidade de prestação de assistência à saúde odontológica suplementar por parte deste TRT, por estar previsto na Resolução CNJ nº 294/2019.

**7.2.3 Justificativa/ benefícios gerados****7.2.3.1 Vantagens**

Conhecimento histórico de possíveis riscos decorrentes de um processo licitatório dessa natureza, similar ao do plano de saúde licitado em 2020.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

O modelo atualmente adotado para o plano de saúde, que se dá na forma de contrato com Operadora de Plano de Saúde Coletivo Empresarial, tem se demonstrado satisfatório quanto à amplitude e qualidade dos serviços oferecidos para os beneficiários, visto que o número de ocorrências de reclamações é irrelevante em comparação ao universo de usuários.

No entanto, entende a equipe de planejamento que o escopo da presente contratação pode ser ampliado para permitir a participação de empresa administradora de seguro-odontológico, visto que, além de aumentar o espectro de possíveis concorrentes, configura-se como uma oportunidade para a experimentação de uma alternativa ao atual modelo adotado no plano de saúde. Se os resultados obtidos satisfizerem as expectativas, é possível que em processo de contratação futura para o plano de saúde seja adotada a mesma amplitude na concorrência, resultando em vantagens tanto para o Tribunal quanto para os beneficiários.

#### **7.2.3.2 Desvantagens**

Concorrência limitada devido à pouca quantidade de prestadores que consigam comprovar as competências necessárias para a prestação do serviço na amplitude desejada.

#### **7.2.4 Necessidade de Adequação do Ambiente**

##### **7.2.4.1 Tribunal**

Não há necessidade de adaptação legal e/ou tecnológica, tendo em vista que a organização já detém os recursos e o domínio do conhecimento necessários para o gerenciamento do serviço.

É provável que seja necessária alteração funcional ou operacional em razão da nova demanda a ser absorvida pela Administração no que tange ao gerenciamento de cadastros, acompanhamento da execução do contrato, análise e controle de faturas, bem como proporcionar a interface com a prestadora do serviço a fim de encaminhar as eventuais demandas dos beneficiários que possam necessitar de intervenção por parte do Tribunal.

##### **7.2.4.2 Execução do serviço**

Não há necessidade de adaptação direta do ambiente físico para início das atividades nessa modalidade de serviço, tendo em vista que a prestação se dá fora das dependências do Tribunal.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**7.2.5 Valor Estimado**

R\$ 345.083,35 (total mensal)

**7.2.6 Requisitos Adicionais.**

Não há.

**7.2.7 Solução escolhida?**

Sim.

**7.2.7.1 Justificativa**

A contratação de plano/seguro odontológico coletivo empresarial, na modalidade de pré-pagamento, com mensalidades de preço único independentemente de faixa etária e sem coparticipação, é a opção que congrega mais vantagens para a Administração e para os usuários do serviço, pelas seguintes razões:

- a) Modelo conhecido, similar à solução atualmente adotada neste Tribunal na contratação do plano de saúde;
- b) Enquadramento jurídico adequado de contratação e de assistência à saúde do TRT4;
- c) Amolda-se às condições de gestão e fiscalização condizentes com a atual realidade orçamentária e de pessoal do Tribunal;
- d) Garante acesso a ampla gama de serviços odontológicos, com regulamentação consolidada, a um custo fixo e previsível, tanto para a Administração quanto para os beneficiários;
- e) Permite flexibilidade ao longo da execução do contrato com a inclusão de novos serviços que venham a ser demandados pelos beneficiários, desde que previstos em cláusula contratual e regulamentados pela Agência Nacional de Saúde;
- f) Pode viabilizar margem de negociação junto à contratada no caso de haver elevado número de beneficiários;







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

g) Empresas e tomadores de serviços, em especial órgãos públicos, efetivam contratações de forma semelhante à que se pretende adotar nesta licitação, atendendo às exigências legais.

### **7.3 Solução 3 - Serviço prestado diretamente pelo TRT4**

#### **7.3.1 Descrição**

Serviços prestados nas dependências do TRT4 diretamente por servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado, Especialidade Odontologia, com agendamentos realizados pela equipe da Coordenadoria de Saúde e utilização de insumos adquiridos pelo Tribunal.

#### **7.3.2 Atendimento aos Requisitos**

Atende em parte à necessidade de prestação de assistência à saúde odontológica por parte deste TRT, visto que é modalidade prevista na Resolução CNJ nº 249/19, no entanto, os atendimentos são feitos exclusivamente na cidade de Porto Alegre para servidores e magistrados ativos.

#### **7.3.3 Justificativa / benefícios gerados**

##### **7.3.3.1 Vantagens**

Nesta modalidade há uma expectativa de melhor qualidade nos serviços prestados.

##### **7.3.3.2 Desvantagens**

- Menor quantidade de serviços cobertos;
- Limitação no número de agendamentos;
- Dificuldade de atender a magistrados e servidores da região metropolitana e do interior do Estado, em virtude dos atendimentos serem prestados exclusivamente em Porto Alegre;
- Esta modalidade de prestação do serviço odontológico não está adequada ao que prevê a Resolução CNJ nº 207/2015, que determina que os Tribunais devem, observadas as condições e realidades locais, manter unidades de saúde responsáveis pela assistência à saúde **direta de caráter emergencial** e prestar assistência à saúde **indireta por meio de planos e/ou auxílio saúde**;





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

- Os afastamentos por CIDs odontológicos são inexpressivos (ex: total de 27 dias de LTS odonto em 2021), de forma que não se justifica a adoção dessa modalidade para reduzir o índice de absenteísmo;
- Custos com aquisição de insumos e equipamentos;
- Custos de manutenção dos equipamentos;
- Necessidade de contratação de Técnico em Saúde Bucal (TSB) ou de Auxiliar em Saúde Bucal (ASB) para desinfecção dos materiais e locais de atendimento.

#### **7.3.4 Necessidade de Adequação do Ambiente**

O TRT4 conta com 03 salas adaptadas para atendimento odontológico, não havendo necessidade de adequação do ambiente.

#### **7.3.5 Valor Estimado**

Não há como prever o valor desta modalidade de prestação do serviço em virtude de ser inviável estimar os gastos que seriam necessários para atender o universo de beneficiários e o extenso rol de procedimentos que se pretende contemplar com esta contratação. No entanto, alguns dos itens que sabidamente demandariam gastos são: vencimento do cargo de Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado, Especialidade Odontologia; custos com aquisição de insumos e equipamentos; custos com manutenção de equipamentos; custos com contratação de Técnico em Saúde Bucal (TSB) ou de Auxiliar em Saúde Bucal (ASB).

#### **7.3.6 Requisitos Adicionais**

- Tendo em vista que atualmente não há odontólogos ativos no quadro de pessoal do TRT4, é necessária a realização de concurso público para o cargo;
- Contratação de Técnico em Saúde Bucal (TSB) ou de Auxiliar em Saúde Bucal (ASB).

#### **7.3.7 Solução escolhida?**

Não.

### **7.4 Solução 4 - Auxílio de caráter indenizatório, por meio de reembolso**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

#### **7.4.1 Descrição**

Auxílio de caráter indenizatório, no qual o beneficiário do Programa de Assistência à Saúde Suplementar pode contratar, de forma particular, uma das soluções disponíveis no mercado e requerer, junto ao Tribunal, o reembolso das despesas odontológicas.

#### **7.4.2 Atendimento aos Requisitos**

Atende à necessidade de prestação de assistência à saúde suplementar por parte deste TRT, por ser modalidade prevista na Resolução CNJ nº 249/19.

#### **7.4.3 Justificativa / benefícios gerados**

O TRT4 possui programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores, ativos e inativos, e pensionistas regulamentado pela Portaria TRT4 nº 4.247/2015 e implementado na modalidade de prestação indireta, mediante contratação de plano privado de assistência à saúde. Este formato está em consonância com o previsto no art. 4º, inciso II, da Resolução CNJ nº 294/2019, no entanto, o referido normativo interno **não prevê a opção de auxílio de caráter indenizatório por meio de reembolso**, conforme possibilita o inciso IV do mesmo art. 4º da referida Resolução.

Nessa linha, relevante destacar que o § 2º do art. 4º da Resolução CNJ nº 294/2019 esclarece que a modalidade de indenização por meio de reembolso não é obrigatoriamente aplicada na hipótese de o auxílio ser prestado de alguma das outras formas previstas no normativo, ficando a cargo do Tribunal tal flexibilização por meio de regulamento próprio. Nesse caso, seria necessário proceder à alteração da Portaria que disciplina a matéria no âmbito deste Tribunal, além de estudar previamente o impacto administrativo e orçamentário de eventual opção deste Regional pela aplicação concomitante das modalidades possíveis de suplementação da assistência à saúde odontológica.

##### **7.4.3.1 Vantagens**

- Não há necessidade de qualquer processo licitatório por parte do Tribunal, deixando a cargo do Beneficiário Titular a escolha e a contratação do serviço de assistência odontológica que entender mais vantajoso e que atender às suas necessidades pessoais.
- O Tribunal não necessitará de estrutura funcional para as atividades administrativas relacionadas ao gerenciamento de um plano odontológico.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

#### **7.4.3.2 Desvantagens**

- Conforme pesquisas já realizadas, a maior parte dos Tribunais que oferecem essa solução também disponibilizam, alternativamente, um plano de saúde contratado, gerando acúmulo de atividades gerenciais.
- Necessidade de adequações legais, funcionais e operacionais, conforme especificado no item 7.4.4.

#### **7.4.4 Necessidade de adequação do ambiente**

**Legal:** Elaboração de norma para definição dos aspectos relacionados à operacionalização do reembolso.

**Tecnológica:** O sistema SIGEP possui recurso para controle do auxílio-saúde. Devem ainda ser verificadas outras adequações subjacentes necessárias ao efetivo controle do benefício.

**Funcional:** Definição da competência de gerenciamento do benefício e eventual capacitação para as atividades correlatas à análise e ao processamento dos reembolsos. Cabe destacar, ainda, que o possível volume de reembolsos a serem processados pode exigir alocação de pessoal dedicado exclusivamente a essa atividade.

**Operacional:** Definição dos fluxos e elaboração de procedimentos para solicitação e processamento dos reembolsos, conforme definido na norma a ser elaborada.

**Execução do serviço:** Não há necessidade de adaptação direta do ambiente físico para início das atividades desta tipologia de serviços, tendo em vista que são prestados fora das dependências do Tribunal.

#### **7.4.5 Valor estimado**

O Tribunal contribuirá com o valor do reembolso, que será definido em regulamento próprio e deverá ser elaborado segundo as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 294/2019:

- Elaboração de tabela de reembolso de despesas levando em consideração a faixa etária e a remuneração do cargo (art. 5º, §§ 2º e 3º).
- Limites máximos mensais para reembolso:
  - Para servidores → 10% do subsídio destinado ao juiz substituto (art. 5º, § 2º);
  - Para Magistrados → 10% do respectivo subsídio (art. 5º, § 3º);





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

- Para dependentes → estão contemplados nos limites referidos acima (art. 5º, § 4º)

Em termos de custeio por parte do Tribunal, pode-se tomar como base a participação total mensal do Tribunal (subsídios) relativa ao plano de saúde atualmente contratado que, no mês de competência **fevereiro/2022**, foi de **R\$ 3.511.671,39** (três milhões, quinhentos e onze mil, seiscentos e setenta e um reais, e trinta e nove centavos).

A partir desse parâmetro, entende-se necessária a elaboração de estudo sobre os possíveis reflexos no subsídio do plano de saúde atualmente contratado, visto que a fonte dos recursos orçamentários seria compartilhada entre o plano de saúde e o auxílio de caráter indenizatório (reembolso de despesas).

#### **7.4.6 Solução escolhida?**

Não.

### **8. ESTIMATIVA DOS PREÇOS<sup>4</sup>**

A verificação da compatibilidade dos valores correntes no mercado foi obtida a partir da análise de tabelas de preços praticados em outros Tribunais da Federação, bem como de outros órgãos públicos e instituições do RS que mantêm planos odontológicos similares ao pretendido por este Tribunal, com a finalidade de verificar a realidade dos custos especificamente no Rio Grande do Sul.

Após análise do levantamento obtido, a Equipe de Planejamento da Contratação selecionou, para fins de precificação, as cotações fornecidas por empresas consultadas e de dois planos odontológicos de entidades representativas dos servidores da Justiça do Trabalho, todos com abrangência (cobertura) nacional. As entidades representativas pesquisadas são: Associação Nacional dos Servidores do Judiciário Federal (Anajustra), com atuação nacional, e Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (Sintrajufe/RS), entidade sindical de âmbito estadual. Desse modo, entende-se que a seleção escolhida assemelha-se com as características do plano a ser contratado pelo TRT4, tanto em termos de público-alvo como em razão da característica da livre adesão.

---

4

A pesquisa de preços deve ser realizada de acordo com as recomendações do Guia de Pesquisa de Preços do TRT4. Deve-se, ainda, anexar ao respectivo processo administrativo as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte. Além disso, orienta-se utilizar informações das contratações anteriores (série histórica).





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

As tabelas e memórias de cálculo para obtenção da Tabela de Estimativa de Preços das mensalidades estão disponíveis no PROAD nº 779/2022.

Descrição	Qtde	Fonte 1 Bradesco fl. 354	Fonte 2 ODONTO+ fl. 357	Fonte 3 Uniodonto fl. 365	Fonte 4 Amil (Anajustra) fl. 370	Fonte 5 Uniodonto (Sintrajufe) fl. 379	Metodologia de Cálculo	Mediana das Fontes pesquisadas
Plano ou seguro odontológico com cobertura nacional, por livre adesão, sem diferenciação de preço	13.831	R\$ 24,93	R\$ 24,00	R\$ 15,74	R\$ 33,43	R\$ 30,00	valor estimado mensal <i>per capita</i>	R\$ 24,93
<b>Valor total estimado</b>								
							<b>Mensal</b>	R\$ 344.806,83
							<b>Anual</b>	R\$ 4.137.681,96
							<b>30 meses</b>	R\$ 10.344.204,90

**9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO<sup>5</sup>**

A solução para a demanda de instituição de programa de assistência à saúde suplementar odontológica para magistrados e servidores compreende a contratação de operadora de plano ou seguro odontológico coletivo empresarial devidamente registrada na Agência Nacional de Saúde.

A gestão da contratação será centralizada pelo Órgão e não será admitido o parcelamento do objeto. O modelo escolhido é o de pré-pagamento.

Na solução escolhida, os magistrados (ativos e inativos), servidores (ativos e inativos) e pensionistas interessados em fazer uso do plano de assistência à saúde odontológica poderão solicitar sua inclusão (livre adesão) no rol de beneficiários por meio de formulário próprio, autorizando eventual desconto em folha de pagamento do valor correspondente da mensalidade.

A área responsável solicitará a inclusão dos interessados na relação de beneficiários do plano, de acordo com os prazos definidos junto à contratada. Os beneficiários titulares também poderão indicar beneficiários dependentes, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Portaria TRT4 nº 1.198/2022.

A gestão dos beneficiários do plano será realizada pela área responsável e se dará por meio de relatórios fornecidos pela contratada para que possam ser realizados os pagamentos devidos. Os relatórios serão especificados no Termo de Referência.

<sup>5</sup> Descrever todos os elementos que devem ser produzidos/contratados/executados para que a contratação produza os resultados pretendidos, inclusive exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

O rol dos serviços a serem ofertados pela contratada estarão em conformidade com as exigências mínimas dispostas no inciso IV do artigo 12 da Lei nº 9.656/1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, ressalvadas as especificações contratuais a serem definidas no Termo de Referência.

Os possíveis beneficiários do novo plano de assistência à saúde odontológica deverão se manifestar a respeito do interesse em aderir ao plano em até 30 dias contados da assinatura do contrato.

A contratada deverá fornecer planilhas em formato editável e garantir que os dados possam ser migrados para outros sistemas a fim de que a área técnica possa realizar a gestão adequada das informações. Os prazos e as responsabilidades para solução das demandas que surgirem durante a execução do contrato serão especificados no Termo de Referência.

A respeito da qualidade dos serviços, cabe registrar que a Instrução Normativa nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e é referência como boa prática a ser implementada na gestão de contratações, estabelece que a fiscalização dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços. O IMR, segundo a referida norma, é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. A utilização desse instrumento é apropriada para serviços em que a qualidade é elemento essencial do objeto, sem a qual o serviço, mesmo prestado na sua totalidade, não se mostra adequado.

Para que isso seja possível, é fundamental que a natureza dos serviços a serem contratados possibilite a aferição da qualidade com que será prestado. No presente caso, a qualidade do serviço prestado se dá tanto na relação entre beneficiários e empresa contratada quanto entre odontólogos e pacientes. Diante da dificuldade de definir critérios objetivos para medição da relação odontólogo-paciente e tendo em vista que o usuário terá à sua disposição ampla rede de atendimento, com livre escolha do profissional ou unidade de saúde odontológica em que buscará atendimento, tal contexto não será contemplado no Instrumento de Medição de Resultado desta contratação.

Ao mesmo tempo, a necessidade de agilidade da empresa contratada na solução de demandas como solicitação de procedimentos de urgência/emergência, interrupção na prestação dos serviços e indisponibilidade da central de atendimento resultou na opção de adoção do IMR para monitoramento das ocorrências registradas na relação beneficiário-contratada.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

## **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS<sup>6</sup>**

A manutenção de um serviço de assistência à saúde odontológica para magistrados e servidores é fundamental para o garantir o bom desempenho das atribuições funcionais, possibilitando a continuidade da prestação jurisdicional.

Com efeito, a disponibilidade de tal serviço é fator diferencial na qualidade de vida dos beneficiários e propicia a tranquilidade necessária para o bom desenvolvimento das atividades laborais, auxiliando na redução do índice de absenteísmo. Logo, oferecer um plano de assistência à saúde odontológica adequado, além de contribuir para a preservação da saúde odontológica do quadro de pessoal do Tribunal, também incentiva a manutenção da motivação e o comprometimento no desempenho das atividades laborais. Importante destacar que a iniciativa também ajuda a minimizar fatores de risco que podem levar ao afastamento do desempenho das funções, o que traria como consequências a perda da qualidade e da celeridade na prestação jurisdicional.

A contratação de um plano ou seguro coletivo empresarial de assistência à saúde odontológica fomentará a preservação da saúde dos servidores e magistrados para o alcance dos macrodesafios estabelecidos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e auxiliará no cumprimento dos termos da Resolução CNJ nº 294/2019, que regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário e, em seu artigo 2º, estabelece a obrigatoriedade dos programas de assistência à saúde suplementar.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU CORRESPONDENTES**

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## **12. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS<sup>7</sup>**

A fim de reduzir os impactos ambientais sobre os quais este Regional tenha alguma gerência, serão adotadas as seguintes medidas:

---

<sup>6</sup> Em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.

<sup>7</sup> Descrever as respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. Deve-se, ainda, observar as diretrizes do Guia de Contratações Sustentáveis deste Regional.







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

- A comunicação com a contratada se dará, preferencialmente, por meio eletrônico.
- A tramitação do processo administrativo de contratação será eletrônica.
- Os documentos elaborados pela contratada serão entregues no formato digital.

### 13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL<sup>8</sup>

	NOME	UNIDADE
Fiscais previamente indicados:	Luiz André da Costa Dorneles (titular) Daniela Kriegel (substituto)	Seção de Benefícios
Gestores previamente indicados:	Lucia Thomé de Oliveira (titular) Maria Augusta Kinnemann (substituto)	Secretaria de Gestão de Pessoas
Haverá necessidade de capacitação dos servidores para a fiscalização e gestão contratual?	( ) Sim (x) <b>Não</b>	Quais:

### 14. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação objetiva atender às diretrizes da Resolução CNJ nº 294/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos órgãos do Poder Judiciário de instituírem programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores. A contratação de plano de operadora de assistência à saúde é modalidade prevista no artigo 4º, inciso II, do referido ato normativo, e atende de forma satisfatória as necessidades da Administração.

Ademais, a opção de contratação de operadora de plano de assistência à saúde objetiva atender a demanda da forma mais vantajosa para a Administração e para os beneficiários da iniciativa, observados os princípios da eficiência, da economicidade e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

A contratação proposta se mostra viável nos termos deste estudo preliminar e no que diz respeito à disponibilidade orçamentária.

<sup>8</sup>

A designação tempestiva e nominal, bem como a consignação da ciência dos servidores designados, ocorre através de formulário próprio, que deverá ser anexado ao expediente.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**15. ENCAMINHAMENTO**

Esta contratação foi previamente aprovada e consta no Plano de Gestão de Contratações 2022 deste TRT4 com o código SEGESP-06.

Equipe de Planejamento da Contratação	
<i>Documento assinado digitalmente</i> LUIZ ANDRE DA COSTA DORNELES Integrante Requisitante	<i>Documento assinado digitalmente</i> JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS Integrante Técnico
<i>Documento assinado digitalmente</i> MARIA AUGUSTA KINNEMANN Integrante Requisitante e Gestora Substituta do Contrato	<i>Documento assinado digitalmente</i> KARINA XAVIER HOLSTEIN Integrante Técnico
<i>Documento assinado digitalmente</i> NATACHA MORAES DE OLIVEIRA Integrante Requisitante	<i>Documento assinado digitalmente</i> RICARDO BRAGA BOTELHO Integrante Técnico
<i>Documento assinado digitalmente</i> FABIANA DA SILVA PERDOMO Integrante Técnico	<i>Documento assinado digitalmente</i> TAIS NUNES DE ALBUQUERQUE Integrante Técnico
<i>Documento assinado digitalmente</i> LUCIA THOME DE OLIVEIRA Gestora do Contrato	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO****MAPA DE RISCOS**

**Objeto a ser contratado:** Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica, para atendimentos de natureza clínica e cirúrgica de um total estimado de 13.831 beneficiários, por livre adesão, sem limite de idade, sem diferenciação por faixa etária e sem distinção de preços. O serviço deverá ser prestado por meio de rede, com cobertura em todo o território nacional e em 100% das microrregiões definidas na Portaria TRT4 nº 3.782/2013, cumprindo os requisitos mínimos de abrangência do atendimento constantes no Anexo I. O plano ou seguro deverá contemplar, no mínimo, a cobertura e os procedimentos constantes do Anexo I - Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, segmentação Odontológica, da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 465/2021 e alterações posteriores.

**FASE DE ANÁLISE**

Planejamento da contratação e Seleção de Fornecedor	(x) Sim ( ) Não
Gestão do Contrato	(x) Sim ( ) Não

**Risco 1**

<b>Descrição do risco:</b>	<b>Ausência de interessados na licitação</b>
<b>Tipo:</b>	( ) Risco da Solução <b>(X) Risco do Processo de Contratação</b>
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa <b>(X) Média</b> ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo ( ) Médio <b>(X) Alto</b>
<b>Dano potencial</b>	Indisponibilidade do serviço de assistência odontológica aos potenciais beneficiários
<b>Ação Preventiva e Responsável:</b>	Pesquisar o mercado a fim de identificar as possíveis exigências para a especificação do objeto e os preços praticados Responsável: Equipe de planejamento da contratação
<b>Ação de Contingência e Responsável:</b>	Realizar novo procedimento licitatório, revendo as especificações do edital Responsáveis: SEGESP e SA



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

<b>Risco 2</b>	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Ausência de licitantes capazes de atender aos requisitos mínimos de abrangência geográfica do serviço</b>
<b>Tipo:</b>	( ) Risco da Solução <b>(x) Risco do Processo de Contratação</b>
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa <b>(x) Média</b> ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo    ( ) Médio <b>(x) Alto</b>
<b>Dano potencial</b>	Indisponibilidade do serviço de assistência odontológica aos potenciais beneficiários
<b>Ação Preventiva e Responsável:</b>	Validar com potenciais fornecedores os requisitos estabelecidos Responsável: Equipe de planejamento da contratação
<b>Ação de Contingência e Responsável:</b>	Realizar novo procedimento licitatório, revendo os requisitos de abrangência geográfica do serviço Responsáveis: SEGESP e SA

<b>Risco 3</b>	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Interpretação equivocada dos requisitos da contratação por parte das licitantes.</b>
<b>Tipo:</b>	( ) Risco da Solução <b>(x) Risco do Processo de Contratação</b>
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa <b>(x) Média</b> ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo <b>(x) Médio</b> ( ) Alto
<b>Dano potencial</b>	Atraso da licitação devido a impugnações
<b>Ação Preventiva e Responsável:</b>	Elaborar o Termo de Referência de forma clara e concisa. Responsável: Equipe de planejamento da contratação
<b>Ação de Contingência e Responsável:</b>	Prestar esclarecimentos às impugnações Responsável: SEGESP

<b>Risco 4</b>	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Contratação de empresa incapaz de executar o objeto com a qualidade esperada por falta de qualificação econômico-financeira e/ou técnica adequadas</b>
<b>Tipo:</b>	<b>(x) Risco da Solução</b> ( ) Risco do Processo de Contratação
<b>Probabilidade:</b>	<b>(x) Baixa</b> ( ) Média    ( ) Alta



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

<b>Impacto:</b>	( ) Baixo ( ) Médio ( <b>x</b> ) Alto
<b>Dano potencial</b>	1. Não obtenção do objeto contratado; 2. Descumprimento, pela contratada, de obrigações contratuais
<b>Ação Preventiva e Responsável:</b>	Solicitar no Edital comprovação de capacidade técnica e econômica compatíveis com o objeto. Responsáveis: Lucia Thomé de Oliveira (SEGESP) e João Henrique Carvalho de Lima Ribas (SA).
<b>Ação de Contingência e Responsável:</b>	Rescisão do contrato e contratação da segunda colocada na licitação. Responsável: SEGESP e SA

<b>Risco 5</b>	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Impossibilidade de aplicar penalidades devido à definição de cláusulas de penalidades genéricas.</b>
<b>Tipo:</b>	( <b>x</b> ) Risco da Solução ( ) Risco do Processo de Contratação
<b>Probabilidade:</b>	( <b>x</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo ( <b>x</b> ) Médio ( ) Alto
<b>Dano potencial</b>	Impossibilidade de induzir o contrato a voltar à normalidade em caso de desconformidade na execução.
<b>Ação Preventiva e Responsável:</b>	Correta definição das cláusulas de penalidades: vinculação, rigor, aferição, cálculo. Responsável: SEGESP e SA
<b>Ação de Contingência e Responsável:</b>	Formalizar aditivo contratual para incluir cláusulas que corrijam a situação. Responsável: SEGESP e SA

<b>Risco 6</b>	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Rescisão contratual por cumprimento irregular de cláusulas contratuais.</b>
<b>Tipo:</b>	( <b>x</b> ) Risco da Solução ( ) Risco do Processo de Contratação
<b>Probabilidade:</b>	( <b>x</b> ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo ( ) Médio ( <b>x</b> ) Alto
<b>Dano potencial</b>	Paralisação do serviço.
<b>Ação Preventiva e Responsável:</b>	Acompanhamento constante da execução do contrato pelo fiscal. Responsável: Luiz André da Costa Dorneles (SEGESP)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

<b>Ação de Contingência e Responsável:</b>	1. Convocar a segunda colocada no Certame; 2. Processo de contratação emergencial, com base no inciso IV, art. 24 da Lei nº 8.666/93 Responsável: SEGESP e SA
--	---

<b>Risco 7</b>	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Atraso na entrega das faturas mensais</b>
<b>Tipo:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Risco da Solução</b> <input type="checkbox"/> Risco do Processo de Contratação
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> <b>Média</b> <input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> <b>Médio</b> <input type="checkbox"/> Alto
<b>Dano potencial</b>	Tempo insuficiente para analisar e processar as faturas a fim de viabilizar o pagamento no prazo previsto em contrato.
<b>Ação Preventiva e Responsável:</b>	Prever no Termo de Referência que a entrega da fatura seja feita até o dia 5 do mês de prestação do serviço Responsável: Equipe de planejamento da contratação
<b>Ação de Contingência e Responsável:</b>	Aplicar sanção, conforme previsto no contrato. Responsável: SEGESP e SA

<b>Risco 8</b>	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Indisponibilidade do serviço em municípios do interior do Estado</b>
<b>Tipo:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Risco da Solução</b> <input type="checkbox"/> Risco do Processo de Contratação
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> <b>Média</b> <input type="checkbox"/> Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> <b>Alto</b>
<b>Dano potencial</b>	Indisponibilidade do serviço nas proximidades do local de lotação de alguns beneficiários
<b>Ação Preventiva e Responsável:</b>	Prever requisitos mínimos de abrangência geográfica dos serviços Responsável: Equipe de planejamento da contratação
<b>Ação de Contingência e Responsável:</b>	Aplicar política de reembolso prevista no contrato Responsável: SEGESP

<b>Risco 9</b>	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Indisponibilidade de atendimento em alguma especialidade odontológica</b>
<b>Tipo:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Risco da Solução</b> <input type="checkbox"/> Risco do Processo de Contratação

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa <b>( x ) Média</b> ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo    ( ) Médio <b>( x ) Alto</b>
<b>Dano potencial</b>	Beneficiários sem acesso ao serviço contratado
<b>Ação Preventiva e Responsável:</b>	Prever a possibilidade de reembolso nos casos de indisponibilidade de atendimento em alguma especialidade Responsável: Equipe de planejamento da contratação
<b>Ação de Contingência e Responsável:</b>	Aplicar sanção, conforme previsto no contrato. Responsável: SEGESP e SA

<b>Risco 10</b>	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Serviço prestado em nível de qualidade inferior ao previsto</b>
<b>Tipo:</b>	<b>( x ) Risco da Solução</b> ( ) Risco do Processo de Contratação
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa <b>( x ) Média</b> ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo    ( ) Médio <b>( x ) Alto</b>
<b>Dano potencial</b>	Má alocação de recursos públicos e insatisfação dos beneficiários
<b>Ação Preventiva e Responsável:</b>	Definir critérios objetivos para aferir o nível de qualidade dos serviços por meio de Instrumento de Medição de Resultados Responsável: Equipe de planejamento da contratação
<b>Ação de Contingência e Responsável:</b>	Aplicar descontos previstos no Instrumento de Medição de Resultados Responsável: SEGESP

<b>Risco 11</b>	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Custo da contratação maior do que a disponibilidade orçamentária</b>
<b>Tipo:</b>	<b>( X ) Risco da Solução</b> ( ) Risco do Processo de Contratação
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa <b>( X ) Média</b> ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo    ( ) Médio <b>( X ) Alto</b>
<b>Dano potencial</b>	Impossibilidade de o Tribunal subsidiar as mensalidades na íntegra
<b>Ação Preventiva e Responsável:</b>	Contratar apenas o rol mínimo de procedimentos odontológicos, conforme tabela da Agência Nacional de Saúde Suplementar Responsável: Equipe de planejamento da contratação





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

<b>Ação de Contingência e Responsável:</b>	1. Descontar a mensalidade dos beneficiários Responsável: SECOF 2. Não prorrogar o contrato Responsável: Lucia Thomé de Oliveira – SEGESP
--	--

<b>Equipe de Planejamento da Contratação</b>	
<i>Documento assinado digitalmente</i> LUIZ ANDRE DA COSTA DORNELES Integrante Requisitante	<i>Documento assinado digitalmente</i> JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS Integrante Técnico
<i>Documento assinado digitalmente</i> MARIA AUGUSTA KINNEMANN Integrante Requisitante e Gestora Substituta do Contrato	<i>Documento assinado digitalmente</i> KARINA XAVIER HOLSTEIN Integrante Técnico
<i>Documento assinado digitalmente</i> NATACHA MORAES DE OLIVEIRA Integrante Requisitante	<i>Documento assinado digitalmente</i> RICARDO BRAGA BOTELHO Integrante Técnico
<i>Documento assinado digitalmente</i> FABIANA DA SILVA PERDOMO Integrante Técnico	<i>Documento assinado digitalmente</i> TAIS NUNES DE ALBUQUERQUE Integrante Técnico
<i>Documento assinado digitalmente</i> LUCIA THOME DE OLIVEIRA Gestora do Contrato	







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA**

Item	Descrição	Número de Beneficiários	Valor Unitário ( <i>Preço mensal per capita</i> ) (R\$)	Preço Mensal para Execução dos Serviços (R\$)
1	Contratação de plano ou seguro privado de <b>assistência à saúde odontológica</b> , conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência, e seus anexos, do Edital Pregão Eletrônico nº 09/2022.	13.831		

**DADOS DA LICITANTE:**

Razão social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço (CEP, cidade, estado): \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Falar com: \_\_\_\_\_

**Carimbo e assinatura da empresa**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

**CONTRATO TRT4 Nº \_\_\_\_/2022**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO E \_\_\_\_\_.**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**, inscrito no C.N.P.J.M.F. sob o nº 02.520.619/0001-52, com sede na Av. Praia de Belas, nº 1.100, em Porto Alegre/RS, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmo. Presidente, Desembargador **FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO**, e, de outro lado, \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J.M.F. sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrito no C.P.F.M.F. sob o nº \_\_\_\_\_, ajustam entre si este contrato, o qual reger-se-á pelas condições adiante discriminadas.

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** O presente instrumento tem por objeto a contratação de serviços de **assistência à saúde odontológica**, para atendimentos de natureza clínica e cirúrgica, por livre adesão, sem limite de idade, sem diferenciação por faixa etária e sem distinção de preços, sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, do Edital Pregão Eletrônico nº 09/2022.

**Parágrafo Primeiro.** O plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica será prestado sob o regime coletivo, por adesão, a preço **per capita** previamente determinado e sem qualquer tipo de coparticipação.

**Parágrafo Segundo.** A CONTRATADA deverá assegurar a todos os beneficiários inscritos no plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica, no mínimo, **a cobertura e os procedimentos constantes do Anexo I - Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, segmentação Odontológica**, da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 465/2021 e alterações posteriores, de acordo com as especificações contratuais, não sendo admitido qualquer tipo de limitação nas coberturas garantidas pela referida norma.

**Parágrafo Terceiro.** A utilização dos serviços será por intermédio do acesso direto dos beneficiários à rede própria, cooperada, credenciada, contratada e/ou referenciada da CONTRATADA, disponível em nível nacional e na jurisdição do CONTRATANTE, conforme Cláusula Sétima, infra, e Anexo I do Termo de Referência mencionado no *caput*, sendo vedada aos usuários a livre escolha de profissionais ou serviços fora da rede, à exceção dos casos de atendimentos de urgência e/ou emergência ou quando não for possível a utilização dos serviços da CONTRATADA, ocasião em que serão aplicadas as condições de reembolso previstas na Cláusula Décima Primeira, infra.

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Será facultado à CONTRATADA disponibilizar, a qualquer momento durante a vigência do Contrato, serviços adicionais àqueles especificados neste instrumento, observando-se o que segue:

**a)** A adesão aos serviços adicionais eventualmente disponibilizados será optativa, sendo que os beneficiários deverão manifestar formalmente, em formulário próprio, o desejo de incluir os referidos serviços adicionais à configuração do seu plano ou seguro;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

- b)** a inclusão dos serviços adicionais será celebrada por aditamento contratual, sujeitando-se estes serviços às demais cláusulas contratuais;
- c)** o custeio de eventuais serviços adicionais será realizado integralmente pelos respectivos beneficiários.

## DOS BENEFICIÁRIOS

**CLÁUSULA TERCEIRA.** Os beneficiários do Plano de Saúde se classificam em titulares e dependentes.

**Parágrafo Primeiro.** São beneficiários **titulares**:

- a)** magistrados e servidores, ativos e inativos;
- b)** servidores sem vínculo efetivo com a Administração Pública, no exercício de cargo em comissão;
- c)** servidores de outros quadros à disposição do CONTRATANTE e que optarem pelo benefício deste Órgão;
- d)** beneficiários de pensão estatutária (pensionistas).

**Parágrafo Segundo.** Qualifica-se como beneficiário **dependente** aquela pessoa inscrita pelo beneficiário titular, de acordo com a seguinte relação:

- a)** cônjuge.
- b)** companheiro(a) designado conforme a regulamentação interna vigente neste Órgão.
- c)** ex-cônjuge ou ex-companheiro(a) que perceba pensão alimentícia.
- d)** filho(a) e enteado(a).
- e)** menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial.
- f)** pai e mãe.
- g)** irmão/irmã inválido(a) ou interditado(a) por alienação mental, sem economia própria, que viva sob a dependência econômica do beneficiário titular.

**Parágrafo Terceiro.** É vedado ao beneficiário de pensão estatutária (pensionista) participante do plano ou seguro de saúde odontológica inscrever beneficiários dependentes.

**Parágrafo Quarto.** A CONTRATADA fica obrigada a garantir a inclusão de novos tipos de beneficiários em decorrência de alterações na regulamentação interna deste CONTRATANTE (Portaria TRT4 nº 1.198/2022).

**Parágrafo Quinto.** Todos os beneficiários relacionados nos parágrafos primeiro e segundo desta Cláusula serão aceitos pela CONTRATADA, sem limite de idade.

## DAS INCLUSÕES, DO INÍCIO DA COBERTURA E DAS CARÊNCIAS

**CLÁUSULA QUARTA.** A cobertura assistencial terá início concomitante com o início da prestação dos serviços, conforme definido no parágrafo primeiro da Cláusula Décima Quarta, infra, sem qualquer tipo de carência para os beneficiários que manifestarem interesse na adesão ao plano ou seguro em até 30 dias contados da assinatura do Contrato.

**Parágrafo Primeiro.** Durante a vigência do Contrato, as inclusões no plano ou seguro de assistência à saúde odontológica, com direito à cobertura assistencial imediata e sem cumprimento de carência, deverão ser solicitadas no prazo de 30 dias contados da ocorrência das seguintes hipóteses:

- a)** da data de exercício no CONTRATANTE de novos magistrados e servidores, abrangendo seus respectivos dependentes.
- b)** da inclusão de cônjuge ou companheiro(a) nos assentamentos funcionais do magistrado ou servidor.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

c) do compromisso de guarda de menor ou adoção.

**Parágrafo Segundo.** As demais inclusões que não se enquadrarem nas hipóteses do parágrafo anterior cumprirão os seguintes períodos de carência:

a) Prazo de 24 horas para cobertura dos casos de urgência e/ou emergência, conforme definições constantes da Cláusula Nona, infra.

b) prazo de 30 dias para todos os demais atendimentos e procedimentos odontológicos do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, segmentação Odontológica, da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

**Parágrafo Terceiro.** Os beneficiários titulares serão responsabilizados pela utilização do plano ou seguro de assistência à saúde odontológica durante o cumprimento de carências, cujos valores serão cobrados pela operadora a título de custo operacional.

**Parágrafo Quarto.** Os beneficiários inscritos no plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica ficam obrigados a permanecer nessa condição pelo prazo de 1 (um) ano, contado a partir da adesão, caso tenham sido utilizados quaisquer dos recursos oferecidos.

## DAS EXCLUSÕES E DO FIM DAS COBERTURAS

**CLÁUSULA QUINTA.** Constituem exclusões dos beneficiários titulares:

- a) Cancelamento voluntário.
- b) falecimento.
- c) exoneração.
- d) vacância para posse em outro cargo inacumulável.
- e) perda da condição de beneficiário de pensão estatutária.
- f) demissão.

**Parágrafo Primeiro.** No caso das hipóteses previstas no *caput* desta Cláusula todos os beneficiários dependentes serão compulsoriamente excluídos.

**Parágrafo Segundo.** Constituem exclusões dos beneficiários dependentes:

- a) solicitação de cancelamento pelo beneficiário titular.
- b) falecimento.
- c) separação judicial, divórcio ou dissolução de união estável sem fixação judicial de pensão alimentícia.
- d) perda da condição de dependência definida nas alíneas “e” e “g” do parágrafo segundo da Cláusula Terceira.

**Parágrafo Terceiro.** Os beneficiários titulares serão responsabilizados pelos eventuais débitos remanescentes, bem como pelo custo operacional a ser cobrado pela operadora, em caso de utilização após a efetiva exclusão do plano ou seguro de assistência à saúde odontológica.

**Parágrafo Quarto.** Nos casos de exclusão nos termos das alíneas “a”, “c”, “d”, “e” e “f” do *caput* da presente Cláusula, o titular do plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica terá seu direito cessado, juntamente com seu(s) dependente(s):

- a) a partir do 1º dia do mês subsequente ao mês de solicitação da exclusão, nos casos em que o requerimento for entregue ao CONTRATANTE do 1º ao 15º dia do mês.
- b) a partir do 1º dia do 2º mês subsequente ao mês de solicitação da exclusão, nos casos em que o requerimento for entregue ao CONTRATANTE do 16º ao 31º dia do mês.

**Parágrafo Quinto.** Na hipótese de exclusão previstas na alínea “b” do *caput* e na alínea “b” do parágrafo segundo da presente Cláusula, as mensalidades devidas serão cobradas *pro rata die* até a data do falecimento, sendo o ajuste financeiro realizado mediante





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

abatimento na fatura do mês subsequente ao da comunicação do óbito à operadora do plano ou seguro de assistência à saúde odontológica.

### DA OPERACIONALIZAÇÃO DO CADASTRO

**CLÁUSULA SEXTA.** A movimentação cadastral será encaminhada à CONTRATADA por correio eletrônico ou outro meio digital até o dia 20 de cada mês para que sejam efetuadas eventuais inclusões, alterações e exclusões de beneficiários.

**Parágrafo Primeiro.** As inclusões, alterações e exclusões de beneficiários passarão a valer a contar do 1º (primeiro) dia do mês subsequente, salvo nas hipóteses de inclusão previstas no parágrafo primeiro da Cláusula Quarta, para as quais os pedidos de inclusão serão encaminhados imediatamente, mediante procedimento a ser convencionado por ocasião da reunião inicial.

**Parágrafo Segundo.** Se o dia 20 ocorrer em feriado ou final de semana, o cadastro será encaminhado no último dia útil imediatamente anterior a esta data.

**Parágrafo Terceiro.** É vedado à CONTRATADA cobrar qualquer taxa a título de movimentação cadastral e/ou expedição dos cartões de identificação na versão digital.

**Parágrafo Quarto.** A CONTRATADA deverá fornecer ao beneficiário cartão de identificação na versão digital, o qual será disponibilizado no prazo máximo de 30 dias contados da data de assinatura do Contrato.

**Parágrafo Quinto.** Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o cartão de identificação na versão digital do beneficiário que vier a solicitar inclusão no plano ou seguro será disponibilizado no prazo máximo de 15 dias do envio de dados à CONTRATADA.

**Parágrafo Sexto.** No caso de solicitação de cartão de identificação na versão física, o custo será integralmente arcado pelo beneficiário titular e o pedido será encaminhado à CONTRATADA mediante procedimento e valor a serem convencionados por ocasião da reunião inicial.

**Parágrafo Sétimo.** O cartão de identificação na versão física será remetido ao endereço residencial do beneficiário no prazo máximo de 30 dias contados da data de assinatura do Contrato.

**Parágrafo Oitavo.** Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o cartão de identificação na versão física do beneficiário que vier a solicitar inclusão no plano ou seguro será encaminhado ao endereço residencial do beneficiário no prazo máximo de 15 dias do envio de dados à CONTRATADA.

**Parágrafo Nono.** O custo do cartão de identificação na versão física será limitado ao valor de emissão do plástico acrescido de eventuais taxas de envio para o endereço residencial do beneficiário.

### DA ÁREA GEOGRÁFICA DE COBERTURA E ATUAÇÃO

**CLÁUSULA SÉTIMA.** O plano ou seguro terá cobertura em todo o território nacional, em consultórios, clínicas, centros clínicos e outros serviços de saúde odontológica, próprios, cooperados, credenciados, contratados e/ou referenciados, devendo garantir, no mínimo, a cobertura prevista no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, segmentação Odontológica, da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 465/2021 e alterações posteriores.

**Parágrafo Primeiro.** A CONTRATADA se compromete a manter assistência permanente (cobertura e operação) em 100% (cem por cento) das microrregiões definidas na Portaria







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

TRT4 nº 3.782/2013 e a cumprir os requisitos mínimos de municípios e postos de atendimento constantes no Anexo I do Termo de Referência mencionado no *caput* da Cláusula Primeira.

**Parágrafo Segundo.** Por ocasião da assinatura do Contrato a CONTRATADA deverá apresentar, em mídia digital, lista individualizada de todos os serviços de saúde odontológica oferecidos em cada um dos municípios mencionados no parágrafo anterior e a nível nacional, devendo disponibilizar nova listagem ao CONTRATANTE a cada alteração da rede de atendimento.

**Parágrafo Terceiro.** A CONTRATADA se compromete a disponibilizar atendimento em todas as especialidades odontológicas em cada um dos municípios constantes no Anexo I do Termo de Referência mencionado no *caput* da Cláusula Primeira, ou em um raio de até 100km destes.

**Parágrafo Quarto.** Na ocasião de não haver atendimento em determinada especialidade odontológica disponível em algum dos municípios constantes no Anexo I do Termo de Referência mencionado no *caput* da cláusula primeira, ou em um raio de até 100km destes, a CONTRATADA se compromete a efetuar o reembolso ao beneficiário, nos termos da Cláusula Décima Primeira, infra.

**Parágrafo Quinto.** A CONTRATADA se compromete a disponibilizar atendimento em todas as especialidades odontológicas em cada uma das capitais dos Estados da Federação ou em um raio de até 50km destas.

**Parágrafo Sexto.** Na ocasião de não haver atendimento em determinada especialidade odontológica disponível em alguma das capitais dos Estados da Federação ou em um raio de até 50km destas, a CONTRATADA se compromete a efetuar o reembolso ao beneficiário, nos termos da Cláusula Décima Primeira, infra.

### DA COPARTICIPAÇÃO

**CLÁUSULA OITAVA.** É vedada a cobrança de coparticipação nos atendimentos e procedimentos odontológicos de qualquer especialidade.

### DAS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

**CLÁUSULA NONA.** Considera-se de urgência o atendimento imediato, motivado por processo doloroso ou de desconforto momentâneo, decorrente ou não de acidente.

**Parágrafo Primeiro.** Considera-se atendimento de emergência o evento que implica em risco imediato de vida ou lesão irreparável para o paciente, a ser caracterizado em declaração do odontólogo.

**Parágrafo Segundo.** Nos casos de urgência e/ou emergência a operadora não poderá exigir autorização prévia para a realização de qualquer exame ou procedimento.

**Parágrafo Terceiro.** Os atendimentos de urgência e/ou emergência serão garantidos após decorrido o prazo de carência de 24 horas de inclusão do beneficiário no plano ou seguro, referido na alínea “a” do parágrafo segundo da Cláusula Quarta.

**Parágrafo Quarto.** A assistência odontológica para urgência e/ou emergência deve ser imediata, garantir a atenção e atuar no sentido da preservação da vida, órgãos e funções do beneficiário.

**Parágrafo Quinto.** Nos casos de urgência e/ou emergência, os beneficiários utilizarão preferencialmente os serviços da rede própria, cooperada, credenciada, contratada e/ou





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

referenciada e, na impossibilidade, qualquer serviço de urgência e/ou emergência disponível, sendo os valores das despesas decorrentes reembolsados na forma da Cláusula Décima Primeira, infra.

### DAS EXCLUSÕES DE COBERTURA ASSISTENCIAL

**CLÁUSULA DÉCIMA.** As exclusões da cobertura assistencial de que trata este instrumento, compreendem, no que couber, os procedimentos, materiais e medicamentos que não constem no rol daqueles inseridos na Lei nº 9.656/1998 e na Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 465/2021 e alterações posteriores, ou aqueles não reconhecidos pelo Conselho Federal de Odontologia, pela Agência de Vigilância Sanitária ou por outros órgãos reguladores e, ainda, a prestação do serviço de Atendimento Domiciliar.

### DO REEMBOLSO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** É garantido o reembolso de despesas com assistência à saúde odontológica quando não for possível a utilização dos serviços oferecidos pela operadora, nos limites das obrigações contratuais, conforme as previsões constantes nas Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar que tratam da matéria (RN nº 259/2011 e RN nº 268/2011) e alterações posteriores, devendo ser também observadas as hipóteses e condições definidas neste instrumento.

**Parágrafo Primeiro.** Caberá reembolso das despesas efetuadas pelos beneficiários nas seguintes hipóteses:

- a)** Inexistência ou indisponibilidade de profissional integrante da rede assistencial da CONTRATADA que ofereça o serviço ou procedimento demandado, nos municípios definidos no Anexo I do Termo de Referência mencionado no *caput* da Cláusula Primeira, no qual o beneficiário esteja buscando atendimento, ou em um raio de até 100km deste;
- b)** Inexistência ou indisponibilidade de profissional integrante da rede assistencial da CONTRATADA que ofereça o serviço ou procedimento demandado, em alguma das capitais dos Estados da Federação, na qual o beneficiário esteja buscando atendimento, ou em um raio de até 50km desta;
- c)** Na paralisação do atendimento pela rede de serviços ou interrupção total de atendimento em determinada especialidade;
- d)** Quando se tratar de atendimento de urgência e/ou emergência devidamente justificado pelo profissional que o executou, hipótese na qual o beneficiário poderá buscar atendimento de profissional não integrante da rede assistencial da CONTRATADA, conforme parágrafo quinto da Cláusula Nona.

**Parágrafo Segundo.** Caso o beneficiário seja obrigado a pagar os custos do atendimento nas situações previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá reembolsá-lo integralmente do valor das despesas cuja cobertura esteja prevista no Contrato.

**Parágrafo Terceiro.** Para fins de reembolso, o beneficiário deverá apresentar a documentação adequada no prazo máximo de 360 dias contados da data do evento, sob pena de perder o direito ao reembolso.

**Parágrafo Quarto.** Será de 30 dias consecutivos o prazo máximo para o reembolso, contado do recebimento, pela CONTRATADA, do comprovante de pagamento acompanhado da documentação exigida.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

**Parágrafo Quinto.** A CONTRATADA informará ao CONTRATANTE, no início da vigência do Contrato, os documentos a serem apresentados pelos beneficiários para fins de reembolso das despesas odontológicas.

**Parágrafo Sexto.** Em caso de negativa total e/ou parcial de reembolsos solicitados, a CONTRATADA deverá encaminhar para o beneficiário titular do plano, juntamente com os documentos originais do pedido indeferido, justificativa formal que fundamente os motivos da negativa.

### DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Deverão ser utilizados medicamentos de uso odontológico, materiais dentários e anestésicos com propriedades biologicamente favoráveis, que apresentem boa performance clínica a longo prazo, devidamente atestados pelos elevados padrões da boa qualidade, que atendam às especificações e atualizações técnicas de indicação profissional e que tenham datas de validade em vigência, de forma a permitir a excelência no atendimento.

**Parágrafo Único.** Deverão ser utilizados instrumentais e equipamentos odontológicos que ofereçam o perfeito desempenho dos tratamentos realizados, bem como a proteção, na forma da legislação pertinente, da radiação emitida pelo uso de aparelhos de raios-x e outros radio-ionizantes à equipe profissional e aos usuários.

### DOS MECANISMOS DE REGULAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** O beneficiário poderá utilizar os serviços oferecidos pela CONTRATADA exclusivamente para atendimentos decorrentes de riscos cobertos.

**Parágrafo Primeiro.** Ao utilizar a rede da CONTRATADA, o beneficiário não fará qualquer desembolso, cabendo à CONTRATADA efetuar o pagamento diretamente ao prestador do serviço, em nome e por conta do beneficiário.

**Parágrafo Segundo.** A lista de prestadores de serviço pode sofrer inclusões e/ou exclusões a qualquer tempo, comprometendo-se a CONTRATADA a manter a informação relativa ao rol de prestadores sempre atualizada.

**Parágrafo Terceiro.** A CONTRATADA se reserva o direito de alterar a rede de prestadores de serviços, obedecidos os trâmites legais existentes.

**Parágrafo Quarto.** A marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos devem ser feitas de forma a atender os prazos exigidos nas Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar nºs 259/2011, 268/2011 e alterações posteriores.

**Parágrafo Quinto.** A operadora poderá exigir autorização prévia para a realização de eventos em saúde odontológica, devendo dar ampla publicidade destes mecanismos aos beneficiários.

**Parágrafo Sexto.** Nos casos de urgência e/ou emergência não será exigida autorização prévia para a realização de qualquer exame ou procedimento.

**Parágrafo Sétimo.** A operadora deverá providenciar a realização de exames radiológicos sem a necessidade de autorização prévia, excetuando-se tomografias computadorizadas.

**Parágrafo Oitavo.** No ato da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE a relação de todos os eventos em saúde odontológica que necessitem de autorização/senha para a sua realização.







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

**Parágrafo Nono.** Nos casos em que a CONTRATADA estabelecer a necessidade de autorização prévia, a avaliação do atendimento solicitado deverá ser efetuada pelo profissional auditor no prazo máximo de 2 dias úteis, contados da data da solicitação, para fins de avaliação dos requisitos de aplicação das Diretrizes de Utilização da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ressalvadas as hipóteses de urgência e/ou emergência.

**Parágrafo Décimo.** Em caso de divergência odontológica na concessão da autorização será garantida a instauração de junta odontológica para definição do impasse, no prazo máximo de 48 horas da solicitação, constituída pelo profissional solicitante do serviço ou de outro nomeado pelo beneficiário, pelo auditor odontólogo da CONTRATADA e por um terceiro, escolhido de comum acordo pelos dois profissionais acima nomeados, cuja remuneração ficará a cargo da CONTRATADA.

**Parágrafo Décimo Primeiro.** Se não houver acordo na escolha do odontólogo desempataador, a sua designação será solicitada ao Presidente de uma das sociedades odontológicas sediadas na cidade de Porto Alegre.

**Parágrafo Décimo Segundo.** Em caso de negativa de autorização de quaisquer serviços solicitados, a CONTRATADA deverá encaminhar a negativa formal para o beneficiário interessado, conforme Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 395/2016 e alterações posteriores.

## DA VIGÊNCIA

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** O prazo de vigência da presente contratação será de 30 meses, contados a partir da data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado, até o limite de 60 meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

**Parágrafo Primeiro.** O prazo para início da prestação dos serviços será de 10 dias úteis contados da disponibilização, pelo CONTRATANTE, da listagem de beneficiários a serem incluídos no plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica.

**Parágrafo Segundo.** A prorrogação do prazo de vigência do Contrato em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços prestados, à comprovação da compatibilidade com os preços de mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.

## DO REGIME DE EXECUÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** O serviço será prestado na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

## DO PREÇO

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA.** O preço da mensalidade *per capita* é de R\$ @@ (@@).

## DO PAGAMENTO

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA.** O pagamento da mensalidade será realizado mediante crédito na conta corrente da CONTRATADA até o dia 25 do mês de prestação do serviço, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e, se for o caso, ISSQN.

**Parágrafo Primeiro.** A movimentação cadastral será encerrada pelo CONTRATANTE no dia 20 de cada mês e encaminhada à CONTRATADA para os devidos ajustes no rol de





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

beneficiários, os quais deverão ser implementados a contar do primeiro dia do mês subsequente.

**Parágrafo Segundo.** A CONTRATADA deverá entregar o faturamento mensal do serviço ao CONTRATANTE até o dia 5 do mês de prestação do serviço, contendo descrição completa dos valores cobrados, detalhados por beneficiário.

**Parágrafo Terceiro.** O pagamento dos valores referentes a eventuais serviços extracontratuais realizados e comprovadamente devidos será realizado mensalmente, por meio de crédito na conta corrente da CONTRATADA até o dia 25 de cada mês, após a entrega do documento fiscal correspondente.

**Parágrafo Quarto.** Todos os serviços prestados aos beneficiários do CONTRATANTE que não estiverem expressamente previstos neste instrumento, ou que por ele forem expressamente afastados terão os custos arcados pelos beneficiários.

**Parágrafo Quinto.** O pagamento de tais serviços será realizado mediante crédito na conta corrente da CONTRATADA até o dia 25 do mês subsequente à realização do desconto efetuado pelo CONTRATANTE na folha de pagamento do beneficiário.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA.** Se a CONTRATADA for optante do SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a retenção dos tributos referidos no *caput* da Cláusula Décima Sétima somente deixará de ser efetuada caso a CONTRATADA apresente, juntamente com o documento fiscal do primeiro pagamento, a declaração de opção, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, art. 4º, inciso XI, e art. 6º. Havendo alteração na situação declarada, durante a vigência da contratação, a CONTRATADA deverá informar ao Tribunal, sob pena das cominações previstas na legislação tributária e criminal.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA.** Para todos os fins, considera-se como data do pagamento, o dia da emissão da ordem bancária.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA.** No caso de os documentos apresentados para atendimento ao disposto no subitem 34.1 do Edital Pregão Eletrônico nº 09/2022 estarem vencidos quando da apresentação do documento fiscal, a CONTRATADA deverá providenciar a regularização.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA.** Na eventualidade de atraso no pagamento, entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento, serão devidos pelo CONTRATANTE:

- a) juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) ou 6% a.a. (seis por cento ao ano), por dia de atraso na efetivação do pagamento;
- b) multa moratória no percentual de 1% (um por cento) do valor da fatura em atraso; e
- c) atualização financeira pelo IGP-DI.

**Parágrafo Único.** Não serão devidas quaisquer taxas de atualização financeira, juros ou multa moratória nas hipóteses em que houver a concorrência da CONTRATADA para o atraso no pagamento.

## DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA.** A avaliação dos serviços será realizada pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

**Parágrafo Primeiro.** O Instrumento de Medição de Resultado tem como objetivo definir critérios objetivos para avaliar a qualificação esperada dos serviços e, a partir de indicadores, identificar o **Índice de Nível de Serviço** executado, que servirá de base para o cálculo dos descontos aos quais a CONTRATADA poderá se submeter.

**Parágrafo Segundo.** Todas as ocorrências identificadas pela fiscalização serão encaminhadas à CONTRATADA, para manifestação, até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

**Parágrafo Terceiro.** A CONTRATADA responderá aos apontamentos da fiscalização até o dia 25 do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

**Parágrafo Quarto.** A fiscalização emitirá, até o dia 5 do 2º mês subsequente ao da prestação dos serviços, parecer acerca da aplicabilidade do desconto na fatura ou de envio de notificação à CONTRATADA.

**Parágrafo Quinto.** Eventuais descontos decorrentes da aplicação do Instrumento de Medição de Resultado serão efetuados no 2º mês subsequente ao da prestação dos serviços.

**Parágrafo Sexto.** A reiteração de ocorrências poderá caracterizar a inexecução parcial do Contrato.

**Parágrafo Sétimo.** Independentemente da utilização do Instrumento de Medição de Resultado, poderão ser aplicados outros mecanismos para avaliação dos serviços prestados.

**Parágrafo Oitavo.** Independentemente da utilização do Instrumento de Medição de Resultado, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas no Contrato.

**Parágrafo Nono.** A fim de aferir o nível de qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá cumprir as condições elencadas abaixo, sob pena de incidirem os descontos a seguir especificados:

1. Deixar de responder, de imediato, às solicitações de procedimentos odontológicos que se caracterizem como urgência ou emergência.	
De 01 a 10 ocorrências	Desconto de <b>0,5%</b> sobre a fatura mensal do Contrato, por ocorrência.
De 11 a 15 ocorrências	Desconto de <b>1%</b> sobre a fatura mensal do Contrato, por ocorrência.
De 16 a 20 ocorrências	Desconto de <b>2%</b> sobre a fatura mensal do Contrato, por ocorrência.
A partir da 21ª ocorrência	A CONTRATADA estará sujeita, além do desconto de <b>2%</b> sobre a fatura mensal, à penalização, conforme Contrato.

2. O descumprimento dos prazos estabelecidos na Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 259/2011 para responder os pedidos de procedimentos odontológicos efetuados pelo CONTRATANTE, contados a partir do dia subsequente à solicitação, acarretará, não cumulativamente:	
De 02 a 10 ocorrências	Desconto de <b>0,2%</b> sobre a fatura mensal do Contrato, por ocorrência.
De 11 a 15 ocorrências	Desconto de <b>0,5%</b> sobre a fatura mensal do Contrato, por ocorrência.
De 16 a 20 ocorrências	Desconto de <b>1%</b> sobre a fatura mensal do Contrato, por ocorrência.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

A partir da 21ª ocorrência	A CONTRATADA estará sujeita, além do desconto de <b>1%</b> sobre a fatura mensal, à penalização, conforme Contrato.
----------------------------	---

<b>3. Deixar de atender às solicitações do CONTRATANTE, imediatamente após a notificação, de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, quando se caracterizar urgência e/ou emergência:</b>	
A partir do 1º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>0,5%</b> sobre a fatura mensal do Contrato.
A partir do 2º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>1,5%</b> sobre a fatura mensal do Contrato.
A partir do 3º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>2%</b> sobre a fatura mensal do Contrato.
A partir do 4º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>2,5%</b> sobre a fatura mensal do Contrato.
A partir do 5º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>3%</b> sobre a fatura mensal do Contrato.
Atraso superior a 5 dias úteis subsequentes à solicitação	A CONTRATADA estará sujeita, além do desconto de <b>3%</b> sobre a fatura mensal, à penalização, conforme Contrato.

<b>4. Deixar de atender às solicitações do CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação, de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados:</b>	
A partir do 1º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>0,5%</b> sobre a fatura mensal do Contrato.
A partir do 2º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>1,5%</b> sobre a fatura mensal do Contrato.
A partir do 3º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>2%</b> sobre a fatura mensal do Contrato.
A partir do 4º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>2,5%</b> sobre a fatura mensal do Contrato.
A partir do 5º dia útil subsequente à solicitação	Desconto de <b>3%</b> sobre a fatura mensal do Contrato.
Atraso superior a 5 dias úteis subsequentes à solicitação	A CONTRATADA estará sujeita, além do desconto de <b>3%</b> sobre a fatura mensal, à penalização, conforme Contrato.

<b>5. A indisponibilidade, dentro do mesmo mês, da central telefônica de atendimento ao usuário 24h, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para informações pertinentes aos</b>
---





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

serviços, mediante linha direta gratuita, acarretará:	
De 05 a 10 ocorrências	Desconto de <b>0,5%</b> sobre a fatura mensal do Contrato.
De 11 a 15 ocorrências	Desconto de <b>1%</b> sobre a fatura mensal do Contrato.
De 16 a 20 ocorrências	Desconto de <b>2%</b> sobre a fatura mensal do Contrato.
A partir da 21ª ocorrência	A CONTRATADA estará sujeita, além do desconto de <b>2%</b> sobre a fatura mensal, à penalização, conforme Contrato.

### DO CRÉDITO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA.** As despesas oriundas do presente Contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao CONTRATANTE nos exercícios de @-@, Programa de Trabalho: @ - @, Classificação: @ - @

### DO REAJUSTAMENTO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA.** O reajustamento ocorrerá, mediante solicitação da CONTRATADA, a cada período de 12 meses contados a partir da data de apresentação da proposta com base no IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aplicando-se sua variação a partir da referida data.

**Parágrafo Primeiro.** O reajustamento será calculado mediante a aplicação da variação acumulada do índice de reajuste sobre os preços praticados à época da concessão do reajuste.

**Parágrafo Segundo.** Se a apresentação da proposta houver ocorrido até o décimo quinto dia do mês, será utilizado para cálculo do reajuste o índice acumulado do mês anterior à data-base. Se a apresentação da proposta houver ocorrido após o décimo quinto dia do mês, será aplicado o índice acumulado do mês correspondente à data-base.

**Parágrafo Terceiro.** Caso a variação acumulada no período seja positiva, o reajuste será concedido mediante requerimento da CONTRATADA à fiscalização do Contrato e o valor resultante da aplicação do índice poderá ser objeto de negociação entre as partes.

**Parágrafo Quarto.** Caso a variação acumulada no período seja negativa, o valor total do Contrato será diminuído, automaticamente, com base na aplicação do índice.

**Parágrafo Quinto.** A prorrogação da vigência do Contrato sem prévio requerimento dos valores de reajuste implicará na preclusão do direito da contratada. Também ensejará a preclusão do direito ao reajuste a extinção do Contrato sem a prévia apresentação de requerimento da contratada.

**Parágrafo Sexto.** Na hipótese de legislação superveniente reduzir ou aumentar o prazo de suspensão de aplicação de reajuste aos contratos, adequar-se-á o instrumento de contrato para refletir tal circunstância.

### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA.** São obrigações da CONTRATADA:





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

**I** - Indicar, em até 10 dias contados da assinatura do Contrato, um preposto, sendo este o interlocutor da CONTRATADA junto ao CONTRATANTE para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;

**I.a** - Na ausência do preposto, a CONTRATADA deverá providenciar, de imediato, um substituto para interagir com a fiscalização do CONTRATANTE;

**II** - Observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, nos termos em que especificado no edital e neste contrato, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação;

**III** - Disponibilizar em portal eletrônico próprio, no mesmo prazo de que trata o parágrafo primeiro da Cláusula Décima Quarta, as informações referentes ao plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica contratado, conforme denominação apresentada na proposta;

**IV** - Assegurar aos beneficiários do CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.656/1998, a prestação continuada de assistência à saúde odontológica, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimentos de natureza clínica e cirúrgica, contemplando a cobertura e os procedimentos previstos no Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde, segmentação Odontológica, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste instrumento;

**V** - Fornecer aos beneficiários do CONTRATANTE cartões de identificação na versão digital constando seus respectivos nomes, bem como o plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica a que pertencem, cuja apresentação, acompanhada de documento de identificação pessoal, assegure o direito à utilização do benefício;

**VI** - Disponibilizar aos beneficiários os recursos atualizados da rede própria, cooperada, credenciada, contratada e/ou referenciada em ambiente virtual, constando: nome, telefone e endereço de clínicas, centros clínicos, consultórios, atendimentos de urgência/emergência e demais serviços complementares, bem como odontólogos e serviços auxiliares, atualizando os dados sempre que houver alguma modificação;

**VII** - **Manter a rede de atendimento em número igual ou superior ao mínimo exigido no ato da contratação** e, caso haja descredenciamento de qualquer serviço, credenciar outro com a mesma capacidade técnica e abrangência no prazo máximo de 30 dias contados do descredenciamento, informando imediatamente ao CONTRATANTE;

**VIII** - Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

**IX** - Manter, durante a vigência do Contrato, com rigorosa seleção, rede própria, cooperada, credenciada, contratada e/ou referenciada para atendimento aos beneficiários, abrangendo centros clínicos, clínicas, consultórios e demais serviços complementares, bem como de profissionais que prestarão os serviços, todos devidamente registrados nos órgãos competentes, conforme especificações deste instrumento;

**X** - Manter atendimento de assistência à saúde odontológica a nível nacional, conforme especificações deste instrumento;

**XI** - Assegurar a execução dos serviços, conforme a forma preconizada em lei e de acordo com as normas e regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, Resoluções Normativas do Conselho de Saúde Suplementar e observando o estabelecido neste instrumento;

**XII** - Garantir aos beneficiários o acesso a todos os serviços objeto desta contratação, independentemente da apresentação do cartão de identificação;





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022**

**Contrato TRT4 nº @/2022**

**XIII** - Instituir controle de validade dos cartões de identificação, devendo, até o prazo máximo de 40 dias antes de expirado o prazo de validade, disponibilizar novos cartões de identificação na versão digital aos beneficiários;

**XIV** - Disponibilizar mensalmente ao CONTRATANTE, em planilha com formato aberto e não proprietário, dados atualizados relativos aos usuários cobertos pelo plano ou seguro privado de assistência à saúde odontológica contratado, contendo os respectivos dados cadastrais e a relação de dependência, quando for o caso, e possibilitando a obtenção de relatórios pormenorizados relativos a:

- a)** utilização dos serviços (consultas, exames e procedimentos realizados para cada especialidade);
- b)** especialidades mais utilizadas;
- c)** consultórios, clínicas de radiologia e serviços mais utilizados;
- d)** rede própria, cooperada, credenciada, contratada e/ou referenciada atualizada;
- e)** movimentação cadastral.

**XV** - Enviar mensalmente ao CONTRATANTE, via correio eletrônico ou outro meio similar, planilha eletrônica em formato aberto e não proprietário contendo a relação de todos os beneficiários cadastrados, com discriminação entre titulares e respectivos dependentes, seus quantitativos individualizados, seus valores monetários correspondentes e os valores totais (quantitativos e monetários) de cada uma dessas categorias (titular e dependente), para conferência;

**XVI** - Enviar mensalmente ao CONTRATANTE, via correio eletrônico ou outro meio similar, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, Nota Fiscal Fatura ou, ainda, Recibo, acompanhada(o) de boleto de pagamento;

**XVII** - Corrigir faturas contestadas pelo CONTRATANTE em um prazo máximo de 05 dias úteis;

**XVIII** - Emitir quaisquer relatórios, planilhas, listagens, certidões ou documentos e prestar, em até 48 horas contadas da solicitação, informações e esclarecimentos requeridos pelo CONTRATANTE;

**XIX** - Manter central de atendimento telefônico 24 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, mediante linha direta gratuita para atendimento aos usuários que necessitem de informações pertinentes aos serviços, conforme disposições contratuais;

**XX** - Manter a rede de atendimento atualizada, promovendo os credenciamentos necessários e que permitam a prestação dos serviços em regime de excelência;

**XXI** - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

**XXII** - Providenciar a imediata correção das deficiências nos serviços apontadas pelo CONTRATANTE, responsabilizando-se pelos fatos advindos da ineficiência, morosidade e irregularidades praticadas por seus empregados e prepostos, exceto no que se refere a procedimentos odontológicos, em que prevalece a relação odontólogo-paciente e a responsabilidade de ambos;

**XXIII** - Responder, de imediato, às solicitações de procedimentos odontológicos que se caracterizem como urgência e/ou emergência;

**XXIV** - Responder às solicitações de procedimentos odontológicos nos prazos previstos na Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar nº 259/2011;

**XXV** - Atender às solicitações da unidade fiscalizadora do CONTRATANTE, corrigindo, no prazo máximo de 48 horas após a notificação, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados e, de imediato, quando se caracterizar urgência e/ou emergência;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

**XXVI-** Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados por meio de supervisão permanente, de modo a assegurar sua prestação correta e eficaz e sanar as falhas que porventura venham a ocorrer;

**XXVII** - Comunicar à unidade fiscalizadora do CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**XXVIII** - Comunicar, por escrito e com antecedência mínima de 30 dias, quando verificar condições inadequadas para a execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicá-los, bem como eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando, neste caso, justificativas que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE;

**XXIX** - Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE, aos beneficiários do plano ou seguro de assistência à saúde odontológica ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

**XXX** - Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus credenciados durante a execução dos serviços;

**XXXI** - Manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação;

**XXXII** - Assumir a responsabilidade por todos os custos, encargos fiscais e comerciais, tributos e contribuições previdenciárias e sociais previstos nos normativos em vigor, saldando-os na época própria;

**XXXIII** - Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, ajuizadas contra si e em decorrência da prestação dos serviços;

**XXXIV** - Dispor de equipe especializada para oferecer todo o suporte na implantação, manutenção e gerenciamento do plano ou seguro, mantendo um canal de comunicação exclusivo com o CONTRATANTE no decorrer do Contrato;

**XXXV** - Não aplicar nenhum custo administrativo por ocasião de inclusão, exclusão ou alteração de beneficiários, à exceção do custo de emissão do cartão de identificação na versão física, conforme disposto no parágrafo sexto da Cláusula Sexta;

**XXXVI** - Efetuar os pagamentos dos serviços utilizados junto à rede de atendimento nos prazos estabelecidos, objetivando manter o seu funcionamento adequado;

**XXXVII** - Garantir atendimento para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida em unidades que ofereçam condições de acessibilidade;

**XXXVIII** - Obedecer às normas técnicas de saúde, segurança do trabalho e proteção do meio ambiente;

**XXXIX** - Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior justificados e aceitos pelo CONTRATANTE, não devem ser interrompidos;

**XL** - Responsabilizar-se pela proteção de dados dos beneficiários fornecidos pelo CONTRATANTE, de modo a cumprir com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

**XLI** - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

**XLII** - Responder por eventuais despesas adicionais ao valor do Contrato, tais como custos com deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho aos sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, entre outros.







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

## DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA.** São obrigações do CONTRATANTE:

- I** - Relacionar todas as informações necessárias para fins de cadastramento dos beneficiários, fornecendo tal relação à CONTRATADA na forma de arquivo de dados e seguindo as diretrizes da Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- II** - Informar periodicamente à CONTRATADA, por meio digital ou por escrito, qualquer inclusão ou exclusão de beneficiário;
- III** - Comunicar à CONTRATADA, por meio digital ou por escrito, os casos em que o beneficiário, por qualquer motivo, perder o direito ao atendimento nas condições exigidas contratualmente;
- IV** - Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- V** - Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços;
- VI** - Sustar a execução de quaisquer trabalhos que estejam em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;
- VII** - Efetuar os pagamentos devidos.

## DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA.** A CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 anos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA.** Na hipótese de inexecução do objeto deste contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber e da sanção prevista na cláusula anterior, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, as seguintes penalidades:

- I** - advertência;
- II** - multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do Contrato.

**Parágrafo Primeiro.** A inexecução do Contrato poderá ser caracterizada pelo descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações nele previstas, a critério do CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo.** O valor da parcela não executada do Contrato corresponderá ao montante mensal estimado da contratação, multiplicado pelo número de meses restantes para o término da vigência contratual.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA.** Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no inciso I da Cláusula Vigésima Quinta, para designação de preposto, a CONTRATADA estará sujeita à multa diária de 0,01% (um centésimo por cento) do valor mensal do Contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA.** Na hipótese de descumprimento dos prazos estabelecidos no inciso III da Cláusula Vigésima Quinta e no parágrafo primeiro da Cláusula Décima Quarta,





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

para disponibilização das informações referentes ao serviço contratado e início da prestação dos serviços, a CONTRATADA estará sujeita à multa diária de 0,01% (um centésimo por cento) do valor mensal do Contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

**Parágrafo Único.** O atraso por período superior a 20 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA.** Na hipótese de descumprimento dos prazos estabelecidos no inciso XIII da Cláusula Vigésima Quinta, e na Cláusula Sexta, para disponibilização ou envio dos cartões aos beneficiários, a CONTRATADA estará sujeita à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do Contrato vigente na data estabelecida para cumprimento da obrigação, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

**Parágrafo Único.** O atraso por período superior a 20 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA.** Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no inciso VII da Cláusula Vigésima Quinta, para credenciamento de serviço, a CONTRATADA estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) do valor mensal do Contrato vigente na data estabelecida para o credenciamento, limitada a 1% (um por cento) do referido valor.

**Parágrafo Único.** O atraso por período superior a 30 dias poderá caracterizar a inexecução parcial da contratação, a critério do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA.** Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no inciso XVIII da Cláusula Vigésima Quinta, para prestação de informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,01% (um centésimo por cento) do valor mensal do Contrato vigente na data limite para prestação das informações solicitadas, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA.** Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no inciso XVII da Cláusula Vigésima Quinta, para correção de faturas contestadas pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA estará sujeita, para cada ocorrência, à multa diária de 0,02% (dois centésimos por cento) do valor mensal do Contrato vigente na data fixada para a correção, limitada a 0,1% (um décimo por cento) do referido valor.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA.** A cobrança dos valores devidos pelos licitantes ou contratados a título de multas observará o procedimento previsto no artigo 23 da Portaria nº 5.943, de 13 de outubro de 2016, da Presidência do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA.** Sempre que ocorrer situação de desacordo com o escopo contratado, e a fiscalização solicitar pronunciamento da CONTRATADA, esta deverá manifestar-se por escrito e promover a correção da situação motivadora da desconformidade.

**Parágrafo Único.** Em qualquer caso, a CONTRATADA será notificada por escrito, e terá o prazo de 5 dias úteis para apresentar sua defesa.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA.** Verificada a ocorrência de descumprimento durante a execução do contrato, a contratada será intimada para apresentar defesa prévia, no prazo





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

de 5 dias úteis, a qual deverá ser encaminhada exclusivamente por e-mail para o endereço [dg@trt4.jus.br](mailto:dg@trt4.jus.br).

**Parágrafo Primeiro.** A defesa prévia deverá ser acompanhada de eventuais provas ou de seu requerimento, na forma dos artigos 369 a 484 do Código de Processo Civil de 2015.

**Parágrafo Segundo.** Da decisão proferida pela administração caberá recurso administrativo, que deverá ser apresentado no prazo de 5 dias úteis, e encaminhado exclusivamente por e-mail para o endereço [dg@trt4.jus.br](mailto:dg@trt4.jus.br).

**Parágrafo Terceiro.** A apuração dos descumprimentos e a eventual cominação de sanções administrativas observarão o disposto na Portaria TRT4 nº 5.943, de 13 de outubro de 2016, da Presidência deste Tribunal.

### DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA.** A gestão e fiscalização do Contrato será exercida pelos seguintes servidores:

Integrante	Titular	Substituto	Unidade
<b>Gestor:</b>	Lucia Thomé de Oliveira	Maria Augusta Kinnemann	SEGESP
<b>Fiscal:</b>	Luiz André da Costa Dorneles	Daniela Kriegel	SB/SEGESP

**Parágrafo Primeiro.** O **gestor** do Contrato ficará responsável por:

- a) Organizar a reunião inicial;
- b) encaminhar alterações contratuais;
- c) controlar prazos e indicadores contratuais;
- d) atestar notas fiscais;
- e) tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;
- f) verificar as obrigações previstas no encerramento do Contrato.

**Parágrafo Segundo.** O **fiscal** do Contrato ficará responsável por:

- a) Participar da reunião inicial;
- b) monitorar e conferir cumprimento de prazos contratuais;
- c) conferir documentação exigida no contrato;
- d) verificar a conformidade da fatura do objeto contratado;
- e) acompanhar a execução do objeto de acordo com o contrato;
- f) encaminhar à CONTRATADA as demandas que surgirem no curso da execução do contrato, por e-mail ou outro canal a ser definido na reunião inicial;
- g) informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

### MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA.** Será realizada uma reunião inicial com a participação da CONTRATADA, do gestor e dos fiscais do contrato.

**Parágrafo Primeiro.** Toda a logística processual e de tratativas com a contratada deverão ocorrer, preferencialmente, por meio eletrônico.

**Parágrafo Segundo.** O mecanismo formal de comunicação a ser utilizado para todos os assuntos relacionados ao contrato será o endereço eletrônico **[beneficios@trt4.jus.br](mailto:beneficios@trt4.jus.br)**.

**Parágrafo Terceiro.** A CONTRATADA deverá manter, ainda, um(a) consultor(a) gerente devidamente assessorado(a) por equipe de relacionamento empresarial, com





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

disponibilidade para atendimento por intermédio de rede de telefonia fixa e/ou móvel, para tratativas relacionadas às demandas que possam surgir e que exijam medidas imediatas.

### DA RESCISÃO

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA.** A rescisão deste contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

III - judicial, nos termos da legislação.

**Parágrafo Único.** A rescisão contratual será formalmente motivada nos autos do respectivo processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA.** Ficam fazendo parte do presente contrato, independentemente de transcrição, a íntegra do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2022 e seus Anexos, bem como a proposta apresentada na licitação pela CONTRATADA, nos termos em que esta não for contrária ao referido instrumento convocatório.

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA.** Aplicam-se à execução deste instrumento de Contrato as Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, os Decretos 3.555/2000 e 10.024/2019 e a legislação complementar, vigente e pertinente à matéria.

### DA PROTEÇÃO DE DADOS

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA.** As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.

**Parágrafo Primeiro.** O CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à CONTRATADA para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A CONTRATADA será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

**Parágrafo Segundo.** As partes estão obrigadas a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

**Parágrafo Terceiro.** Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

I. Eventualmente, as partes podem ajustar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes deste parágrafo.

**Parágrafo Quarto.** A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE (Portaria TRT4 nº 2036/2021), cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata esta Cláusula.

**Parágrafo Quinto.** Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término do objeto deste contrato, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

- a) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- b) Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- c) Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;

**Parágrafo Sexto.** O Encarregado indicado pela CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado pelo contrato indicado pelo CONTRATANTE, no prazo de 24 horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**Parágrafo Sétimo.** Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à CONTRATADA, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão.

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA.** Na forma do inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2022.

**Parágrafo Primeiro.** Caso o CONTRATANTE verifique a não manutenção das condições habilitatórias, a CONTRATADA será notificada para regularizar a situação, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 dias úteis.

**Parágrafo Segundo.** Em caso de não atendimento à determinação constante no Parágrafo anterior, a CONTRATADA incorrerá em inexecução contratual, hipótese que poderá ensejar a rescisão do contrato.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA.** A CONTRATADA obriga-se a manter seu endereço e telefone atualizados durante toda a vigência da contratação, mediante envio de mensagem eletrônica para o endereço [sal@trt4.jus.br](mailto:sal@trt4.jus.br).

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA.** As alterações de quaisquer condições do presente Contrato deverão sempre ser procedidas por meio de termos aditivos.







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 09/2022 – PROAD 777/2022

Contrato TRT4 nº @/2022

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA.** A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação do presente contrato, caso a empresa contratada venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, bem como de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (conforme o art. 3º da Resolução CNJ nº 7/2005).

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA.** De acordo com o disposto no § 1º do art. 61 da Lei nº 8.666/1993, o CONTRATANTE providenciará a publicação deste instrumento, de forma resumida, no Diário Oficial da União.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Capital deste Estado para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletrônica/digitalmente o presente instrumento, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

Assinantes:

**Pelo CONTRATANTE:**

*Documento assinado digitalmente*  
**FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO**  
Presidente do TRT da 4ª Região

**Pela CONTRATADA:**

*Documento assinado digitalmente*  
@@@@@@@@@@@@@@@@  
CPF nº @@@@@@

